



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLI — Nº 152

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 25 DE NOVEMBRO DE 1986

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 300.ª SESSÃO, EM 24 DE NOVEMBRO DE 1986

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Mensagem do Senhor Presidente da República

Submetendo à deliberação do Senado o seguinte projeto de lei:

— Projeto de Lei do Senado 243/86-DF, que acrescenta parágrafos 6.º e 7.º ao artigo 3.º do Decreto-lei n.º 2.258, de 4 de março de 1985.

1.2.2 — Leitura de projeto

— Projeto de Lei do Senado n.º 244/86, de autoria do Sr. Senador Nelson Carneiro, que dispensa da assinatura do ponto os Odontólogos da Previdência Social nos dias em que, comprovadamente, participarem de Congressos de Odontologia nacionais ou internacionais.

1.2.3 — Comunicação da Presidência

— Extinção nesta data, da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pela Resolução n.º 7/85, destinada a investigar a gestão das sociedades de economia mista.

1.2.3 — Discursos do Expediente

SENADOR JAMIL HADDAD — Críticas às alterações decretadas pelo Governo no Plano Cruzado.

SENADOR OCTÁVIO CARDOSO — Reforma do Plano Cruzado.

SENADOR NELSON CARNEIRO — Greve dos funcionários dos Correios no Rio de Janeiro. Apreensões dos funcionários do BNH, em face da extinção daquela autarquia decretada pelo Governo.

1.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Resolução n.º 35/86, que autoriza a Prefeitura Municipal de Vilhena (RO) a elevar em Cr\$ 2.732.430.000,00 (dois bilhões, setecentos e trinta e dois milhões, quatrocentos e trinta mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada. **Votação adiada por falta de quorum.**

Projeto de Lei do Senado n.º 80/84, que altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, com vistas a limitar em 40 horas semanais a jornada de trabalho. **Votação adiada por falta de quorum.**

Projeto de Lei do Senado n.º 242/85, que acrescenta parágrafo ao art. 116 da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952, para permitir a contagem de tempo de serviço prestado ao Serviço Público, em outro órgão, para efeito de concessão de Licença

Especial. (Apreciação preliminar da constitucionalidade). **Votação adiada por falta de quorum.**

Projeto de Lei do Senado n.º 138/80 Complementar, que isenta de impostos federais, estaduais e municipais os ingressos para espetáculos de artes cênicas. **Discussão sobrestada por falta de quorum para votação do Requerimento n.º 508/86.**

1.3.1 — Discurso após a Ordem do Dia

SENADOR NELSON CARNEIRO — Apelo em favor de uma solução para o problema da poluição nas lagoas de Maricá-RJ.

1.3.2 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — PORTARIA DO DIRETOR-GERAL N.º 39, de 1986.

3 — INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS — Ata da 12.ª Reunião Ordinária, realizada em 25-9-86.

4 — ATAS DE COMISSÕES

5 — MESA DIRETORA

6 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

7 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 300.ª Sessão, em 24 de novembro de 1986

4.ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47.ª Legislatura

Presidência do Sr. José Fragelli

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — Helvécio Nunes — João Lobo — Cesar Cals — Afonso Sarcho — Moacyr Duarte — Martins Filho

— Maurício Leite — Cid Sampaio — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Jutahy Magalhães — Alaor Coutinho — José Ignácio Ferreira — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Jamil Haddad — Murilo Badaró — Benedito Ferreira — Gastão Müller — José Fragelli — Marcelo Miranda — Affonso Camargo — Enéas Faria — Arnor Damiani — Ivan Bonato — Carlos Chiarelli — Octávio Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — A lista de presença acusa o comparecimento de 31 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos. O Sr. 1.º-Secretário irá proceder à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

LOURIVAL ZAGONEL DOS SANTOS

Diretor-Geral do Senado Federal

JOSÉ LUCENA DANTAS

Diretor Executivo

JOÃO DE MORAIS SILVA

Diretor Administrativo

MÁRIO CÉSAR PINHEIRO MAIA

Diretor Industrial

PEDRO ALVES RIBEIRO

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Anual Cz\$ 92,00
Semestral Cz\$ 46,00

Exemplar Avulso: Cz\$ 0,17

Tiragem: 2.200 exemplares.

EXPEDIENTE

**MENSAGEM DO SENHOR PRESIDENTE
DA REPÚBLICA**

Submetendo à deliberação do Senado projeto de lei:

**MENSAGEM
N.º 476, de 1986**

(N.º 685/86, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal:

Nos termos do artigo 51, combinado com o artigo 42, item V, da Constituição, tenho a honra de submeter à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Governador do Distrito Federal, o anexo projeto de lei que "acrescenta parágrafos 6.º e 7.º ao artigo 3.º do Decreto-lei n.º 2.258, de 4 de março de 1985".

Brasília, 21 de novembro de 1986. — José Sarney.

EME
N.º 012/86-GAG

Brasília, 11 de junho de 1986

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo anteprojeto de lei que acrescenta parágrafos ao artigo 3.º do Decreto-lei n.º 2.258, de 4 de março de 1985, que criou a Carreira Auditoria do Tesouro do Distrito Federal e seus respectivos cargos.

Na elaboração do texto tomou-se por paradigma o Decreto-lei n.º 2.225, de 10 de janeiro de 1985, que criou a Carreira Auditoria do Tesouro Nacional permitindo o aproveitamento, via ascensão funcional, dos servidores que à data da publicação do referido diploma, trabalhassem no Ministério da Fazenda.

Informo a Vossa Excelência que a proposição vem ao encontro do programa do GDF no sentido de conquistar melhores resultados na arrecadação de tributos.

Assim, estando Vossa Excelência de acordo com o anteprojeto de lei ora apresentado, peço-lhe seja o mesmo encaminhado ao Senado Federal.

Valho-me da oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos do meu respeito. — Deputado José Aparecido de Oliveira, Governador do Distrito Federal.

**PROJETO DE LEI DO SENADO
N.º 243, DE 1986-DF**

Acrescenta parágrafos 6.º e 7.º ao artigo 3.º do
Decreto-lei n.º 2.258, de 4 de março de 1985.

O Senado Federal decreta:

Art. 1.º Ao artigo 3.º do Decreto-lei n.º 2.258, de 4 de março de 1985, ficam acrescentados parágrafos 6.º e 7.º, com a seguinte redação:

“§ 6.º O disposto no § 1.º não se aplica a servidor ocupante de cargo ou emprego do Quadro ou Tabela de Pessoal do Distrito Federal que, em 5 de março de 1985, se encontrava lotado e em efetivo exercício na Secretaria de Finanças do Distrito Federal.

§ 7.º O processo seletivo de ascensão funcional na hipótese ressalvada no § 6.º deste artigo, realizar-se-á, sempre, simultaneamente com o concurso público para o respectivo nível de carreira, abrangendo idênticas disciplinas, programas e provas.”

Art. 2.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.
Brasília, de de 1986.

LEGISLAÇÃO CITADA

**DECRETO LEI N.º 2.258
DE 4 DE MARÇO DE 1985**

Cria a Carreira Auditoria do Tesouro do Distrito Federal e seus cargos, fixa os valores de seus vencimentos, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 55, item III, da Constituição

DECRETA:

Art. 1.º Fica criada, no Quadro de Pessoal do Distrito Federal, a Carreira Auditoria do Tesouro do Distrito Federal, composta dos cargos de Auditor-Fiscal do Tesouro do Distrito Federal e Técnico do Tesouro do Distrito Federal, conforme Anexo I deste decreto-lei, e com lotação privativa na Secretaria de Finanças.

Art. 2.º Os ocupantes dos cargos das atuais categorias funcionais de Fiscal de Tributos, TAF-303 e de Controlador da Arrecadação, TAF-302, serão transpostos, na forma do Anexo II, para a carreira a que se refere o artigo 1.º deste decreto-lei, conforme disposições a serem estabelecidas pelo Governo do Distrito Federal.

Parágrafo único. Atendido o disposto neste artigo, serão considerados extintos os cargos das categorias funcionais designadas pelos códigos TAF-302 e TAF-303.

Art. 3.º O ingresso na Carreira Auditorial do Tesouro do Distrito Federal far-se-á sempre no Padrão I da 3.ª Classe de Auditor-Fiscal do Tesouro do Distrito Federal ou de Técnico do Tesouro do Distrito Federal, respectivamente de níveis superior e médio, mediante concurso público, observado o disposto nos parágrafos abaixo e nos artigos 2.º e 4.º, deste decreto-lei.

§ 1.º Não haverá ascensão funcional para a Carreira Auditorial do Tesouro do Distrito Federal.

§ 2.º Excepcionalmente, o primeiro provimento dos cargos de Técnico do Tesouro do Distrito Federal dar-se-á mediante o aproveitamento dos atuais ocupantes de cargos efetivos e empregos permanentes de Agente Administrativo do Quadro e da Tabela de Pessoal do Distrito Federal, que desde 31 de maio de 1982 se encontram lotados e em efetivo exercício na Secretaria de Finanças.

§ 3.º O aproveitamento de que trata o parágrafo anterior será de até 50% (cinquenta por cento) do total dos cargos criados por este decreto-lei e dependerá de aprovação em processo seletivo, que constará de treinamento e provas.

§ 4.º O servidor que lograr classificação ingressará na classe e no padrão correspondentes à sua referência, na forma do Anexo II, deste decreto-lei.

§ 5.º Ficará, automaticamente, reduzida a lotação de Agente Administrativo da Secretaria de Finanças do Distrito Federal, na mesma proporção do número dos que forem aproveitados nos cargos de Técnico do Tesouro do Distrito Federal.

Art. 4.º O ocupante de cargo de Técnico do Tesouro do Distrito Federal poderá ter acesso ao cargo de Auditor-Fiscal do Tesouro do Distrito Federal, após alcançar o último Padrão da 1.ª Classe e se preencher as condições exigidas para ingresso neste último cargo, obedecida regulamentação específica, podendo atingir até o Padrão VI da 2.ª Classe de nível superior.

Parágrafo único. A regulamentação de que trata este artigo fixará as regras do processo seletivo, compreendendo, entre outras disposições, a obrigatoriedade de prova escrita e eliminatória abrangendo disciplinas e programas idênticos aos exigidos nos concursos públicos para Auditor-Fiscal do Tesouro do Distrito Federal.

Art. 5.º O valor do vencimento de Auditor-Fiscal do Tesouro do Distrito Federal de 3.ª Classe, Padrão I, corresponderá ao de Auditor Fiscal do Tesouro Nacional, da mesma classe e padrão, na forma estabelecida no artigo 5.º, do Decreto-lei n.º 2.225, de 10 de janeiro de 1985, e servirá de base para fixação do valor do vencimento dos demais integrantes da Carreira Auditoria do Tesouro do Distrito Federal, observados os

índices estabelecidos na Tabela de Escalonamento Vertical, Anexo III, deste decreto-lei.

Parágrafo único. Nenhuma redução de vencimento poderá resultar da aplicação do disposto neste artigo, devendo, quando for o caso, ser assegurada ao funcionário a diferença, como vantagem pessoal nominalmente identificável, a ser absorvida no primeiro reajuste subsequente.

Art. 6.º Ficam asseguradas a todos os ocupantes dos cargos da Carreira Auditoria do Tesouro do Distrito Federal as gratificações, indenizações e vantagens atualmente concedidas a Fiscais de Tributos, aplicando-se as mesmas bases de cálculo e percentuais ou valores para o respectivo nível a que pertença o funcionário.

Art. 7.º Os funcionários aposentados na vigência da Lei n.º 3.780, de 12 de julho de 1960, do Decreto-lei n.º 274, de 28 de fevereiro de 1967, ou de acordo com o disposto na Lei n.º 6.683, de 28 de agosto de 1979, cujos cargos tenham sido transformados ou dado origem, em qualquer época, aos dos integrantes das categorias funcionais de códigos TAF-302 e TAF-303, nos termos da Lei n.º 5.920, de 19 de setembro de 1973, bem como os aposentados, nas categorias funcionais acima referidas, na vigência desta última lei, terão seus proventos revistos para inclusão dos direitos e vantagens ora concedidos aos servidores em atividade, inclusive quanto a posicionamento e denominação, a partir da publicação deste decreto-lei.

Art. 8.º Os concursos em andamento, na data da publicação deste decreto-lei, para ingresso nas categorias funcionais do Grupo TAF-300 privativas da Secretaria de Finanças, serão válidos para atendimento ao disposto no artigo 3.º.

Art. 9.º O Governo do Distrito Federal baixará os atos necessários à regulamentação deste decreto-lei.

Art. 10. Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 4 de março de 1985; 164.º da Independência e 97.º da República. — JOÃO FIGUEIREDO — Ibrahim Abi-Ackel.

ANEXO I

(Artigo 1.º do Decreto-lei n.º 2.258, de 4 de março de 1985)

Carreira Auditoria do Tesouro do Distrito Federal

Denominação	Classe	Padrão	Quantidade
Auditor-Fiscal do Tesouro do Distrito Federal (Nível Superior)	Especial	I a III	21
	1.º	I a VI	190
	2.º	I a VI	44
	3.º	I a IV	68
Técnico do Tesouro do Distrito Federal (Nível Médio)	Especial	I a III	15
	1.º	I a IV	35
	2.º	I a IV	80
	3.º	I a III	100

ANEXO II

(Artigos 2.º e 3.º, § 4.º, do Decreto-lei n.º 2.258, de 4 de março de 1985)

Situação Anterior (Grupo TAF-300)		Situação Nova (Carreira Auditoria do Tesouro do Distrito Federal)		
Categoria Funcional	Referência	Padrão	Classe	Denominação
Fiscal de Tributos (TAF-303) ou Controlador da Arrecadação (TAF-302)	25	VI	1.º	Auditor-Fiscal do Tesouro do Distrito Federal (Nível Superior)
	24	V		
	23	IV		
	22	III		
	21	II		
	20	I		
	19	VI	2.º	
	18	V		
	17	IV		
	16	III		
	15	II		
	14	I	3.º	
	13	IV		
	12	III		
	11	II		
7, 8, 9, 10	I			
Agente Administrativo (SA-40) ou LT-SA-401)	32	IV	1.º	Técnico do Tesouro do Distrito Federal (Nível Médio)
	31	III		
	30	II		
	29	I		
	28	IV	2.º	
	27	III		
	26	II		
	25	I		
	24	III	3.º	
	23	II		
	22	I		
	17 e 22	I		

ANEXO III
(Artigo 6º do Decreto-lei nº 2.258, de 4 de março de 1985)

Categoria	Classe	Padrão	Índice
Auditor-Fiscal do Tesouro do Distrito Federal	Especial	III	220
		II	215
		I	210
	II	VI	195
		V	190
		IV	185
		III	180
		II	175
		I	170
Categoria	Classe	Padrão	Índice
Técnico do Tesouro do Distrito Federal	Z	VI	125
		V	150
		IV	145
		III	140
		II	135
		I	130
	B	IV	115
		III	110
		II	105
		I	100
	Especial	III	110
		II	105
		I	100
	C	IV	90
		III	85
		II	80
		I	75
	E	IV	65
		III	60
		II	55
		I	50
	D	III	40
		II	35
		I	30

(Às Comissões de Constituição e Justiça e do Distrito Federal.)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projeto de lei que será lido pelo Sr. 1.º-Secretário.

É lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO
N.º 244, de 1986

Dispensa da assinatura do ponto os Odontólogos da Previdência Social nos dias em que, comprovadamente, participarem de Congressos de Odontologia nacionais ou internacionais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Ficam dispensados da assinatura do ponto os servidores da Previdência Social, integrantes da Categoria Funcional de Odontólogo, Código NS-909 ou LT-NS-909, do Grupo Outras Atividades de Nível Superior

a. que se refere a Lei n.º 5.645, de 10 de dezembro de 1970, nos dias em que, comprovadamente, participarem de Congressos de Odontologia nacionais ou internacionais.

Art. 2.º Os odontólogos interessados em participar de Congressos de Odontologia deverão solicitar autorização prévia aos órgãos competentes da Previdência Social.

Art. 3.º A autorização a que se refere o artigo 2.º desta Lei deverá ser concedida sempre que não haja prejuízo do atendimento aos beneficiários da Previdência Social.

Art. 4.º O Poder Executivo, através do Ministério da Previdência Social, deverá regulamentar esta Lei no prazo máximo de 90 (noventa dias) após sua publicação no Diário Oficial da União.

Art. 5.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Justificação

A participação em Congressos de Odontologia é, sem dúvida, uma das formas de aprimoramento e atualização de conhecimentos profissionais dos Odontólogos da Previdência Social. Por outro lado, permite a troca de experiências com colegas de diversas regiões do País e até de outros países.

Os beneficiários da Previdência Social só tem a lucrar com o aprimoramento da capacidade profissional dos Odontólogos, através da aplicação de técnicas modernas e atualizadas de prevenção, diagnóstico e terapêutica de patologias odontológicas.

O Projeto resguarda o direito de atendimento aos beneficiários da Previdência Social no período do congresso, uma vez que a autorização para participar de congressos deve ser requerida previamente e concedida quando não houver prejuízo para o funcionamento regular do serviço.

Por outro lado, o Projeto prevê regulamentação, pelo Ministério da Previdência Social, a fim de que sejam estabelecidos os procedimentos para autorização de dispensa e indicadas as autoridades competentes para concedê-la.

Sala das Sessões, 24 de novembro de 1986. — Nelson Carneiro.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI N.º 5.645,
DE 10 DE DEZEMBRO DE 1970

Estabelece diretrizes para a classificação de cargos do Serviço Civil da União e das autarquias federais, e dá outras providências.

(As Comissões de Constituição e Justiça e de Serviço Público Civil.)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — O projeto lido será publicado e remetido às comissões competentes. (Pausa.)

A Presidência comunica ao plenário que nos termos do art. 77, inciso II, combinado com o art. 178, do Regimento Interno, pelo término do respectivo prazo, extingue-se nesta data, a comissão parlamentar de inquérito criada pela Resolução n.º 7, de 1985, destinada a investigar a gestão das sociedades de economia mista.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Jamil Haddad.

O SR. JAMIL HADDAD (PSB — RJ) Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Tenho dúvidas sobre a necessidade de nossa presença, e dos Deputados Federais, no Congresso Nacional. Hoje, no *Diário Oficial* estão publicados dez decretos-leis modificando o chamado Plano Cruzado, já chamado de "Cruzado II", e de "atestado de óbito dos fiscais do Sarney".

Sr. Presidente, vou ler, para fazer parte dos Anais desta Casa, a manchete de ontem, 23-11-1986 de *O Estado de S. Paulo*: "Pacote vai fazer inflação disparar". Diz a matéria:

O novo pacote econômico traz de volta um fantasma que o Plano Cruzado aparentemente havia banido, a inflação acelerada. Quem faz a advertência são economistas de tendências diversas, que debateram as recém-decretadas medidas do governo ontem em São Paulo na sede da Ordem dos Economistas. Eles acham ainda que o pacote veio fora de hora e, à espera de que a eleição passasse, os problemas se agravaram. Outro risco que apontam: pela primeira vez este ano a balança comercial poderá apresentar déficit (já nas contas de novembro). Um deles resume o que pensa: "O brasileiro não atingido pelo pacote é um sujeito que não tem carro, não anda de táxi, não fuma, não bebe, não toma remédio, não liga nada na tomada, usa velas à noite, não utiliza o correio e deve ser diabético ou estar fazendo regime, pois não consome açúcar". A frase é do próprio presidente da Ordem, Roberto Macedo.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, hoje me senti, como devem estar se sentido os nobres Srs. Senadores, uma figura inútil. O que estarei eu fazendo neste Plenário?

São dez decretos-leis publicados no *Diário Oficial*. A Câmara e o Senado hoje não são ouvidos, as modificações hoje são feitas da mesma maneira como eram feitas no regime autoritário. Usa-se o decreto-lei sem discutir com os parlamentares, e nós estamos aqui como se estivéssemos num clube de tertúlias, apenas debatendo problemas menores, não podendo interferir em problema sério, que é o problema da política econômica financeira deste País.

Sr. Presidente, a coisa é muito séria.

Neste mesmo jornal nós lemos que o Governo pode demitir até 40 mil servidores. Onde nós estamos, Sr. Presidente? Fala-se na demissão de 40 mil servidores como se fosse um ato de rotina normal e que nenhuma família será atingida com essa decisão.

Sr. Presidente, no meu primeiro pronunciamento nesta Casa, sobre o Plano Cruzado, eu dizia que tinha certeza de que elementos progressistas do PMDB não concordariam com a edição desse Cruzado II. Não sou pitonisa, mas, a partir daquele meu pronunciamento, vi vários Governadores de Estado se colocarem contra a maneira como foi editado aquele pacote. Vi vários Deputados e Senadores, inclusive o candidato a Senador mais votado da República em todos os tempos, Mário Covas, se colocarem contra o Cruzado II da maneira como foi editado.

Sr. Presidente, cerca de 18% da população brasileira não sofrerá, na realidade, as conseqüências do aumento do açúcar, já que são diabéticos, aqueles que não usam telefone não terão aumento de despesa no fim do mês; aqueles que voltarem a usar lamparina, lâmpião ou vela, também não terão no fim do mês, na realidade, de ver minguado o salário, que está congelado. Salário congelado, este é um fato concreto, este não foi desindexado, este continua congelado, e os preços dos remédios continuam disparando, e, como já disse outro dia, por analogia com as declarações do Ministro da Fazenda, de que havia necessidade de aumentar o preço da gasolina a fim de diminuir o consumo, o aumento do preço dos remédios vai causar uma diminuição do uso dos remédios e vai aumentar o índice de mortalidade. Desempregam. Não se importam com os custos e benefícios que advêm dessas medidas todas para as multinacionais, as grandes beneficiárias com esses decretos-leis. Esta é uma realidade: querem aumentar e dar mais vantagens nas exportações, exportações subsidiadas, cruzados e títulos a serem emitidos para subsidiar, na realidade, a exportação, que, este mês, não chega a 300 milhões de dólares, quando já tivemos 1 bilhão e 200 milhões de dólares mensais. Mas continua-se estimulando essa política de exportação e não se fala na dívida externa. Nesta não se pode falar. As medidas são tão drásticas, que não tenho mais dúvida, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que foram impostas pelo Fundo Monetário Internacional. Não podem a classe média e a classe assalariada pagar a conta. É o que ocorre neste País. Sempre que precisa de mais dinheiro, não para aplicação no campo social — para fazer com que 30 milhões de brasileiros que vivem em situação de miserabilidade possam iniciar a sua participação na riqueza nacional, aumenta-se em cima da classe trabalhadora, aumenta-se em cima da classe média, apenas para cobrir o déficit interno.

Falam que não sei quantos bilhões de cruzados vão ser arrecadados para cobrir o déficit interno. E no campo social não vimos medida alguma ser tomada, nem se declarou quais seriam tomadas. Em contrapartida, há um grande prêmio para os funcionários públicos: cerca de 40 mil ficarão desempregados.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, é contristador. Sinto-me como um elemento representando a população do meu Estado que vem a esta tribuna reclamar sem poder discutir, sem poder interferir, já que a prática dos Governos anteriores chamados ditatoriais ou discricionários continua sendo aplicada. Há uma explicação, Sr. Presidente, os homens são os mesmos; temos hoje seis Ministros que foram Governadores biónicos, e nos causou estranheza terem aceitado inicialmente o congelamento dos preços, porque sempre foram contra.

O Sr. João Lobo — Permite V. Ex.ª um aparte?

O SR. JAMIL HADDAD — Com a maior satisfação, nobre Senador João Lobo.

O Sr. João Lobo — Nobre Senador Jamil Haddad, parece-nos que essas medidas adotadas recentemente pelo Governo para reajustar ou reciclar o Plano Cruzado eram indispensáveis. Deveriam ser tomadas antes ou pelo menos aguardar mais algum tempo após essa eleição. No mínimo agora elas foram inoportunas e soaram como uma grande traição à classe média e ao povo brasileiro. Queira Deus nós consigamos atravessar esse ressentimento que se está gerando em todas as camadas da população deste País por estarem se sentindo traídas, lesadas, frustradas nas suas aspirações. Mas parece que só quem tomou conhecimento dessas medidas foi o Presidente do PMDB, ninguém mais, porque tenho visto e acompanhado declarações de eminentes figuras do PMDB dizendo que ignoravam que elas se-

riam tomadas tão imediatamente ou que não deveriam ter sido adotadas etc. Cada um se manifesta tentando resguardar a sua imagem, a imagem do seu Partido. Eu, como um Senador do PFL, quero, neste momento, aproveitando essa interrupção que faço no brilhante pronunciamento de V. Ex., parabenizar o nosso Ministro Aureliano Chaves, pela enorme coragem que é uma característica da sua personalidade, quando disse que o PFL não tem nenhuma responsabilidade sobre elas, "o PFL não foi ouvido, nem cheirado, nem escutado" e que, ante essa onda agressiva contra o PFL, ele e os outros ministros do PFL colocariam os cargos à disposição do Governo para não criar dificuldades ao Presidente da República José Sarney. Acho o pronunciamento de V. Ex.ª revivido do velho estilo que caracterizou o Ministro Aureliano Chaves. Sou um admirador do Ministro Aureliano Chaves e gostaria de aplaudir-lo no momento em que S. Ex.ª fez esse pronunciamento. Quanto ao discurso de V. Ex.ª, devo dizer que, realmente, é o nosso pensamento, a sociedade brasileira foi pegada de supetão, foi traída nos seus anseios e na sua confiança. Por que não fizeram tudo isso antes? Deixaram que a confiança, que a popularidade do Presidente Sarney levasse o PMDB a uma vitória estrondosa, tão grande o ímpeto com que o PMDB montou no cavalo e atravessou, passou por cima da sela e caiu do outro lado. Vamos rezar para ver se as coisas conseguem se acomodar e se o PMDB consegue se sair bem na confiança do povo brasileiro, correspondendo a essa confiança que o levou a uma enorme vitória nunca vista antes neste País.

O SR. JAMIL HADDAD — Nobre Senador João Lobo, espero que todos os partidos: o PMDB, o PFL, enfim, todos os Partidos, no debate da Constituinte acabem com essa excrescência que são os decretos-leis. Temos que acabar com esses decretos-leis para que o Poder Legislativo, para que o Congresso volte a ter perante a opinião pública o seu papel, porque, como disse hoje, fui surpreendido com 10 decretos-leis publicados no *Diário Oficial*, e qual a nossa participação? Nenhuma. E quando se fala que os bancos não foram atingidos, os juros continuam aumentando. S. Ex.ª Sr. Ministro da Fazenda declara que os bancos já foram penalizados no início do Plano Cruzado, Sr. Presidente, é de estarrecer. O casamento ainda não estava concretizado e já advogados tratavam do desquite. A população brasileira sente-se traída pelo *modus faciendi* com que essas medidas foram, na realidade, editadas.

O nobre Senador Hélio Gueiros, que temos agora, a satisfação de tê-lo a partir de março como Governador do Estado do Pará, outro dia, refutando declarações com o vice-Líder do PMDB, concordou comigo em várias teses, inclusive quando eu dizia que nada se falou da dívida externa. No entanto, conseguíamos nessa política de exportação subsidiada cerca de 12 bilhões de dólares anuais para fazer face ao pagamento de juros dessa dívida. Mas as retalições americanas, em razão da Política Nacional de Informática adotadas pelo Governo, fizeram com que, no mês passado, o saldo fosse apenas de 200 a 300 milhões de dólares. Vejam V. Ex.ªs quão maléfico para o País é essa tese de exportar. Vamos exportar, exportar cada vez mais. Quem exporta são as multinacionais subsidiadas, aumentando o déficit interno. E, agora, pelo decreto de isenção do ICM, isenta-se o pagamento do imposto em cima daqueles que mais se beneficiam da política econômica nesse País.

O Sr. Hélio Gueiros — Permite V. Ex.ª um aparte, nobre Senador Jamil Haddad?

O SR. JAMIL HADDAD — Ouvir um aparte de V. Ex.ª, nobre Senador Hélio Gueiros, é sempre uma satisfação.

O Sr. Hélio Gueiros — Começo, meu eminente e brilhante colega Jamil Haddad, concordando com V. Ex.ª Também entendo que não se deve dar essa prioridade exagerada a esse problema da dívida externa do Brasil. Para mim isto é secundário. Devemos cuidar primeiro da pobreza, da miséria da nossa população e não à custa dela se tentar ser muito honrado nos compromissos assumidos na área internacional. Relevo para segundo plano a dívida externa e acho que o Brasil

não precisa nem ser muito herói, porque, se o Peru pôde tomar uma medida séria com relação à dívida externa, como é que o Brasil não pode o fazer?

Tenho impressão que temos pelo menos igualdade de condições com o Peru, nunca inferior ao Peru. Se o Presidente Alan García pôde tomar uma atitude, não há, por que o Brasil também não tomar essa atitude. Portanto, concordo com V. Ex.^a e quero dizer que o meu Estado é um dos grandes sacrificados por esta vesga política de incentivo à exportação. O Pará exporta anualmente 400 milhões de dólares e a União, que não é dona do ICM, dispensa o ICM que é do meu Estado. Por causa disso, deixamos de receber por ano 40 milhões de dólares que é o quanto o Estado do Pará consegue de empréstimos externos para realizar alguma coisa. Bastaria que a União nos permitisse receber o que é nosso para não termos necessidade de pedir um dólar financiado de empréstimo externo, porque teríamos condições para isso. Agora, quero discordar de V. Ex.^a quando fala em traição. Ora, nobre Senador Jamil Haddad, essa história de reformulação do Plano Cruzado vem sendo falada há um mês, há dois ou três meses. Os mesmos jornais que noticiaram as medidas do pacote recente também previram que elas seriam editadas hoje ou amanhã. A conveniência da data foi do Governo, porque V. Ex.^a há de compreender que há oportunidade política para qualquer coisa. Uma medida dessa, antipática, tomada às vésperas de uma eleição, seria facilmente manipulada, deturpada, distorcida, por todos os adversários do Governo. É muito fácil agora o Brasil passar dessa indignação inicial, explicável; ele vai ter mais serenidade para receber, com mais boa vontade ou simpatia ou pelo menos sem prevenção ou antipatia, as razões que levaram o Governo a promover esse pacote. Além disso, desejo aproveitar o aparte, que V. Ex.^a tão benevolentemente me concedeu, para retificar o u prezado amigo, Senador João Lobo; que está aqui do lado, na Bancada do PMDB, mas que é do PFL. S. Ex.^a disse que só o Deputado Ulysses Guimarães, Presidente do meu Partido, tomou conhecimento antecipado desse pacote econômico; não posso crer, meu caro Líder Jamil Haddad, que o eminente colega e amigo Ministro Marco Maciel, que trabalha ao lado do Presidente da República, e é vulto do maior destaque do PFL, não tenha tomado conhecimento, antes de Ulysses Guimarães, da extensão do pacote agora decretado. Também não posso crer que o eminente Ministro Aureliano Chaves, Ministro das Minas e Energia, que há mais de um ano vem profetizando que ou o Brasil reajusta as suas tarifas de energia elétrica ou nós vamos enfrentar uma crise séria — tanto que por esse motivo para tentar evitar essa crise antecipou-se até mesmo o horário de verão — não posso admitir que o Ministro Aureliano Chaves, cujo Ministério é um dos beneficiários do pacote — porque sabe V. Ex.^a que houve permissão para o aumento das tarifas elétricas — o nobre Ministro Aureliano Chaves também não tomasse conhecimento, prévio, dessas medidas. Não estou tirando a responsabilidade do PMDB. Mas os nossos nobres aliados do PFL não podem chegar e dizer: "Toma que o filho é teu sozinho", porque o filho não é só do PMDB; nós devemos participar dessa paternidade, de alguma maneira — e não jogar só nas costas do PMDB. Mas, achei que o Governo optou, dos males o menor. Dos males o menor! V. Ex.^a fez af, repetindo o Presidente da OAB, uma série de ironias e irreverências...

O SR. JAMIL HADDAD — Não. Ordem dos Economistas de São Paulo.

O Sr. Hélio Gueiros — Mas a grande verdade é que quem fuma pode pagar mais do que quem não fuma; quem bebe, pode pagar mais do que quem não bebe; quem anda de carro, também, pode pagar mais do que quem não anda de carro; quem compra carro zero quilômetro pode pagar mais do que quem não compra carro zero quilômetro. De modo que, na minha opinião, o Governo teve uma certa preocupação em poupar as camadas mais sofridas, tanto que com relação ao óleo

diesel, que interessa à agricultura, que interessa ao transporte coletivo, o preço ficou intocável. Então, houve essa preocupação do Governo em proteger um pouco a classe pobre — tanto que o gás de cozinha, que interessa a 130 milhões de brasileiros também não foi atingido. Houve uma preocupação. Claro que a classe média está sendo atingida, mas é preferível que se atinja a classe média do que atingir esses miseráveis, esses flagelados, esses marginais, esses banguelos que andam por aí passando fome e necessidade. Era o aparte que, com toda a benevolência de V. Ex., quero acrescentar no seu brilhante discurso.

O SR. JAMIL HADDAD — Agradeço o aparte de V. Ex. Existe um ditado em Minas que diz: "em briga de nhambu, jacu não pia". Quem são os pais da criança, se a paternidade é única ou é dúbio, ou se então são os dois os pais isso para mim, representante do Partido Socialista Brasileiro, pouco afeta. Agora, o fato é dizer que a classe pobre, aquela que mais sofre, não foi atingida. Existem, como já disse, 30 e poucos, 40 milhões de brasileiros que não participam de nada. E o que foi feito atrás do empréstimo compulsório até hoje? O empréstimo compulsório tomado da população, o primeiro empréstimo compulsório? Eu declarei desta tribuna, e convoquei S. Ex. o Ministro para declarar, neste plenário, a sua aplicação no campo social. E até agora, pelo que estamos sentindo, e pelas palavras de S. Ex., estes 30% agora vão incidir sobre o novo aumento da gasolina, vão incidir sobre o aumento do carro. E eu ouvi dizer, palavras, que havia necessidade de equilibrar o Erário. Então, no campo social, quanto a esses marginalizados, até hoje não vi nada, nenhum tostão colocado no sentido de melhorar as condições dessa população, que não participa, na realidade, da vida nacional. Todos nós, como representantes do povo, tenho a impressão que estamos frustrados, porque parece uma novela: Cruzado I, Cruzado II, Decreto-lei 3, Decreto-lei 4. Hoje são 10 deles publicados no Diário Oficial. Quer dizer, vai o Governo, que se diz democrático, continuar legislando com a legislação do passado, com a legislação que era repudiada por aqueles que se diziam democratas. É um decreto em cima do outro. E a Câmara e o Senado pura e simplesmente não debatem o assunto. Há um fato consumado, publicado, aplicado, quando há dúvida sobre a aplicação, de poder haver a cobrança neste exercício — porque, de acordo com a Constituição, interpreta-se que seria um imposto, e o sendo, só poderia ser cobrado no próximo ano; no entanto, bilhões e bilhões de cruzados estão sendo arrecadados para custear o débito interno em razão da grande política de exportação subsidiada para as grandes multinacionais se locupletarem. E os juros continuam subindo. Então, a chamada classe rica volta a investir novamente, porque os CDBs estão dando, na realidade, quase que oitenta por cento ao ano. Então, estamos chegando aos mesmos parâmetros. Quer dizer que quem tem dinheiro vai continuar ganhando muito dinheiro, e a população que não tem dinheiro, cada vez mais sofrida, mais espezinhada, mais achatada continua com os salários congelados.

Sr. Presidente, Srs. Senadores...

O Sr. João Lobo — Permite V. Ex.^a um aparte, nobre Senador?

O SR. JAMIL HADDAD — Nobre Senador, já que V. Ex.^a foi citado num aparte pelo nobre Vice-Líder do PMDB, eu permito um novo aparte.

O Sr. João Lobo — Agradeço o aparte de V. Ex.^a mas não é meu intuito contraditar nem abrir polêmica com o nobre Governador do Estado do Pará, Hélio Gueiros, ainda fazendo papel de Senador por este resto de ano. Quero apenas, nobre Senador Jamil Haddad, dizer, talvez, para ser justo, que acho que possivelmente o Ministro Marco Maciel, possivelmente o Ministro Aureliano Chaves souberam das medidas que seriam adotadas, mas tomaram conhecimento delas como auxiliares do Governo. Não tinham nenhuma força e nenhuma autoridade para se oporem às mesmas. É diferente o enfoque dado ao conhecimento que teve o Presidente Nacional do PMDB, o Partido total do Brasil. A coisa tem dois pesos e duas medidas. O Ministro Marco Maciel e o Ministro Aureliano Chaves, se tomaram conhecimento dessas reformas do Plano Cruzado, do Cruzado II, como V. Ex.^a diz, tiveram esse conhecimento como auxiliares do Governo e a eles não cabia se oporem

às medidas. Agora, lamento é que essas medidas não tenham sido adotadas antes, e que o Ministro apenas alegue que estava atingindo só 10% ou 12% da população, que eram os que usavam carro, os que consumiam gasolina, etc. Daqui a pouco também vão atingir o 0,5% dos intelectuais, dos pensadores, dos homens que fazem o pensamento deste País, porque é tão inexpressivo o percentual deles no montante da população que é melhor não se considerar. Não se consideram os 10% ou 12% dos que usam carro; não se consideram os 20% dos que representam a classe média ou os universitários; não se consideram os 0,02% de intelectuais deste País. E aí vai num crescendo de desrespeito à personalidade humana, aos direitos do cidadão brasileiro. Creio, Senador Jamil Haddad, que nós estávamos precisando dessas medidas, é verdade. Eu disse, desde o meu primeiro aparte, que era necessário que se complementassem as medidas. E uma das complementações mais necessárias era uma moralidade, uma reforma administrativa, e a reforma que o Ministro alegou que está sendo feita foi apenas o fechamento de 600 agências da Caixa Econômica. Isso não é reforma administrativa moralizante nenhuma. Seiscentas agências da Caixa Econômica foram fechadas por uma imposição quase bancária. Os bancos também se reajustaram e fecharam as agências deficitárias. A Caixa Econômica fechou 600 agências deficitárias. Isso não é reforma administrativa nenhuma. Lamento que essas medidas não tenham sido tomadas antes da eleição, ou que não fossem tomadas somente depois que assentasse o entusiasmo disso tudo, eu acho que a época da proclamação da mesma foi muito inoportuna. É esse o tema do meu aparte. Muito obrigado a V. Ex.^a

O SR. JAMIL HADDAD — Nobre Senador, há um mês ouvi S. Ex.^a, o Ministro do Planejamento, declarar que o índice de desemprego no País vinha caindo. Falou com euforia, com alegria, transmitiu essa sensação de bem estar à população desempregada brasileira, e neste momento nós estamos vendo aqui que o Governo pode demitir 40 mil servidores, quer dizer, batem no peito, se ufanam de ter diminuído a taxa de desemprego neste País. E quem é que desemprega em massa agora? O próprio Governo. Vejam V. Ex.^{as} a contradição. O nobre Senador Hélio Gueiros, — não sei se chamo de Governador ou Senador, — declarou que não podiam fazer isto antes das eleições, porque haveria um resultado adverso para o Governo. Então, está provado que independente da possível fraude eleitoral que ocorreu em alguns Estados, houve uma fraude pré-eleitoral, porque a população foi fraudada e não pode analisar em cima de fatos concretos e só depois das eleições é que ela sentiu, na realidade, que foi uma massa de manobra, ela serviu como massa de manobra para que o Governo conseguisse eleger todos os Governadores e ter uma maioria consagrada na Câmara e no Senado, e hoje a população não tem como retroagir, não tem como anular o seu voto e dizer que votou errado. Agora é tarde e Inez é morta.

Então, na realidade, e vendo o querido Senador Nelson Carneiro no plenário, a quem rendo as minhas homenagens por vir representar nosso Estado em mais um mandato, li nos jornais, hoje, que S. Ex.^a e o governador eleito Moreira Franco não tomaram ciência de que haveriam na realidade essas reformas do Plano Cruzado. Vi nos jornais. Vi vários Governadores reclamando da edição deste pacote. Senadores do PMDB! Vi Senadores eleitos, neste momento, reclamando da edição deste pacote.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, parece-me que infelizmente mais uma vez, o grande vitorioso chama-se Fundo Monetário Internacional. (Muito Bem!)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Senador Octávio Cardoso.

O SR. OCTÁVIO CARDOSO (PDS — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores: Acho que pelo menos dois aspectos não podem deixar de ser analisados nestas reformas que foram introduzidas recentemente no Plano Cruzado, muitas delas já enfocadas pelo meu nobre colega Jamil Haddad e pelos seus ilustres apartes, Senador João Lobo e o Governador do meu Partido, também, no Pará, Hélio Gueiros.

O Sr. Hélio Gueiros — Com muita honra.

O SR. OCTÁVIO CARDOSO — Penso, Sr. Presidente, que nós devemos atentar para a mensagem que trouxe a Nova República, e para a imagem que a Nova República pretendia ter. A imagem era de uma república democrática, um governo democrático, afinado com as aspirações sociais. Um governo que dizia e timbrava em dizer que seus atos seriam transparentes, um governo que se orgulhava de dizer que era preciso haver sinceridade e seriedade nos atos do governo.

Lembro-me bem de inúmeros pronunciamentos em que o governo gizava, sublinhava esses seus predicados: a transparência, o diálogo com a sociedade, a lealdade, a confiabilidade, a confiança perante a sociedade brasileira. Esse é um aspecto.

Acho que não vem apelo quando se examina este aspecto, saber se as medidas são necessárias ou não, vamos ficar na forma antes de entrar no fundo, vamos ficar no conteúdo moral, no conteúdo ético do comportamento do Governo, pois não se censurou, durante muito tempo, uma frase atribuída ao ex-Ministro e hoje Deputado constituinte Delfim Netto, que dizia que a política era áctica, que o Governo era áctico. Não o censuravam por isso? Diziam: não, o Governo tem de ser ético, tem de ser limpo, tem de ser democrata, tem de ser transparente.

Pois o que se viu, Sr. Presidente, é que cada vez que se falava em descongelamento, cada vez que se falava em reexame de tabelamento, friso esse aspecto, Sr. Presidente, vinha o Sr. Ministro da Fazenda à televisão e com o seu ar sério, sereno — alguns jornais até dizem iluminado — e dizia: não, o congelamento será mantido, não se cogita de descongelamento. Antes de 28 de fevereiro do ano que vem não se fala em descongelamento.

O próprio Ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, pleiteou no âmbito do Governo e externou isso pela imprensa, que algumas tarifas da sua área precisavam ser reajustadas. O Ministro da Fazenda veio à televisão e disse: "o Governo precisa dar o exemplo, o Governo não reajustará as suas tarifas".

Então, este é o primeiro aspecto que tem que ser examinado. Agora, se a ética do Governo é esta, "vamos esconder os fatos, ganhar a eleição e depois explicaremos...", se a filosofia é esta, muito bem, palmas aos vencedores. Iludiram, ludibriaram, falsearam, ocultaram, foram desleais com a Nação, esta Nação brasileira que estava escolhendo a sua Assembléa Nacional Constituinte, que tinha a obrigação de escolher dentro da sociedade os melhores homens, os homens que fossem capazes de ir para a televisão e dizer: "Alguns preços precisam ser reajustados, alguns preços precisam ser descongelados, mas corremos esse risco, porque entendemos que isso é necessário para a economia e a sociedade brasileira..." Pois bem, a sociedade tinha o direito de conhecer esses homens, tinha o direito de saber quem tinha coragem. Afinal de contas, os políticos atuais não foram muito criticados pela imprensa por receberem jetons, por não serem sinceros, por não virem às sessões? Pois a sociedade tinha o direito de saber quais eram os bons, quais os sinceros, quais os leais naquilo que diziam ao eleitor brasileiro. Pois o Governo faltou nesse conteúdo moral, ético e educativo, que devia à sociedade e ao eleitor brasileiro no momento em que ele era chamado para uma grande decisão, como a da eleição da Assembléa Nacional Constituinte. Este é, Sr. Presidente, o primeiro aspecto: o aspecto moral, o aspecto ético, o aspecto da lealdade, o aspecto que deveria ter diferenciado o actual do anterior Governo, que se dizia não ter respeito pela sociedade brasileira.

Mas não fica nisso. O mesmo Governo que dizia que ia fazer tudo em consonância com a sociedade, que ia fazer um governo transparente e aberto e que não iria usar os instrumentos de excepção, os chamados resquícios autoritários da Velha República, como é que promove as suas reformas? Com lei, extinguindo o BNH criado por lei? Não. Fê-lo por decreto. O Governo que censurava o anterior de realizar reuniões secretas do Conselho Monetário Nacional e depois colher o voto por telefone, como fez agora a reunião? Tal qual fazia a Velha República: como membros do Conselho Monetário Nacional foram chamados para, hoje, a partir das 14

horas e 30 minutos, ratificarem as medidas já tomadas pelo Governo e já publicadas no Diário Oficial da União: dez decretos que não vi, mas confio no que diz o meu nobre colega de representação Jamil Haddad.

Ora, Sr. Presidente, o PMDB, que já vinha utilizando alguns instrumentos que antes censurara, parece-me — não quero ser impreciso — que foi o único partido a usar a sublegenda nestas eleições, em 15 Estados, e graças à sublegenda fez inúmeros Senadores, inclusive no meu Estado, o Rio Grande do Sul. Esse partido, esperava-se que, quando chegasse no Governo, haveria de pôr em execução, haveria de materializar, de concretizar toda a sua longa pregação de 20 anos, que reconheço e que o País reconhece, tanto que lhe deu a representação que hoje detém.

— Mas não fico aí, Sr. Presidente, não fico apenas no aspecto ético, no aspecto moral, que considero relevante, porque, afinal, o Governo da Nova República se propôs a esse tipo de Governo, a restabelecer a honrabilidade, a confiabilidade do Governo. Mas não fico nisso. A política da anterior República era chamada, na sua economia e no trato com os trabalhadores, de política perversa, porque se cuidava de exportar para acumular divisas. Dizia a Oposição de ontem e os membros que estão no Governo hoje que essa política era perversa, porque não se produzia os bens necessários à mesa do trabalhador. Pois hoje esses bens não são produzidos ainda, apesar de a Nova República já ter mais de um ano. Arroz, importa-se; leite, importa-se; carne, importa-se; feijão, importa-se; e até café importa-se. Continua, então, essa política chamada "perversa", mas agora a perversidade é maior, porque o Governo está adotando certas medidas para não permitir a ascensão social. Diz o Ministro da Fazenda que foram adotadas determinadas medidas com relação ao combustível e aos automóveis porque apenas 10% da sociedade brasileira detém automóvel e usa combustível. Então, o Governo está confinado.

Hoje são 10% que podem ter e amanhã também será, porque vamos elevar tanto o preço do automóvel, vamos elevar tanto o preço do combustível que vamos tornar inacessível o uso desses bens pelas camadas mais pobres da sociedade brasileira.

Mas será possível que se pode acreditar no que diz o Ministro da Fazenda, de que essas medidas não atingiram o pobre? Será possível que o pobre não possa utilizar a energia eléctrica? O telefone? O Correio? O transporte que não seja o coletivo? Será possível que o pobre, além de condenado à sua condição de pobre, não tem o direito de fumar e de beber? Será que ele será reduzido, como diz o nobre Senador Jamil Haddad e me assopra o nobre Senador Murilo Badaró, será que é preciso que ele faça um regime de diabético porque o açúcar subiu 25%? Mas, será possível que só na velha República os combustíveis tinham influência na alta do custo de vida? Na nova República não, por milagre, porque o Ministro da Fazenda não quer, porque o Ministro diz que essas medidas vão atingir apenas 10% da população? Será possível que justamente agora essas medidas não terão repercussão nas classes menos favorecidas da sociedade? Ora, Sr. Presidente, além dos aspectos de conteúdo ético e moral que ressaltai, existem aspectos que nós não podemos aceitar e que até censuramos o Governo por menosprezar a nossa percepção — já não digo inteligência. É óbvio que o Governo precisaria fazer correções no Plano Cruzado. Agora, o que não poderia ter feito era negar e jurar, sempre de pés juntos, que não o faria, ilaqueando, iludindo a população brasileira, fazendo-a crer numa coisa que não poderia crer. Além do mais, Sr. Presidente, ontem já subiu a tarifa do táxi. Será possível que o táxi não é de uso do pobre? Quem precisa socorrer um filho acidentado será que vai de transporte coletivo, mesmo que seja pobre não vai de táxi? Quem precisa levar alguém para o hospital nas emergências, como nas mortes e socorros imediatos, nos incêndios e outros tipos de emergência e de fatalidade, será que não vai usar o táxi? Sabidamente, as camadas mais necessitadas da sociedade utilizam o táxi, mas nada disto, segundo o Ministro, pode ter influência no custo de vida. E o telefone? Será que o pobre não tem o direito de telefonar, pelo menos do orelhão, já que não pode ter telefone novo e nem telefone usado, porque o Ministro Antônio Carlos Magalhães não quer? Será que ele não pode, pelo menos, telefonar de um orelhão?

Ora, Sr. presidente, afinal a Velha República era acusada de ter tantas moedas: a UPC, a ORTN, MVR, e sei lá quantas coisas. Pois a Nova República em um ano já suprimiu a ORTN, pela OTN e, agora, está suprimindo a OTN para ter a LBC, a Letra do Banco Central. O Governo vai bater, ao cabo de quatro anos — não sei se serão quatro ou se serão seis e nem sei se o Dr. Ulysses vai esperar — o recorde de novas siglas e de novas moedas. Então, censura-se a rede bancária privada, porque demite. O Líder do Governo apresenta um projeto de lei na Câmara dando estabilidade aos empregados para que os bancos não demitam. Aí vem o Governo e extingue o BNH, criado por lei, extingue-o por decreto e decreta também exoneração de todo o seu pessoal. Aí vem o Ministro e diz: "Não há desemprego no País". Neste ponto, S. Ex. está sendo coerente. Já que não há desemprego, vamos desempregar. Então, no BNH vai haver desemprego e em outros órgãos, que serão fechados, também haverá desemprego. Aí vem alguém e diz assim: "Não, mas o Governo está sendo austero. Ele fechou 200 agências da Caixa Económica Federal. O plano é fechar 600 e demitir 10 mil estagiários".

O estagiário é o empregado mais barato da Caixa, é o estudante, é o homem que ganha alguma coisa para preparar-se profissionalmente, que não deseja ser ocioso nas horas que lhe restam do estudo, homem que ajuda, com esta pequena percepção de salário, a sua família, geralmente de classe média, e geralmente pobre, pois aí foi feito o corte justamente nesta camada da sociedade que está em fase de aprendizado. E será que suprimiram repartições ociosas como algumas, por exemplo, que cuidam de índio e que têm sedes no Rio de Janeiro e em Brasília? Não, suprimiram as agências da Caixa Económica. Onde? Em municípios onde não existe agência da rede privada, onde não existe agência do Banco do Brasil, onde não existe agência da Caixa Económica Estadual. Ali, nós, na Caixa Económica — isso é do meu tempo de diretor — instalamos agências que eram agências pioneiras, agências promocionais, agências que tinham a finalidade de desenvolver aqueles pequenos municípios, trazendo uma agência bancária para onde não havia. Pois o Governo, fazendo a sua reforma, sabe quais foram as primeiras repartições que fechou? Não foram as repartições ociosas, fechou essas agências promocionais, fechou as pioneiras, fechou as que prestavam serviços, demitiu estagiários, deixando nababos, deixando ociosos pelos corredores de outras repartições, como todos nós sabemos.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, admito que o Governo precisava fazer a reforma do Cruzado, mas penso que ficou em dívida com a Nação quanto ao seu conteúdo ético e moral, ficou em dívida com a Nação quanto à explicação mais detalhada das medidas que entendeu necessárias.

Existe no Rio Grande do Sul, Sr. Presidente, e para amenizar essa intervenção, uma pequena cidade interiorana, de origem italiana, que inventou um festival, o chamado Festival da Mentira, onde os concorrentes contam as mentiras mais absurdas, como aliás é a boa mentira; inventam situações as mais interessantes. Sabe V. Ex. qual foi a mentira vitoriosa ontem em Nova Bréscia, no interior do Rio Grande do Sul, no concurso de mentiras? Pois foi o cruzado II; o congelamento não será levantado, os preços não serão reajustados, tal coisa não acontecerá. E aconteceu. Uma coisa já aconteceu, portanto, de bom no Plano Cruzado II; já alegrou um pouco o nosso folclore, contribuiu para o nosso lazer, o nosso divertimento, oxalá não nos traga maiores dores de cabeça.

Muito obrigado a V. Ex. (Muito bem! Palmas.)

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. OCTÁVIO CARDOSO EM SEU DISCURSO:

Folha de S. Paulo, 23-11-86

Notas e Informações

ENGODO ACINTOSO, PÉRFIDA PUNHALADA

Somente a insensibilidade paquidérmica dos que se acostumaram, de longa data, a encarar a política como

a arte do ludíbrio, da esperteza enganadora — onde o *vale tudo* é a regra fundamental para ganhar eleições e vergonhoso é apenas perdê-las — levaria a considerar irrelevante o momento escolhido pelo governo para decretar as novas medidas econômicas: só cinco dias *depois* das eleições e ainda durante a apuração dos últimos votos. Em face de um grave aspecto moral, irrelevantes é que passam a ser considerações a respeito do mérito ou da eficácia intrínsecos de tais medidas — razão pela qual neste comentário, deliberadamente, a estes não nos referiremos.

A resposta a duas simples — *ingênuas*, para os profissionais do ludíbrio político — indagações já bastariam para desmascarar por inteiro este disfarce, este arremedo de democracia que se está praticando neste País, fundada no desrespeito, no engodo da opinião pública, do eleitorado, da sociedade: primeira — o governo já não tinha todas estas medidas (e outras mais) aprontadas, decididas, instrumentalizadas, bem *antes* das eleições? A resposta óbvia é *sim*. Segunda: O partido maior do governo, o PMDB, teria obtido tão grande vitória, na quase totalidade dos Estados da Federação, se o eleitorado brasileiro soubesse, antes das eleições, de tais medidas? A resposta óbvia é *não*. Então, a conclusão inarredável a que se chega é esta: o eleitorado, o povo brasileiro, foi literalmente *enganado*, ludibriado pelo governo e seu partido, tratado como se tratam os incapazes absolutos, os irresponsáveis, como os menores impúberes ou os débeis mentais. Se o governo adotou essas medidas de correção ou ajuste do Plano Cruzado é porque as considera necessárias, urgentes, benéficas. Se assim as considera, se tem fortes argumentos para defendê-las, não os tinha antes das eleições, para o convencimento da opinião pública — e do eleitorado? As justificativas, hoje tão bem articuladas pelos ministros da área econômica, não eram disponíveis antes das eleições? De duas uma: ou o governo julga o eleitorado brasileiro absolutamente incapaz de compreender o que lhe possa ser benéfico, necessário, ou não acredita no poder de persuasão ou na validade de seus próprios argumentos.

De qualquer maneira, quem votou no último dia 15 em candidatos do partido do governo — e por vezes já tendo sucumbido ao “conto” do confisco do boi gordo — jamais estaria imaginando que cinco dias depois passaria a gastar 60% a mais para abastecer seu veículo de locomoção, 103% a mais para realizar o projeto de compra de um novo carro, 30% a mais em suas contas de telefone, 40%, nas de luz 80% a mais para enviar cartas pelo correio, e, se mutuário do BNH, sofrer o aumento de seu saldo devedor em 32%.

Uma coisa ainda não se sabe com precisão: por quanto tempo o governo atrasou propositalmente a decretação das novas medidas, em função das eleições? Um mês, dois, três, seis ou mais?

Tal consideração é importante, pois dará a medida dos prejuízos causados à economia e ao povo brasileiro — aqueles que decorrem da não-correção de falhas e distorções, permitindo o seu acúmulo — por questões eminentemente eleitorais. O governo faz hoje o que julga bom, mas não o fez antes para que o eleitorado não desconfiasse de seus planos.

Uma das bandeiras exaustivamente desfreadadas pelo PMDB nestas eleições foi o Plano Cruzado. Mas apenas no tocante àquilo que parecia popularmente mais positivo, como o congelamento de preços — pois seria exigir demais que o partido situacionista falasse sobre o ágio generalizado e sobre a escassez de produtos. O que foi especialmente escondido, no entanto, foi o lado pesado, penoso para a população, que já estava pronto para ser executado pelo governo — sobre isso não se ouviu uma palavra sequer dos líderes e candidatos peemedebistas, que paternalizaram com tanto orgulho o Plano Cruzado I, durante a campanha. Todos sabiam que, depositados os votos nas urnas, não restaria mais forma eficaz de a população manifestar sua desaprovção.

Apostaram nisso e ganharam. O eleitorado agora que vá chorar para o bispo o seu arrependimento, pois “Inês é morta”.

É dessa forma, enfim, que pretendem construir uma Nova República e uma democracia neste País: por meio do engodo acintoso e da pérfida punhalada.

Folha de S. Paulo, 23-11-86

VITÓRIA DO FMI

Janio de Freitas

O Governo entregou os pontos: embrulhado com umas poucas e disfarçantes correções de desvio do Plano Cruzado, o conteúdo real do pacote é o atendimento a exigências estabelecidas pelo FMI, em relatório sigiloso com base na auditoria que fez há dois meses no Brasil, para conceder o aval que permita, enfim, renegociar parte da dívida externa.

O FMI considerou inaceitáveis sobretudo estas realidades: a falta de providências diante do déficit público em crescimento acima de todas as previsões governamentais; o abismante crescimento da dívida interna (o dinheiro que o governo toma emprestado no Brasil mesmo, através, por exemplo, das promissórias conhecidas como Letras ou Obrigações do Tesouro, do Banco Central etc.); a falsidade do valor atribuído pelo Governo ao Cruzado, que está muito mais desvalorizado em relação às moedas estrangeiras do que indica o câmbio oficial; e o artifício do congelamento de preços.

Convicto de que o Congresso Constituinte fixaria normas para a dívida externa discordante das admitidas pelo Governo, o Presidente Sarney decidiu pela renegociação pendente antes que o Congresso Constituinte se instale — logo, até fevereiro. Como os Ministros Funaro e Sayad foram inconvincentes, nos seus vários internacionais, para obter dos credores, em especial dos reunidos sob a denominação de Clube de Paris, a dispensa de aval do FMI, o Governo resolveu ceder às exigências básicas do Fundo. Quebrou o congelamento e restabeleceu a desvalorização constante do cruzado, aquele que, não faz muito dizia Funaro, “vai até valorizar-se em relação ao dólar”. Incompetentes, porém, para resolver por meios administrativos as explosões do déficit público e da dívida interna, os economistas oficiais recorreram à sua criatividade de sempre: foram buscar na classe média e nos trabalhadores de baixo salário — que fumam, bebem, pagam a conta da luz etc. — o dinheiro para atenuar os rombos nos cofres governamentais.

Atente-se, a propósito, que os preços dos cigarros não estavam 45 a 120% abaixo do necessário para os fabricantes, nem os das bebidas 100% baixo ou dos automóveis 80%, pois estas indústrias teriam estourado. Os fabricantes vão ter seus preços aumentados, sim, mas o grosso destes aumentos, e o total no caso da gasolina e do álcool, corresponde a aumento dos impostos arrecadados pelo Governo sobre os produtos.

As finalidades básicas do pacote não são, pois, as apresentadas pelo Governo. Nem encontra fundamento a resposta irritada no Ministro da Fazenda na TV, quando um jornalista referiu-se à maquiagem da contabilidade governamental, que Funaro negou com a afirmação de que os dados oficiais são divulgados no devido tempo. Não o são, e isto ficou patente com a retenção, até sexta-feira, para divulgação encoberta pelas grandes novidades, da pasmante queda de mais de 80% em relação às estimativas originais do comércio exterior em outubro. E, sobre jogar com o tempo, o Governo ainda pratica a sonegação de dados. Como é o caso da dívida interna, que o Professor Dércio Garcia Munhoz descobriu, agora, estar na fábula de Cz\$ 1,2 trilhão.

O pacote foi desfechado exatamente como aquele, e pelas mesmas exigências o General Figueiredo mudou a lei salarial, em 83, em solene reunião do Conselho de Segurança Nacional mostrada pela TV, imediatamente antes de viajar para ser operado nos Estados Unidos. Outras características daquela época, porém, não se identificam com as atuais: hoje estão muito mais agravadas. Como depois se verá.

Folha de S. Paulo, 23-11-86

OS BEBÊS DO DR. SARNEY

Geraldo Forber

A mais notável vitória nestas eleições coube ao senador Voto Branco e ao deputado Voto Nulo. Em alguns casos e Estados os dois juntos alcançam mesmo a maioria absoluta dos sufrágios.

Como a toda vitória corresponde uma derrota, pergunta-se quem perdeu. Perderam os partidos, os pífios políticos profissionais, o nosso episódico presidente e sobretudo a causa da reinstitucionalização do País.

Era de se prever, mas foi ainda pior do que se imaginava. A farsa da Constituinte Congressional arquitetada de comum acordo pelo Sr. Sarney, os tutores militares e a chamada classe política, acaba de ser rejeitada pelo povo brasileiro.

Não é possível, depois desta evidência, que ainda se queira insistir na feitura da Constituição do terceiro milênio por uma Assembléia formada de salvados do incêndio.

Se antes já havia poderosos argumentos político — filosófico — morais contra o embuste constitucional — os senadores de 82, a representação desproporcional ao eleitorado, o conflito dos interesses político-partidários com os interesses nacionais, a falta de debate etc., etc., etc. — agora temos um fato inegável que liquida qualquer pretensão de legitimidade da futura nati-morta: o povo não a quer.

O voto em branco não é um cheque em branco. É um sinal vermelho de rejeição. Ignorância, protesto, pressão, seja qual for a desculpa com que se procura ansiosamente justificar ou explicar a sua avalanche, a verdade permanece sendo flagrante: a maioria não votou a Constituinte. Não a quer. Tem de se começar de novo. Prosseguir nesta comédia é violar a voz da cidadania.

O nível da campanha em todo o Brasil foi tão rasteiro que as eleições não passaram de um vulgar concurso de Rainha do Rádio. Ganharam votos os apresentadores de TV, os locutores e os frequentadores de shows políticos. Não sendo o País a Radiolândia, fica prejudicada qualquer tentativa de se levar a sério um estatuto preparado por tal patota.

O Brasil precisa sim de uma Constituição. Para isto temos de voltar as urnas e eleger uma verdadeira Constituinte. Nas eleições da semana passada elegemos os governadores. O resto não vale. Os votos nulos e brancos são como a tálidomida — deformaram o resultado. A nova Câmara Federal é um monstro menoritário que nasce à sombra do voto da desconfiança. Filha da derrota da proposta governamental não pode prosperar.

O País pediu nova eleição para a Constituinte. Esta a mensagem para os que têm olhos de ver. Este o claro reclamo para os que têm a verdade na inteligência e a Pátria no coração.

A outra cria presidencial é o temporão Cruzado Ribamar Jr., em vias de doloroso parto no momento do preparo destas linhas. Curioso caso médico — um aborto de nove meses.

Todos já sabem que os concertos requeridos pela vivência do plano de estabilização foram irresponsavelmente postergados pela vaidade, teimosia e cegueira dos administradores, cerceados ainda mais pelos interesses eleitoreiros do Sr. Sarney.

A expectativa otimista de 28 de fevereiro transformou-se no abismo de incertezas que ora vivemos por culpa exclusiva dos homens de Brasília. Uma grande oportunidade fraudada que merece a inclemência da história.

Pois agora dão a luz os remendos. Sai finalmente das sombras da clandestinidade o produto das idéias econômicas de um pequeno e restrito grupo de acadêmicos e dilettantes que, apesar de sua pouca experiência do mundo real, arvora-se do direito divino de reordená-lo solitariamente.

Lembra muito a imprópria ação daqueles outros gênios da raça — Geisel e Golbery. Sem qualquer mandato, mas com a mesma arrogância, o Dr. João Manoel & Cia. Ltda. acabam de decidir os destinos da economia nacional. Mas, como são verdadeiros e sinceros os democratas (ao contrário de seu arquiinimigo Delfim), deram-se à generosidade de fazer consultas à sociedade.

Ridícula mentira. O que fizeram foi informar, a posteriori, uns poucos líderes do PMDB sobre seus projetos.

Houve também a farsa da consulta aos Governadores. Imaginem-se só a extraordinária contribuição do preclaro governador Amazonino Mendes ao debate sobre a dívida externa e o brilho da opinião do governador de Rondônia sobre a crise da SIDERBRÁS. Já nem é mais ridículo. É uma lamentável palhaçada.

Neste circo de cavalinhos do Dr. Sarney só não foram ouvidos os mais interessados — os assalariados, os profissionais liberais, as classes produtoras, o país real em fim. Outra vez, em monótona repetição, desaba sobre as nossas cabeças mais um pacote.

Temos de volta o regime dos sábios-benevolentes. Um grupelho de pseudoentendidos, alojados em dois ou três ministérios, decidem sozinhos à nossa revelia, mas com a luminosa ajuda do paraquesdista Sarney, toda a estrutura econômica do País. Não nos dão qualquer satisfação prévia, não admitem contribuições ou críticas. São os redatores exclusivos do Almanaque Eu-Sei-Tudo. Nem mesmo o deputado Delfim Netto exibiu tanta arrogância, embora sócio da ditadura.

Pobre País. Tanta luta para mudar e acaba vitimado pela petulância de uns poucos.

Todos vendo o perigo. O esgotamento das reservas, a hipoteca dos subsídios, a paralisação dos investimentos. Todos reclamando a verdade nas relações de trocas. Todos temendo a mentira da inflação manipulada. Todos esperando, há meses, medidas corretivas.

Afinal, acolitado pelas comadres, a timidez e a demagogia o Planalto pariu. Mais um ratão para roer os nossos bolsos.

Folha de S. Paulo, 23-11-86

ANOTE

Televisões e rádios independentes mostraram, na sexta-feira, a perplexidade que tomou conta da população com o anúncio das medidas que compuseram o Cruzado Dois. Há tempos, os indicadores informavam os analistas econômicos da necessidade de medidas duras; e o Ministro da Fazenda garantia aos eleitores que nada viria.

Montou-se um jogo eleitoral perigoso, onde ganham-se votos, mas perde-se um ingrediente fundamental em qualquer política econômica: a credibilidade. O mesmo Ministro que garantia que não viria nenhum aumento de imposto, anunciou as novas tributações. Quem sustentava, contra todas as evidências, que o congelamento era sagrado, anunciou reajustes que têm um impacto direto de mais de 10% sobre a inflação ampliada e de mais de 7% sobre os mais pobres. A mesma pessoa que diz que o gatilho salarial foi mantido, deixa vaziar que o índice de preços será modificado. E quem garante que a troca de índices visou dar uma proteção maior às camadas de baixa renda anuncia, na mesma ocasião, que o índice, além de modificado, será expurgado.

As medidas foram duras, e era inevitável, dado o acúmulo de problemas que se formaram na economia, e o descrédito, patente na formação de estoques reguladores e na semiparalisação das exportações. As medidas, efetivamente, vieram. Mas buscando os mesmos bodes expiatórios de sempre: a classe média.

No momento, o país convive com um caixa dois de proporções inéditas. Registra um nível de contrabando excepcional. Nada se fez, no entanto, para enquadrar o País Dois no arcabouço tributário legal, ou se proceder a uma reforma tributária que apanhasse, efetivamente, a faixa de 1% dos mais ricos, da qual o Ministro faz parte.

Quem tem que pagar a conta é a classe média do País Um — aquele que declara seus rendimentos, paga imposto em dia, aplica em título nominativo, recebe um péssimo atendimento dos serviços públicos e é acusado de privilégios. A lógica que diz que a classe média deve pagar a conta porque ganha mais do que as classes populares é uma velha, mas ainda eficiente fórmula, onde se joga uma pitada de sentimento social para disfarçar a evidente má vontade em se tocar em interesses maiores.

No caso em questão, os números indicam que a tese Robin Hood não tem sustentação estatística: o pacote tirou da classe média e tirou da classe popular.

Em que pese todas essas ressalvas, não é só possível, como desejável, que o Cruzado Dois seja eficiente para reverter o atual quadro de descrédito dos setores empresariais em relação ao Cruzado Um. E poderá, efetivamente, ser eficiente como, em outras épocas, foram eficientes medidas ortodoxas levadas a cabo pela dupla Campos/Bulhões. Só que ambos jamais tiveram a ousadia de qualificar suas medidas de "ortodoxia criativa".

O caso Bacha

Há meses, quando o Ministro Fuñaro ordenou o expurgo do compulsório sobre os índices de custo de vida medidos pela FIBGE, esta coluna endereçou críticas contundentes a seu Presidente, Edmar Bacha, por sua aparente passividade. Nos dias seguintes, no entanto, Bacha demonstrou que continuava o mesmo dos tempos de oposição. Resistiu às ordens e acabou descobrindo, com a competência que lhe é peculiar, formas de atender o rei, sem arranhar suas convicções. Agora, vem a notícia de suas renúncia, ante a eminência de novos expurgos nos índices.

Fica o registro: Bacha é um economista que dignifica a sua classe e demonstra uma rara vocação de homem público. Quando criticar era perigoso, ele foi o primeiro a abrir a picada, com um livro antológico. Quando criticar virou meio de vida, ele se voltou para a descrição de um profícuo trabalho acadêmico que o transformou, inegavelmente, num dos economistas mais respeitados no seu meio. Que o futuro permita ao país que sua participação pública não se esgote neste episódio. (L. N.)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO (PMDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)
— Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Prolonga-se indefinidamente a greve dos Correios, embora restrita hoje ao Rio de Janeiro. O temor dos grevistas, do meu Estado, reside na possibilidade de punições, assim se encerrarem as suas atividades na greve.

Ocupo esta tribuna para fazer um apelo aos dirigentes deste País, ao Senhor Presidente da República e ao Sr. Ministro das Comunicações, para que atendam ao apelo dos grevistas dos Correios e Telégrafos, a fim de que reabram os entendimentos, já que a classe está disposta a discutir uma solução para um problema que angustia, hoje, gravemente toda a população do Rio de Janeiro.

Por falar na população do Rio de Janeiro, Sr. Presidente, quero consignar, também, a angústia dos funcionários do Banco Nacional da Habitação, que esperam que o Senhor Presidente da República e o seu Governo atendam a angústia em que vivem esses servidores e os inclua, a todos, entre os futuros funcionários da Caixa Econômica Federal, evitando que a extinção do banco jogue no desemprego vários milhares de funcionários e, portanto, levando ao desespero a igual número de famílias. Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Está finda a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA

Não há quorum para deliberação
— Em consequência, as matérias da Ordem do Dia, em fase de votação, constituída do Projeto de Resolução n.º 35/86; Projetos de Lei do Senado n.ºs 80/84 e 242/85, ficam com a sua apreciação adiada para a próxima sessão ordinária, bem como o Projeto de Lei do Senado n.º 138/80 — Complementar, por depender da votação de requerimento.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO (PMDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)
— Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O desastre ecológico, que ronda a região dos lagos e o litoral fluminense, com a crescente mortalidade de peixes, além de atentar contra a sobrevivência da fauna aquática, importa, necessariamente, no desemprego de milhares de pescadores, sem outro meio de vida.

Recebemos, recentemente, da Associação dos Moradores e Amigos de Ponta Negra, 2.º Distrito de Maricá, no Rio de Janeiro, um amplo documento, já divulgado pela imprensa, demonstrando o crime ecológico que

se perpetua naquelas praias e na lagoa de Guarapina, atingindo todo o complexo lagamar daquele Município, único, no mundo, que possui cinco lagoas interligadas.

Diante das constantes reclamações e insistentes apelos dos pescadores daquelas lagoas e do povo de Maricá, órgãos estaduais como SERLA e FEEMA, já confessaram sua impotência no sentido da recuperação do complexo lacustre.

Também o Prefeito de Maricá assegura não dispor de recursos para salvar as lagoas, ante o silêncio dos órgãos federais de proteção ao meio ambiente.

Enquanto isso, na decantada paisagem das lagoas, outrora exuberante de luminosidade, de vegetação e recursos piscosos, a morte parece rondar as derradeiras espécies, o mau cheiro tresandando e espantando os turistas, num cenário lamacento e morto, poucos barcos na colheita dos raros peixes, milhares de pescadores sem trabalho.

Recentemente, em alguns dias, contaram-se vinte toneladas de peixes mortos nas lagoas poluídas, quando os pescadores realizaram um ato público de protesto na rodovia Amaral Peixoto. O apoio da Associação dos Moradores e da Câmara Municipal de Maricá cercou a manifestação, em que se viam centenas de crianças com cartazes de protesto.

Naquele dia, o pacato lugarejo de Ponta Negra fervilhava de gente, câmaras de televisão, máquinas fotográficas, transmissores de rádio, emprestavam eco ao protesto popular, inclusive às acusações contra a indiferença das autoridades estaduais.

Advertiu-se, na oportunidade, que para a salvação das lagoas, são necessárias obras de dragagem no Canal de Ponta Negra, com um enrocamento de novecentos metros. Mas, até agora, a SERLA não arranjou verbas para a construção de um novo molhe. Impotente o Município, indiferente o Estado, resta-nos apelar ao Governo Federal, pela Secretaria do Meio Ambiente, para que salve as lagoas de Maricá, que encerram um dos belos santuários ecológicos da orla Atlântica.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a próxima sessão a seguinte.

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 35, DE 1986

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução n.º 35, de 1986 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer n.º 409, de 1986), que autoriza a Prefeitura Municipal de Vilhena (RO) a elevar em Cr\$ 2.732.430.000,00 (dois bilhões, setecentos e trinta e dois milhões, quatrocentos e trinta mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob n.ºs 410 e 411, de 1986, das Comissões:

— de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade; e
de **Municípios**, favorável.

2

PROJETO DE LEI DO SENADO N.º 80, DE 1984

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 195, I do Regimento Interno)

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado n.º 80, de 1984, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, com vistas a limitar em 40 horas semanais a jornada de trabalho, tendo

PARECER, sob n.º 889, de 1986, da Comissão — de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade;

PARECER ORAL, favorável, proferido em Plenário, da Comissão de Legislação Social.

3

PROJETO DE LEI DO SENADO
N.º 242, DE 1985

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado n.º 242, de 1985, de autoria do Senador Carlos Chiarelli, que acrescenta parágrafo ao art. 116 da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952, para permitir a contagem do tempo de serviço prestado ao Serviço Público, em outro órgão, para efeito da concessão de Licença Especial, tendo

PARECER, sob n.º 442, de 1986, da Comissão — de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

4

PROJETO DE LEI DO SENADO
N.º 138, DE 1980 — COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado n.º 138, de 1980 — Complementar, de autoria do Senador José Sarney, que isenta de impostos federais, estaduais e municipais os ingressos para espetáculos de artes cênicas, tendo

PARECER, sob n.º 232, de 1984, da Comissão — de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade, com voto vencido, em separado, do Senador Aderbal Jurema.

(Dependendo da votação do Requerimento n.º 508, de 1986, de autoria do Senador Nivaldo Machado, de adiamento da discussão para reexame da Comissão de Constituição e Justiça.)

5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
N.º 46, DE 1986

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara n.º 46, de 1986 (n.º 6.835/85, na Casa de origem), que dispõe sobre a transformação de encargos de representação de Secretaria do Tribunal Federal de Recursos e dá outras providências, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob n.ºs 1.025 e 1.026, de 1986, das Comissões

— de Serviço Público Civil e de Finanças.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 50 minutos.)

PORTARIA N.º 39, DE 1986

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 215 da Resolução n.º 58, de 1972, Regulamento Administrativo do Senado Federal, resolve:

Designar os servidores Sílvia Vieira Peixoto Neto, Auxiliar Legislativo NM-35, Adilson Ferreira do Nascimento, Contador NS-21 e Francisco das Chagas Medeiros, Adjunto Legislativo NS-18, todos do Quadro do Senado Federal, para, sob a presidência do primeiro, integrarem a Comissão incumbida da Tomada de Contas dos Almojarifados do Senado Federal, relativa ao exercício de 1986.

Senado Federal, em 21 de novembro de 1986. — Lourival Zagonel dos Santos, Diretor-Geral.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA
DOS CONGRESSISTAS
12.ª REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA
EM 25 DE SETEMBRO DE 1986

Aos vinte e cinco dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e oitenta e seis, às dezessete horas, sob a presidência do Senhor Senador Nelson Carneiro e com a presença dos Senhores Conselheiros Senadores João Lobo e Jutahy Magalhães, Deputados Francisco Studart e José Ribamar Machado, Dr. Gentil Humberto Barbosa e Sr. Luiz do Nascimento Monteiro, reúne-se, ordinariamente, o Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência dos Congressistas — IPC, a fim de apreciar processos diversos. Lida e aprovada a ata da reunião anterior, o Senhor Presidente submeteu ao Colendo Conselho os seguintes processos, deferidos "ad referendum": a) de averbação de mandato estadual, requerido pelo Senhor Deputado Oséas Cardoso Paes; b) de concessão de pensão a Iracema de Benedito Kemp, Carlos Tavares de Lyra, Libânio Teixeira de Albuquerque, Maria Batista de Miranda, beneficiária da ex-pensionista Rosa Batista Miranda e à Maria Luiz Xavier de Almeida e Mello, beneficiária do ex-pensionista Taciano Gomes do Amaral; c) de auxílio-doença a Nelson Omegna, Nilo Corrêa Lima, Maria Batista Miranda, Diva Fernandes Braga, Eurico Bartolomeu Ribeiro, Paulo José Maestralli, Siles Rezende de Araújo, Nancy de Lourdes Salgado Lins, Jethro Jairo de Macedo Brum, José de Alvarenga, Henry Binder, José Pereira Caputo, Maria Iracema Saboia Fonseca, Valter Ferreira, Maria da Guia Duarte da Silva, Mercedes Porto de Queiroz Ornelas Araújo, José Correia Lima, Sérgio de Otero Ribeiro, Eurico de Souza e Jorge Vargas. Examinados os processos, os Senhores Conselheiros votaram pela aprovação dos mesmos, por unanimidade. Em continuação, foram também apreciados e aprovados os processos de inscrição no quadro de segurados do IPC dos seguintes funcionários de ambas as Casas do Congresso Nacional: Alfredo José Tardin Neto, Antônia Rodrigues Pires do Carmo, Ana Maria Neri Fraga, Arnaldo Vieira da Silva, Edgar Braga da Silva, Esther Ferreira Gomes Ortega, Francisco Pereira da Silva, Francisco Assis de Aquino Costa, Jaybere Quintão de Oliveira, José Carlos Tavares, João Batista Lima Menezes, José Wilson Barbosa Junior, Luiz da Silva, Mara Luiza Sezerino, Maria Lucia dos Santos Silva, Marli José Batista, Maria Cristina Moz, Maria Beatriz de Andrade Santiago da Silva, Manoel Joacir Pereira Bernardino, Maria Tereza do Patrocínio Martins, Maria José da Silva Santos, Maria Helenice Felipe, Nascimento Ferreira Gomes, Tania Regina Girardi Alves, Valdeario Silverio do Nascimento, Whildaker Campos de Abreu, Alzira Alves Pugas, Aurea Ferreira de Sousa Silva, Cassandra Nobrega Rosas, Celino Oliveira Brandão, Damião Pedro de Oliveira, Dijanete do Nascimento, Emival Tadeu Pereira de Sousa, Francisco das Chagas Rodrigues, Francisca Cardoso da Silva, Galdino Galdino da Silva, Geralda Mendes das Chagas, Gilberto Gil Santiago, Hilda de Sena Correia Wiederhecker, José Hilário Aquino Soares, Josias Lopes da Silva, Leontino Lemos Silva, Maria Aparecida S. de Carvalho, Maria do Socorro Cavalcante Muggler, Maria Inacia Cardoso Paes, Maria Lucia Antonio de Oliveira, Maria José Ribeiro, Mario Urias Novaes Filho, Myrna Lopes Pereira de Oliveira, Neuber Miranda Ribas, Otavio Mariz de Faria Junior, Raimundo Manoel do Nascimento, Roberto de Souza Cruz, Solange Sotelo Pinheiro Calmon, Susana Maria Beltrão Pereira, Wagner de Jesus, Alvaro Araujo Souza, Antonio Sousa Neto, Antonio Bandeira de Assunção, Ana Maria de Medeiros, Belcholina dos Reis Mendes, Carlos Henrique de Oliveira Porto Filho, Cassiana Josanne Manes Garcia, Deraldo Ruas Guimarães, Dineia Alexandre de Souza Santos, Danilo Martins, Elisabeth Cristina Alves da Silva, Francisco Azevedo Aguiar, Fatima Silva de Salles, José Soares Silva, José Serafim dos Reis, José Eduardo Guimarães Santos, João Francisco Neves, Jorge Luiz Dolbeth Costa, Jeová Abrahão, Joaquim Miguel Oliveira da Mata, Luiz José dos Santos, Luiz Antonio Martins Suertegaray, Maria Dulce Pereira de Santana, Maria Virginia Ladeira Rosseto, Maria de Lourdes Magalhães, Milga Aurora Vizzotto Litwinczik, Mauri Rosa da Silva, Marelson Francisco Bueno, Neusa Maria Moura Bernardes, Pedro Rodrigues Soares, Ricardo Frederico Secco

Távora, Rosimeire de Oliveira Barreiros, Thereza Machado de Almeida, Vandir da Silva Ferreira, Walter Sotero Franco, Anildo Joaquim Alves, Getro Artiaga Lima e Silva, Ivannil Alves Barbosa, José Pereira Nunes, Miriam dos Santos Medeiros, Pedro de Carvalho Rodrigues, Roberto Luiz Leite Oliveira e Sonia Marcelino Nascimento Ribeiro dos Santos. Nada mais havendo a tratar, é encerrada a reunião às dezessete horas e quarenta minutos. E, para constar, eu, Zilda Neves de Carvalho, Secretária, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

ATAS DE COMISSÕES

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

13.ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA,
REALIZADA EM 15 DE OUTUBRO DE 1986

Às dezessete horas do dia quinze de outubro de mil novecentos e oitenta e seis, na Sala de Reuniões da Comissão de Legislação Social na Ala Senador Alexandre Costa, presentes os Senhores Senadores Humberto Lucena, Presidente, Saldanha Derzi, Alair Coutinho, Lourival Baptista, Nivaldo Machado, Marcelo Miranda e Mauro Borges, reúne-se extraordinariamente a Comissão do Distrito Federal. Deixam de comparecer por motivo justificado os Senhores Senadores Mário Maia, Henrique Santillo, Alexandre Costa, Carlos Lyra, Maurício Leite e Amaral Peixoto. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberto os trabalhos, e dispensa a leitura da Ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Em seguida, o Senhor Presidente esclarece aos seus pares, que o Quadro Geral de Relatores do Orçamento do Distrito Federal para 1987 — OPI para 87/89, publicado no DCN Seção II, n.º 108 de 12 de setembro de 1986, pág. 3134, foi alterado com a inclusão dos Relatores Substitutos. O Senador Nivaldo Machado, nos lugares dos Senadores Benedito Ferreira, nas partes referente ao Gabinete do Governador, Procuradoria Geral, Secretaria de Comunicação Social, e do Senador Luiz Cavalcante, nas partes referente a Secretaria de Viação e Obras, Secretaria de Serviços Públicos. O Senador Alair Coutinho, no lugar do Senador Galvão Modesto, nas partes referente ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, Receita e Texto da Lei. As alterações acima, foram feitas em decorrência de vagas abertas na Comissão do Distrito Federal, deixadas pelos Senadores Benedito Ferreira, Luiz Cavalcante e Galvão Modesto.

Prosseguindo, o Senhor Presidente comunica aos Senhores Senadores, que a presente reunião foi convocada para discussão e votação dos pareceres dos relatores sobre as diversas partes do Projeto de Lei do Senado n.º 197, de 1986-DF, que "aprova o Orçamento Plurianual de Investimentos do Distrito Federal para o triênio 1987/1989" e ao Projeto de Lei do Senado n.º 198, de 1986-DF, que "estima a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1987".

São Relatadas as seguintes partes dos projetos: Gabinete do Governador, Procuradoria Geral e Secretaria de Comunicação Social (PLS 197-OPI), Relator: Senador Saldanha Derzi; Parecer: Favorável. Posto em discussão e, em seguida, em votação, o parecer, é o mesmo aprovado por unanimidade. Gabinete do Governador, Procuradoria Geral e Secretaria de Comunicação Social (PLS 198-ANUAL), Relator: Senador Saldanha Derzi; Parecer: Favorável. Posto em discussão e, em seguida, em votação, é o mesmo aprovado por unanimidade. 2.ª) Secretaria de Governo e Secretaria de Administração (PLS 197-OPI), Relator: Senador Mauro Borges; Parecer: Favorável. Posto em discussão e, em seguida, em votação, o parecer, é o mesmo aprovado por unanimidade. Secretaria de Governo e Secretaria de Administração (PLS 198-ANUAL), Relator: Senador Mauro Borges; Parecer: Favorável. Posto em discussão e, em seguida, em votação, o parecer, é o mesmo aprovado por unanimidade. 3.ª) Secretaria de Finanças e Reserva de Contingência (PLS 197-OPI), Relator: Senador Marcelo Miranda; Parecer: Favorável. Posto em discussão e, em seguida, em votação, o pare-

cer, é o mesmo aprovado por unanimidade. Secretaria de Finanças e Reserva de Contingência (PLS 198-ANUAL) Relator: Senador Marcelo Miranda; Parecer: Favorável. Posto em discussão e, em seguida, em votação, o parecer, é o mesmo aprovado por unanimidade. 4.ª) Secretaria de Educação e Secretaria de Cultura (PLS 197-OPI), Relator: Senador Mauro Borges; Parecer: Favorável. Posto em discussão e, em seguida, em votação, o parecer, é o mesmo aprovado por unanimidade. Secretaria de Educação e Secretaria de Cultura (PLS 198-ANUAL), Relator: Senador Mauro Borges; Parecer: Favorável. Posto em discussão e, em seguida, em votação, o parecer, é o mesmo aprovado por unanimidade. 5.ª) Secretaria de Saúde e Secretaria de Serviços Sociais (PLS 197-OPI), Relator: Senador Nivaldo Machado; Parecer: Favorável. Posto em discussão e, em seguida, em votação, o parecer, é o mesmo aprovado por unanimidade. Secretaria de Saúde e Secretaria de Serviços Sociais (PLS 198-ANUAL), Relator: Senador Nivaldo Machado; Parecer: Favorável. Posto em discussão e, em seguida, em votação, o parecer, é o mesmo aprovado por unanimidade. 6.ª) Secretaria de Viação e Obras e Secretaria de Serviços Públicos (PLS 197-OPI), Relator: Senador Lourival Baptista; Parecer: Favorável. Posto em discussão e, em seguida, em votação, o parecer, é o mesmo aprovado por unanimidade. Secretaria de Viação e Obras e Secretaria de Serviços Públicos (PLS 198-ANUAL), Relator: Senador Lourival Baptista; Parecer: Favorável. Posto em discussão e, em seguida, em votação, o parecer, é o mesmo aprovado por unanimidade. 7.ª) Secretaria de Agricultura e Produção, Secretaria da Indústria e do Comércio e Secretaria do Trabalho (PLS 197-OPI), Relator: Senador Mauro Borges; Parecer: Favorável. Posto em discussão e, em seguida, em votação, o parecer, é o mesmo aprovado por unanimidade. Secretaria de Agricultura e Produção, Secretaria da Indústria e do Comércio e Secretaria do Trabalho (PLS 198-ANUAL), Relator: Senador Mauro Borges; Parecer: Favorável. Posto em discussão e, em seguida, em votação, o parecer, é o mesmo aprovado por unanimidade. 8.ª) Secretaria de Segurança Pública (PLS 197-OPI), Relator: Senador Saldanha Derzi; Parecer: Favorável. Posto em discussão e, em seguida, em votação, o parecer, é o mesmo aprovado por unanimidade. Secretaria de Segurança Pública (PLS 198-ANUAL), Relator: Senador Saldanha Derzi; Parecer: Favorável. Posto em discussão e, em seguida, em votação, o parecer, é o mesmo aprovado por unanimidade. 9.ª) Tribunal de Contas do Distrito Federal, Receita e Texto da Lei (PLS 197-OPI), Relator: Senador Alaor Coutinho; Parecer: Favorável. Posto em discussão e, em seguida, em votação, o parecer, é o mesmo aprovado por unanimidade. Tribunal de Contas do Distrito Federal, Receita e Texto da Lei (PLS 198-ANUAL), Relator: Senador Alaor Coutinho; Foi apresentada as Emendas de n.ºs 1 e 2 de autoria do Senador Henrique Santillo; Parecer: Favorável, com a Emenda n.º 1 do Relator e contrário as Emendas n.ºs 1 e 2 do Senador Henrique Santillo. Posto em discussão e, em seguida, em votação, o parecer, é o mesmo aprovado por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu Kleber Alcoforado Lacerda, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. — Senador Humberto Lucena

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA 3.ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 15 DE OUTUBRO DE 1986

Às dez horas do dia quinze de outubro de mil novecentos e oitenta e seis, na sala de reuniões da Comissão de Minas e Energia, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senhor Senador Nivaldo Machado e com a presença dos Senhores Senadores Afonso Sancho, Arnor Damiani e Mauro Borges, reúne-se a Comissão de Ciência e Tecnologia. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Cesar Cals, Severo Gomes e Carlos Lyra. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir são apreciadas as seguintes matérias: 1. Projeto de Decreto Legislativo n.º 28, de 1985, que "Aprova o texto do Acordo Básico

de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática Alemã, concluído em Brasília a 22 de novembro de 1984". Relator: Senador Afonso Sancho. Parecer: Favorável. Aprovado por unanimidade. 2. Projeto de Decreto Legislativo n.º 13, de 1986, que "Aprova o texto do Acordo de Cooperação Científica, Tecnológica e Industrial, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Bélgica, em Brasília a 12 de março de 1985". Relator: Senador Afonso Sancho. Parecer: Favorável. Aprovado por unanimidade. Esgotadas as matérias da pauta e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declara encerrados os trabalhos, determinando que eu, Antônio Carlos Pereira Fonseca, Assistente da Comissão, lavrasse a presente Ata que lida e aprovada, será assinada por Sua Excelência. — Senador Nivaldo Machado.

COMISSÃO DE INQUÉRITO

Criada pela Resolução n.º 22, de 1984, destinada a analisar o funcionamento do Sistema Financeiro de Habitação e de seu principal agente financeiro, o Banco Nacional da Habitação — BNH.

1.ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO),

REALIZADA EM 31 DE OUTUBRO DE 1984

Aos trinta e um dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e oitenta e quatro, às dezessete horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças, no Senado Federal, presentes os Srs. Senadores José Lins, Jorge Kalume, Eunice Michiles, Jutahy Magalhães, Virgílio Távora, Gabriel Hermes, Henrique Santillo, João Calmon, Moacyr Duarte, Enéas Farias, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pela Resolução n.º 22, de 1984, destinada a analisar o funcionamento do Sistema Financeiro de Habitação e de seu principal agente financeiro Banco Nacional da Habitação — BNH.

Deixam de comparecer, por motivos justificados, os Srs. Senadores Benedito Ferreira e Gastão Müller.

De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a Presidência, eventualmente, o Sr. Senador João Calmon, que declara instalada a Comissão.

Em obediência ao dispositivo regimental o Sr. Presidente esclarece que irá proceder a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão. Distribuídas as cédulas, o Sr. Senador João Calmon convida o Sr. Senador Enéas Farias para funcionar como escrutinador.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:
Senador Henrique Santillo 9 votos
Em branco 1 voto
Para Vice-Presidente:
Senador Jutahy Magalhães 9 votos
Em branco 1 voto
São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Srs. Senadores Henrique Santillo e Jutahy Magalhães.

Assumindo a Presidência o Sr. Senador Henrique Santillo agradece, em nome do Sr. Senador Jutahy Magalhães e no seu próprio, a honra com que foram distinguidos, e designa o Sr. Senador José Lins para relatar a matéria.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, e para constar, eu, Clayton Zanlorenzi, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente, demais membros da Comissão e irá à publicação.

COMISSÃO DE ECONOMIA REUNIÃO ESPECIAL, REALIZADA EM 16 DE AGOSTO DE 1984

Às dez horas do dia dezesseis de agosto de mil novecentos e oitenta e quatro, na sala das reuniões da Comissão, Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Sr. Senador Roberto Campos, presentes os Srs. Senadores Jorge Kalume, Benedito Canelas, Luiz Cavalcante e Benedito Ferreira, reúne-se, em caráter especial, a Comissão de Economia. A presente reunião se destina a receber o Sr. Leonard Santos, Assessor do Senado norte-americano, que, na oportunidade, proferiu palestra seguida de debates, sobre o comércio internacional em nosso País. Ao término da reunião, o Sr. Presidente agradece a presença de todos e em especial a participação do Sr. Leonard Santos, que mostrou a

está Comissão o processo legislativo norte-americano no que concerne ao comércio exterior. Finalizando, o Sr. Presidente determina que as notas taquigráficas tão logo traduzidas sejam anexadas à presente Ata. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Francisco Guilherme Thees Ribeiro, Assistente da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada por S. Ex.ª — Senador Roberto Campos.

ANEXO À ATA DA REUNIÃO ESPECIAL (INFORMAL) DA COMISSÃO DE ECONOMIA, REALIZADA EM 16 DE AGOSTO DE 1984, REFERENTE A CONFERÊNCIA DO SR. LEONARD SANTOS, ASSESSOR DO SENADO NORTE-AMERICANO, SOBRE COMÉRCIO INTERNACIONAL, QUE SE PUBLICA, COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SR. PRESIDENTE.

Presidente: Senador Roberto Campos
Vice-Presidente: Senador Severo Gomes
(Íntegra do apanhamento taquigráfico da reunião.)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Declaro abertos os nossos trabalhos.

Concedo a palavra ao nobre Sr. Leonard Santos.

O SR. LEONARDO SANTOS — Agradeço esta oportunidade para falar sobre o tema Comércio Internacional em nosso País.

Peço-lhes que me perdoem por falar espanhol, e não em português. Infelizmente, não falo português.

Para mim é um prazer estar aqui com colegas, pois trabalho para o Senado dos Estados Unidos.

V. Ex.ªs entendem claramente o processo legislativo em geral, ou seja, oportunamente que tem o Congresso de decidir a política de comércio internacional. Falarei um pouco de nosso sistema técnico, especificamente sobre o que diz a Constituição, e como funciona o Congresso na parte relativa ao comércio internacional, sobretudo da política atual, das proposições em tramitação no Congresso, a opinião do Congresso, porque — creio — será mais interessante para V. Ex.ªs

Primeiramente falarei do sistema legislativo norte-americano.

Pelo nosso sistema, o Congresso tem, segundo determina a Constituição, a responsabilidade de realizar a política de comércio internacional norte-americana. Tem sido desenvolvido através de muitos anos e agora temos um sistema pelo qual há, no Executivo um órgão — a Repartição do Representante do Presidente para o Comércio Internacional. Essa pessoa é responsável perante o Comitê de Finanças do Senado, e perante semelhante Comitê da Câmara dos Representantes. Essa repartição funciona como árbitro da política de comércio internacional dentro do Executivo. Todos os membros do gabinete fazem parte de um Comitê Executivo, que tem como Líder um representante, e participa da política do comércio internacional. Esta é a política do Executivo. Assim mesmo, essa repartição tem que estar em constante contato conosco acerca da política. As decisões que tomam, qualquer negociação que queiram fazer, qualquer tratado que queiram firmar, primeiro têm de ter a permissão do Congresso.

Vou dar um exemplo. Se não me engano, em 1965. O Executivo não fez a coordenação que deveria fazer, e não pôde obter a aprovação do Congresso. Foi durante a administração do Presidente Johnson, do tratar de negociar uma nova convenção sobre "anti-dumping duties". Esse tratado foi concluído entre o representante do Presidente e vários países estrangeiros, através do GATT. Ao apresentar o tratado ao Congresso, este o rejeitou em grande parte, porque o Presidente não havia consultado o Congresso. Depois das reuniões de Tóquio e das leis que foram aprovadas, como resultado dessas negociações, houve uma composição muito boa entre o Executivo e o Congresso, e, agora, constantemente falamos da política do comércio internacional.

Tecnicamente, uma lei que tem que ser aprovada por ambas as Câmaras e, depois, enviada ao Presidente, para sanção. Se o Presidente não a aprova, pode voltar ao Congresso, e são exigidos 2/3 dos votos de cada Câmara para ser convertida em lei, ainda que o Presidente não a tenha apoiado.

Muitas leis são propostas a cada ano e que nunca são consideradas pelo Congresso e, algumas que são consideradas, muito poucas são aprovadas. Digo-lhes isto porque há muitas proposições que podem ser tidas como protecionistas, que representam os interesses de

uma indústria ou de um senador ou dois senadores, ou de um representante, que nunca são aprovadas pelo Congresso. Se não há uma grande maioria a favor da proposição, seguramente esta não será aprovada. Assim, não devem interpretar a existência de muitas proposições de leis protecionistas como indicação de protecionismo em nosso País, porque representam interesse de uma minoria ou de alguns poucos membros do Congresso. Em geral como agora o Partido Republicano tem maioria no Senado, esta Casa tem apoiado a política do Presidente em relação ao comércio internacional. Por isso, se o Presidente se opõe a alguma proposição e recebe o apoio do Partido no Senado, é quase certo que não se converterá em lei.

Vou dar um exemplo recente — a Lei do Conteúdo Doméstico, se refere à fabricação de automóveis. Esta lei estipula que 90% de cada automóvel vendido nos Estados Unidos, seja feito nos Estados Unidos; a lei tem como finalidade proibir as importações de carros japoneses, porque os japoneses agora estão exportando para nosso mercado aproximadamente 1.800.000 automóveis ao ano. Essa lei foi aprovada pela Câmara dos Representantes e foi remetida ao Senado, e não chegou a ser discutida nem aprovada no Senado. Seguramente não será aprovada no Senado, porque o Partido da maioria, o Partido Republicano está contra essa lei. A Câmara dos Representantes aprovou a lei porque, em parte sabia que não ia ser aprovada no Senado, e ainda, mais, se fosse aprovada no Senado não seria sancionada pelo Presidente. Foi muito fácil à Câmara dos Representantes votar essa lei, porque, se fosse aprovada, seria não — digamos — uma declaração de guerra econômica com o Japão.

Então, não se pode dizer seja um protecionismo. Na realidade, constitui mais um símbolo de frustração de nossas relações com o Japão. Entretanto, a lei não obteve êxito.

Foi uma maneira de o Congresso expressar essa frustração sem aprovar algo que vai causar muitos outros problemas. Outra maneira de expressar a sua posição é propor uma lei sem executar essa lei. Vou dar um exemplo, faz 4 anos nossa indústria de automóveis atravessava um período muito difícil e vários senadores propuseram uma lei que estipulava uma quota sobre a importação de automóveis; nunca se aprovou essa lei, mas a existência dessa proposição exerceu pressão ao Presidente para que ele negociasse um acordo voluntário com os japoneses, acordo esse que dura há três anos e meio e vai continuar até março próximo, quer dizer que o Congresso tem dentro do seu mecanismo o poder de fazer uma pressão muito grande sobre o Presidente para que ele faça coisas, que não são tão extremas como a proposição mas que diminuam a pressão de uma indústria sobre outra.

Então, não somente por métodos formais como por métodos informais, o Congresso tem um papel muito importante na formulação da política do comércio internacional dos Estados Unidos. Falarei um pouco de proposições que apreciamos, bem como no futuro. Delas nunca falei. Há muitas proposições para proteger o nosso mercado de importação de vários tipos, como sobre o aço, calçados, cobre, atum. A lista é extensa. Seguramente muitas dessas leis serão aprovadas. Nosso mercado continua muito aberto e o Partido da Maioria, ou seja, o Partido Republicano agora, em geral apóia o mercado aberto. Claro, há exceções. O Presidente, nos últimos 3 anos, tem dado vários tipos de proteção aos especiais, "special steel", tem dado proteção a motocicletas e a várias outras categorias. Em relação ao quadro geral são poucas as exceções. Creemos que a lei das vantagens comparativas nos traz mais benefícios que a proteção. Claro que várias indústrias têm sofrido em virtude das importações, porque não se tem modernizado, não tem feito o necessário para seguir competindo. Em outros casos, as indústrias sofrem a competição de importações como resultado da cotação do dólar, que tem sido muito alta, no último ano e meio e seguramente seguirá sendo por algum tempo mais. Disto resulta que nossas exportações são muito caras e as importações muito baratas. Claro que várias indústrias que têm que competir com essas importações têm procurado obter proteção. Com isto, estamos acumulando, este ano, no comércio internacional, um déficit de quase 130 bilhões de dólares. Duvido seja aprovada alguma de maneira dramática. Como disse, há exceções

aqui e acolá, mas, em geral, creio que continuaremos com um mercado aberto.

Nosso sistema político é democrático e quando uma indústria tem muito poder político, como tem, por exemplo, a indústria têxtil, e na qual há mais de 1 milhão de empregados, pode obter proteção, porque a soma aritmética indica que tem muitos votos e os senadores que representam Estados onde há indústria têxtil são senadores de bastantes influência, e essa indústria tem tido êxito em obter proteção. Os sistemas democráticos tratam de responder às demandas dos eleitores dos membros do Congresso.

Por outro lado, há uma confrontação, porque o Executivo e muitos membros do Congresso entendem que, se queremos continuar exportando para os mercados do mundo, teremos que ter um mercado bastante aberto também. Esses acordos têm que atender a ambos os lados. Não podemos ter somente exportação e não importações. Se quisermos vender trigo ou produtos agrícolas ao mundo, temos que importar produtos de outros países. Não é por outro motivo que o Comitê de Finanças, que tem jurisdição sobre o comércio internacional no Senado, é composto, em grande parte, por senadores que representam Estados agrícolas, e nos Estados Unidos a indústria agrícola exporta 40% do que produz. Então, estes senadores são defensores do sistema do mercado livre.

Estamos entrando num período difícil, primeiro, porque a indústria agrícola tem muitos problemas com a comunidade Européia, em razão de subsídio dado pela Comunidade, e por outras razões. Até certo ponto, essas dificuldades têm diminuído a defesa de mercado aberto, devido a interesses agrícolas em nosso País.

A segunda razão por que estamos entrando num tempo difícil é que, mais e mais, no Congresso se sente o sistema do comércio internacional não está sendo justo, ou seja, outros países não estão jogando pelas mesmas regras com as quais jogamos, o Japão é o principal exemplo. Diz-se que ele tem tido muito êxito em nosso mercado e nós temos menos êxito no mercado deles, porque têm vários métodos de interferir nas importações.

Mais e mais há um sentimento de que não podemos continuar com um mercado aberto, se outros países têm mercados limitados.

Não acredito que esta idéia vá resultar imediatamente em limitação de importação em nosso mercado de maneira geral. É um dos dois perigos que existem na nossa política de comércio internacional. O outro perigo é a realidade de nosso déficit no comércio internacional. Ambas estão pressionando mais e mais o Presidente e o Executivo, para serem mais duros nas negociações internacionais, para serem menos liberais. Enfim, mudar um pouco a direção da nossa política.

Esta, uma introdução. Prefiro responder às perguntas que tenham. Se V. Ex.'s quiserem fazê-las com muito gosto as responderei.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) (Fora do microfone) — A primeira pergunta se refere à recessão nos Estados Unidos, que está impondo restrições a importações do Brasil, com a restrição recente sobre calçados. Esta restrição parece-me ter sido liberalizante, mas há uma disputa quanto ao aço. Não temos informação precisa sobre as determinações, sobre as importações de aço brasileiro. Havíamos chegado, creio, a uma exportação de 1.700.000 toneladas. Os Estados Unidos queriam reduzir-la a 230 mil.

O SR. LEONARDO SANTOS — Algo sério.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Uma diferença considerada muito contrária ao espírito americano de livre comércio.

O SR. LEONARDO SANTOS — A pergunta é o que acontecerá. Infelizmente não sei o que acontecerá. Posso adiantar que várias forças estão funcionando agora. Primeiramente, refiro-me à indústria de calçado.

Teremos uma eleição em novembro. Várias indústrias, conscientes desta eleição, trouxeram à baila as nossas leis do tipo de "relief" — ajuda para a indústria, e o fizeram com o propósito de que os casos teriam que ser decididos poucas semanas, poucos meses antes da eleição. Por procedimentos que estão especificados na lei, sabiam que, os casos específicos em março, abril

e maio, teriam que decidi-los em junho, julho, e o Presidente, passadas essas recomendações, o faria em setembro ou outubro, um pouco antes da eleição. As indústrias sabiam que o ponto máximo de pressão política seria através do procedimento legal, pelo qual o Presidente estaria diante de uma decisão imediatamente antes da eleição.

Então, as indústrias de calçados, de aço, de cobre, de atum, e algumas outras, trouxeram casos na primavera que, segundo nosso procedimento, teriam que ser decididos pela Comissão Internacional de Comércio, Comissão essa que decide os fundamentos, se existem prejuízos para a indústria por causa da importação do produto. Essa Comissão teria que decidir esses casos na primeira parte do verão — junho e julho. Se recomendasse a ajuda para essa indústria, o Presidente teria que decidir se queria ou não dar ajuda em setembro/outubro. Claro, nos casos em que decide que não existem prejuízos para a indústria, o Presidente não tem que tomar decisão, porque termina a questão. No entanto, nos casos em que se recomenda que o Presidente conceda ajuda à indústria, ele tem que decidir, dentro de 60 dias, essa recomendação, e serão feitas em junho e julho. Deste modo, a decisão tem que ter lugar em setembro/outubro.

Foi — como disse — propósito de colocá-lo numa posição política difícil: teria que decidir os casos imediatamente, antes da eleição.

Em dois casos, dos cinco que foram apresentados, a Comissão decidiu que dever-se-ia dar ajuda à indústria; em três casos disse que não havia que se dar ajuda à indústria. Um dos casos em que decidiu que a indústria não deveria receber ajuda foi o de calçados. A importação de sapatos constitui atualmente 70% de nosso mercado. Aumentou muito essa percentagem nestes últimos 5 anos. A Comissão decidiu que a importação não constituía a causa das dificuldades da indústria, porque agora a porção do mercado que atendida pela importação é porção com a qual não podemos competir. Assim que a indústria perdeu essa porção de mercado, em termos econômicos. Não é consequência da importação. Estas importações preencheram um vazio de qualquer forma. Então, disseram que não haveria prejuízo para a indústria, a indústria se havia adaptado a essa porção de mercado em que ela podia competir, essa porção de preço alto, de sapatos caros, e nessa porção a indústria pode competir. No entanto a questão é que na maior parte do mercado de sapatos baratos não podem os Estados Unidos competir, devido ao trabalho artesanal, que influi muito no preço desse item. A indústria ficou muito surpreendida com essa decisão bem como os membros do Congresso que representam essa indústria. Estão tratando agora de aprovar uma lei que imporia uma cota mundial sobre os sapatos. Como fracassou o processo legal, agora estão tratando de obter êxito processo político, e duvido que alcancem, porque o Presidente está-se opondo, e há suficientes pessoas contrárias. Creio que será muito difícil aprovar uma lei que imponha uma quota.

Este é um exemplo do processo legal, que é bastante objetivo em sua decisão. Há a decisão e aí está terminada a questão.

No caso do aço — primeiro ponto é que a indústria siderúrgica é muito mais potente em termos políticos, tem muito mais empregados, é uma indústria eminentemente básica para outras indústrias. Por isso, tem muito mais poder político — de qualquer forma essa indústria também apresentou um preito, que agora foi decidido a seu favor, não em todas as categorias, porque existem muitas categorias de aço. Na revisão, cinco decidiram que havia prejuízo para a indústria, outros três decidiram que não havia. Os cinco que decidiram que havia prejuízo, a Comissão recomendou ao Presidente que houvesse tarifas ou cotas para a importação desses tipos de aço.

O SR. — (Fora do microfone — inaudível)

O SR. LEONARDO SANTOS — Essas restrições seriam sob a determinação do GATT para "scape cross": No GATT, como em nossa lei, há dois tipos de ajuda que se pode dar a uma indústria que diz que sofre prejuízo. Ora se se trata de subsídio ou "anti-dumping". Neste caso, o país tem o direito de compensar por esses subsídios ou "dumping". Outro caso é que se chama de "scape cross", ou seja, quando uma indús-

tría diz que sofre os efeitos das importações, ainda que as importações não venham sob a forma de subsídios ou de "dumping", o país onde de onde provêm essas importações não é acusado de fazer nada ilegal, segundo o GATT, não está acusado de fazer nada de mal, em termos econômicos internacionais, mas a indústria diz: não que faça nada de mal, mas estou sofrendo as consequências das importações e necessito de 3, 5 anos para ajustar-me à situação. Não se trata de uma proteção permanente, e sim uma proteção por um período limitado, em geral não mais que 3 ou 4 anos, para que aquela indústria se ajuste à nova realidade competitiva. Entretanto, para conceder essa ajuda, nossa Comissão tem que decidir que depois de 4 anos a indústria pode regressar à competição. Se não há possibilidade de essa indústria competir, porque as condições econômicas não lhe permitirão dentro dos 4 anos, então a Comissão não pode dar ajuda, porque, ainda que receba ajuda, nunca irá competir. Foi o que sucedeu no caso dos calçados. A Comissão decidiu efetivamente ainda que recebesse 10 anos de ajuda, nunca iriam poder fazê-los baratos, como pode fazer o Brasil, Formosa e Coréia, porque a mão-de-obra é muito importante na fabricação de calçados e essa mão-de-obra é muito cara nos Estados Unidos.

Esse tipo de ajuda é permitido pelo GATT e é permitido por nossa lei, no entanto, por períodos limitados e somente se há prova econômica de que a indústria pode ajustar-se à competição. No caso de 5 tipos de aço, a Comissão de Comércio Internacional decidiu que as importações haviam sido a causa do prejuízo, a causa da dificuldade da indústria, e que com a ajuda por 4 ou 5 anos — quando falo em ajuda, não estou falando em subsídio, e sim em proteção das importações que poderiam alcançar grande proporção no mercado doméstico — disse a Comissão: poderá, outra vez, investir capital necessário para poder competir.

A Comissão fez suas recomendações ao Presidente e este tem 60 dias para decidir o caso, tem até 24 de setembro, que é o dia final para decidir. Provavelmente é o caso mais difícil que tem, por várias razões. Primeira, a importância da indústria e a sua potência política; segunda, os Estados nos quais estão localizadas as indústrias siderúrgicas são Estados industriais muito importantes para as eleições, como Michigan, Pensilvânia, Indiana, Ohio, Estados que — dizem os conselheiros previdenciais — deles necessita o Presidente, em termos políticos, para ganhar a eleição. Então, terá que fazer sua análise e decidir. De preferência não decidirá por cotas nem por tarifas. Sua resolução será no sentido de se enviar negociantes a vários países, a fim de ver se é possível negociar limites voluntários com os países exportadores de aço. Neste sentido, de um lado, não fará algo que vá prejudicar muito nosso comércio internacional; e, de outro lado, fará algo pela indústria.

Na realidade, não se sei seria suficiente para satisfazer a indústria.

Por outro lado, países, como o Brasil, que são parceiros mais novos em nosso mercado, não sei se estarão dispostos a limitar suas exportações de uma maneira suficiente para satisfazer a indústria doméstica. De modo que não posso dizer o que vai resultar disso. Também há, como adicional pressão sobre o Presidente, uma proposta de lei no sentido da imposição de uma cota mundial para as importações de aço, nos Estados Unidos; de 15% de nosso mercado. Atualmente as importações consistem 24% de nosso mercado doméstico. Claro, se a proporção fosse limitada a 15%, seria uma redução muito grande. Neste ínterim, a Comunidade Européia foi ao Congresso e disse: está muito bom esse limite, mas já temos nossa proporção, conforme acordo; os japoneses vieram e disseram: o limite está muito bom, mas também temos nossa proporção, segundo acordo informal; os canadenses disseram: o limite está bom, mas, claro, somos diferentes dos brasileiros, não nos devem incluir nessa limitação.

O resultado é que, se todos os exportadores tradicionais de nosso mercado recebem sua proporção histórica, os que vão submeter-se a uma cota mundial serão poucos países, como o Brasil. Por isso, é uma situação difícil.

Em geral se pensa que o Brasil, e não somente o Brasil, como os países que são recentes exportadores de aço para nosso mercado, diminuíram o preço do

aço em nosso mercado, razão pela qual cresceu muito a proporção total das exportações dos novos parceiros em nosso mercado.

Há muita pressão da indústria siderúrgica. O menos que se fará será um esforço para negociar acordos informais com todos os países, incluindo o Brasil. O pior que pode suceder é uma cota mundial, que não seria baseada nas normas do GATT, não há dúvida sobre isto, seria fora das regras internacionais, pelas quais teríamos que pagar compensação ao Brasil e a outros países. Claro essa medida não somente recebe oposição do governo brasileiro, como também por parte das outras indústrias de nosso país que querem exportar, porque a compensação não será em aço, mas em outra coisa, e pagarão outras indústrias pelas compensações que recebe a indústria siderúrgica.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — (Fora do microfone — Inaudível.)

O SR. LEONARDO SANTOS — Como se diz em inglês, belo é aquilo que agrada a vista — a objetividade segundo quem decide.

Primeiro, como estou aqui falando, até certo ponto, da atitude do Congresso, vamos falar qual seria a resposta do congresso norte-americano a essa proposição.

Não imagino o dia em que seria aceita essa proposição. A razão é que, em geral, se considera que **dumping** não é justo. É quase um sentido moral, que não se pode obter mercados através de **dumping**. Em geral, as indústrias que sofrem a ação do **dumping** tem índice de desemprego bastante alto, ainda que o índice de desemprego no País inteiro não seja tão alto. Nessas indústrias é bastante alto. Em termos políticos — não estamos falando agora de teoria econômica, porque é diferente — em termos políticos é possível, ainda que o Presidente proponha ainda que o Sr. Blok ou o Sr. Bolderich o proponham, e não vão fazê-lo, mas trabalham para que o façam (?) não seria aceito pelo Congresso. A direção é oposta.

Agora vamos falar um pouco sobre a teoria e a razão da posição. Primeiro, não posso imaginar como se poderia administrar um sistema.

Se vamos decidir quando há **dumping** ou não há **dumping**, dependendo do nível de desemprego, do balanço decorrente, do balanço comercial, não sei qual dessas coisas deve decidir se alguém vai impor tarifa de **dumping** ou não. No entanto, adiantando, se o balanço comercial diz que agora devemos entrar em **dumping** em todo o mundo, porque temos um déficit imenso, se vamos falar de pagamento corrente, também vamos obter...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — (Fora do microfone — Inaudível.) — ... europeus. O mundo está financiando o déficit americano.

O SR. LEONARDO SANTOS — Sim, mas é voluntário. Há ainda uma dívida não oficial, uma dívida privada. Vai ter que pagar os juros dessa dívida também.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Pagar com moeda americana.

O SR. LEONARDO SANTOS — Realmente. Vamos deixar os Estados Unidos, que é um caso especial. Vamos falar de outro país, país desenvolvido, mas não os Estados Unidos. A regra que propõe V. Ex.ª, um país quando tem déficit em pagamento corrente, tem o direito de entrar em **dumping**.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — (Fora do microfone — Inaudível) ... a definição estrita de **dumping** só é aplicada quando um país quer, na realidade, exportar seu desemprego. Através do **dumping** efetivamente pode-se dizer que cria desemprego no país importador. Enquanto o país que pratica o **dumping** tem uma balança comercial deficitária, está criando empregos, provavelmente, no país importador.

Durante muitos anos o Brasil teve um déficit comercial com relação aos Estados Unidos, e ainda os Estados Unidos continuaram aplicando restrições — calçados, têxteis. Na realidade, o Brasil estava criando empregos nos Estados Unidos, porque os Estados Unidos tinham um "export surplus"...

Agora a situação se inverteu em termos estritamente comerciais. O Brasil tem saldo apreciável, bastante considerável, na sua balança de comércio com os Estados

Unidos. No entanto, o Brasil não tem um saldo em seu balanço de serviços. O balanço de serviços permanece deficitário. Então, o Brasil tem que exportar, e agressivamente. Há a alternativa de não pagar aos Estados Unidos. Os Estados Unidos querem receber o pagamento dos juros. O Fundo Monetário Internacional, com a aprovação dos Estados Unidos, pressiona países como o Brasil, para que consigam "surplus" comercial, a fim de satisfazer as perdas na balança de pagamento. Como fazê-lo?

O SR. LEONARDO SANTOS — Ótima pergunta, e agrada-me tenha-me feito.

Falando do Congresso e da atitude do Congresso, creio que, mais e mais, há um pensamento: esses bancos — nem todos são americanos, há bancos de outros países também — participaram, entraram nos créditos e agora resultaram em prejuízos dos interesses de nossos exportadores e prejudicaram os interesses das indústrias que competem com as importações. Ou seja, para que o Brasil tenha um superávit conosco, para pagar ao banco, nossas indústrias têm que pagar, porque são as que não estão exportando para o Brasil e que estão competindo com as importações do Brasil.

Em geral não há grande simpatia entre os grandes bancos e o Congresso. Mais e mais há um pensamento: deverá mudar a situação, para que os bancos paguem uma parte do preço de suas decisões. Até agora não têm pago muito por essas decisões. Aqueles que estão pagando são os países devedores e nossas indústrias. A forma de modificar um pouco quem paga por isto é converter essas dívidas em bônus ou algo para muito mais tempo, e reduzir a taxa de juros que recebe o banco em consequência dessa dívida e, através de entendimentos, os países devedores poderão outra vez importar nossos produtos. Então, quem terá que pagar são os bancos e seus "stockholders".

Claro, não queremos prejudicá-los a tal ponto que cheguem à bancarrota. Não queremos prejudicá-los para chegar a tal ponto, pois pagará muita gente inocente, que nada tem a ver com o banco.

No Congresso não há grande simpatia pela posição dos bancos. Há mais simpatia pela posição dos devedores. No entanto, há mais simpatia pela posição da nossa indústria, que, como disse, tem pago por essa decisão que, sem controle do governo, sem a permissão do governo; foram tomadas entre bancos privados e governo estrangeiro, e pelas quais agora estão pagando nossa indústria. Há uma idéia, ainda não é uma idéia geral, cada mês que passa, mais e mais se está chegando a esse ponto: os países devedores não podem pagar mais, estão pagando o que podem pagar. Esse caminho tem seus limites. Nossa indústria está pagando muito por essa situação. O déficit tem crescido muito, por causa, em parte, da posição dos países devedores. Então, os únicos que restam são os bancos, que ainda recebem, pelo menos no papel, grandes juros e até agora não tiveram que pagar nenhuma importância pelas decisões que tomaram. Algum dia, não sei quando, vamos chegar ao ponto em que o Governo federal irá propor um novo acordo. Claro, as dificuldades serão que os bancos grandes do país vão se opor a qualquer iniciativa.

A situação é muito difícil. Como me disseram ainda que os lucros dos bancos pareçam muito bons, tem-se que ver as condições desses lucros — "the quality of earning". Neste sentido, os lucros não são muitos bons, porque todos são em papel.

Se este ano o Brasil pôde pagar 2/3 dos juros ocasionados pela dívidas, o outro terço será acrescentado ao principal da dívida. Cada ano a situação se torna pior. Não há solução. Não tenho por que perguntar se é boa a situação para os bancos, porque, na verdade, não têm possibilidade de obter o pagamento dos juros nem do principal proximamente.

Creio que um dia, um dia não sei quando será, não será amanhã, ou melhor, não será antes das eleições, vamos chegar a um ponto em que todos verão que o seu interesse, que todos os interesses convergem para o mesmo ponto, o ponto de vista de os bancos terem mais garantia das dívidas que são pagas, para mais possibilidade de a indústria norte-americana exportar para os países devedores, mais possibilidade para crescer, e para o governo norte-americano menos possibilidade para revoluções e resultados sociais e políticos, os quais terão preço muito alto para a nossa política externa,

porque se sabe muito bem que a pressão econômica a que estão submetidos os países devedores, pode criar resultados políticos, sociais, com consequências muito profundas para nosso País.

Necessitamos ainda de mais tempo para chegar a esse entendimento. Mas creio que não parecerá a melhor solução. O governo diz que a solução será no crescimento da economia mundial, mas esse crescimento depende, até certo ponto, de nosso déficit fiscal, que faz com que nossa economia seja uma locomotiva. Esta situação tem que se modificar, não pode permanecer para sempre, não pode seguir por muitos anos mais, ou irá arruinar nossa economia. Não creio que esta seja a solução realista, ainda que seja a solução oficial até agora. Há muitas forças aqui que estão trabalhando desde um centro comum, para posição comum, que algum dia será proposto.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — (fora do microfone) — Há outras questões, para nós, importantes, ligadas à definição de subsídios. Há uma controvérsia muito acentuada com o governo norte-americano sobre este ponto de vista, que há uma exportação subsidiada por parte do Brasil. Raramente se vende um produto brasileiro nos Estados Unidos abaixo do preço do mercado interno. Isto pode ser legal e compatível com as regras do GATT, pela diferença dos preços exclusivamente (inaudível).

Geralmente se admite que seja descontado, reduzido no preço de venda no exterior. Este não parece ponto controverso. O produto brasileiro pode ser vendido nos Estados Unidos com uma margem inferior ao preço interno, e essa margem, efetivamente, é (inaudível).

O segundo ponto de discussão mais difícil é a questão do crédito-prêmio à exportação. Os Estados Unidos têm protestado, porque creem que se trata de subvenção. O Brasil está de acordo em eliminar, em março de 1985, o crédito-prêmio à exportação. O argumento brasileiro é que não se trata, na realidade, de subsídio. É simplesmente uma compensação pela desatualização da taxa de câmbio do cruzeiro subvalorizada. Então, a única forma de se fazer a compensação era a imposição de impostos sobre a importação, com a concessão de certos subsídios à importação, o que, na verdade, não eram subsídios. Era uma espécie de compensação pelo desequilíbrio desse tipo de câmbio. Surge a pergunta, por que o Brasil manteve, durante tanto tempo, esse tipo de câmbio irrealista? A questão pode ser "show back": por que os Estados Unidos têm um tipo de câmbio que segundo opinião mundial, geral, é supervalorizado?

Os argumentos usados pelo Brasil para defender a política de tipo de câmbio supervalorizado são os mesmos que os Estados Unidos usam como bom instrumento para combater a inflação. As importações se tornam mais baratas, ocasionando prejuízo às exportações. Assim, a mecânica é uma compensação — o crédito-prêmio.

O problema é menos importante para o Brasil, porque o modelo de câmbio agora está bastante realista, não há mais diferença apreciável entre esse tipo de câmbio livre e o de câmbio oficial. Se ainda algum grau de supervalorização do cruzeiro existe, é pequeno. Desta forma a importância do crédito-prêmio como fator de compensação tem diminuído.

O terceiro ponto de controvérsia é a definição muito abrangente que a Comissão de Comércio dos Estados Unidos dá à questão de subsídio. Por exemplo, no caso do aço, essa Comissão relacionou — se não me engano — nove diferentes modalidades de subsídios no Brasil, algumas muito discutíveis. Por exemplo, conceder subsídio à subscrição, à integralização de capital, pelo Governo, das empresas de aço do Estado. Dizem que o Governo subscreve o capital das empresas, por motivos fiscais, ou políticos, e que, na realidade, esta não é uma decisão de mercado, porquanto as ações das empresas de aço não são novamente colocadas no mercado. Mesmo a decisão governamental de proceder ao saneamento financeiro dessas empresas, aliviando sua carga da dívida, substituindo a dívida pela composição de capital, vem sendo considerada pela Comissão de Comércio dos Estados Unidos como subsídio. Isto é algo absolutamente original — uma interferência no direito individual de o país decidir qual deve ser a composição do capital — capital privado e capital público — das

empresas de aço. Este tipo de dificuldade tem que ser mais bem elucidado, pois é uma dificuldade muito real.

Por acaso tem V. S.ª de memória a lista de pontos que, no caso do aço, são descritos como subsídio pela Comissão do Comércio? Creio que são 9.

O SR. LEONARDO SANTOS — Não me recordo.

Temos um problema teórico quanto à definição do *dumping* e de subsídios. Nunca pudemos racionalizar a diferença entre o mercado livre que temos, e o mercado no qual o governo investe seus recursos, nem dos mercados dos países socialistas, em que preço, produção, tudo está nas mãos do governo. É muito difícil definir o que é subsídio para um país onde nenhum preço é estabelecido por força do mercado, onde todos os preços são estabelecidos por regulamento do governo.

Temos um problema teórico, e esse problema existe também com respeito a sistemas como o do Brasil, em que o governo investe e é dono de certa porção da economia.

A única resposta que tenho, e não a tenho boa — é ótima pergunta, e problema teórico muito sério — a única resposta que tenho é que tratamos de aplicar nosso conceito a situações que são muito diferentes, tratamos de ajustar até certo ponto. Entretanto, não podemos fazê-lo muito bem.

Não defendo, nem vou defender, nossos conceitos de *dumping* e de subsídios, porque, na verdade, primeiro, não sou eu quem toma essas decisões. Ainda que esteja no Congresso, não sou responsável por esses assuntos, e essas teorias resultam de muitos anos de interpretação, que, em grande parte, representam o ponto de vista das indústrias que queriam os benefícios dessas leis, é claro, deste ponto de vista, porque vão tomar demasiado conta de sistemas em outros países. Há questões diferentes. Tem interesse numa definição bastante limitada.

Não é boa resposta. A única coisa que diria é que temos um sistema internacional, em que se pode falar da teoria sobre os subsídios e de *dumping*, e acredito que seus representantes em Genebra falaram sobre isto, e a oportunidade continua no código sobre anti *dumping* para se falar sobre este ponto. Este é o foro no qual os Srs. devem apresentar seu ponto de vista, porque, se se modifica o código internacional, tem que se modificar nossa lei. A única sugestão que tenho é que devam prosseguir em sua posição, para verem se pode aceitá-los em termos internacionais, porque teremos que aceitar a decisão internacional.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — A segunda pergunta é sobre o tipo de câmbio, o crédito-prêmio como compensação pelo tipo de câmbio, da mesma maneira que nos Estados Unidos se argumenta que as restrições temporárias que estão impondo são uma compensação pelo fato de que o dólar está supervalorizado, e, portanto, o estímulo às importações é exagerado.

O SR. LEONARDO SANTOS — Não se tem usado este raciocínio. Até agora a proteção que se deu ou se propõe dar à indústria não está baseada no tipo de câmbio do dólar. Está baseada, pelo menos não se mencionou na argumentação da Comissão, está baseada somente numa análise que desconta o tipo de câmbio do dólar. Não menciona isto. Menciona apenas que a indústria tem a possibilidade, com inversão máxima, de outro tipo de ajuste para competir outra vez. Não se fala do valor do dólar como justificativa para a imposição de tarifas compensadoras. Pelo menos não se fez. O primeiro caso que se trouxe sobre o subsídio em países que não têm mercado livre foi sobre têxteis chineses. O argumento da indústria era que a China dava subsídio às suas exportações de têxteis, porque tinha um tipo de câmbio oficial e outro tipo de câmbio para as importações. Isto acarretava um subsídio à exportação de têxteis. O Departamento de Comércio decidiu que esta teoria não era aceitável dentro da nossa lei, que o subsídio não poderia consistir nessa diferença em países que não tinham mercados.

Não está diretamente neste ponto — "not direct in point", mas sugere que foi apresentado este argumento a respeito dos subsídios resultantes, pelo fato de que a moeda, que o tipo de câmbio é muito alto para o

país. Trata-se de subsídio de compensação desse tipo de câmbio.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — ... o tipo de câmbio, o tipo de equilíbrio, historicamente.

O SR. LEONARDO SANTOS — Como dizia, é um raciocínio baseado na idéia de que o tipo de câmbio não reflete os procedimentos de concorrência entre os países, ou seja, o tipo de câmbio resulta de outras forças fora das forças econômicas entre os países que devem compensar-se pela forma de subsídio. Como digo, é idéia interessante, mas estou certo de que encontrará resistência de nossa parte, e até agora não aceitamos nos foros internacionais. Sabem os Srs. se o representante brasileiro apresentou esses argumentos ao GATT?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Não, não o fez, porquanto não havia receptividade. O GATT é dominado pelos grandes países. Assim, não tem interesse nesse tipo de esmero teórico. A nosso ver é muito importante, muito realista. Não se pode dar o mesmo tratamento ao Japão, que tem um superávit crônico com os Estados Unidos — e este ano é uma barbaridade: 33 bilhões de dólares.

O SR. LEONARDO SANTOS — Neste ponto estamos de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — A última questão: o Governo enviou ao Congresso projeto sobre informática, a indústria de computação — *computer industry*, que se baseia na imposição de restrições quantitativas à importação desse tipo de equipamento. É mais do que uma simples restrição à importação de produtos, porque também é uma restrição à importação de capital. Há a proibição de associações com empresas estrangeiras.

Qual seria a posição dos Estados Unidos, tendo em vista os dispositivos do GATT, de acordos internacionais? Que posição tomarão os Estados Unidos? Aceitarão esse tipo de proteção?

O SR. LEONARDO SANTOS — Outra vez não posso dizer, de modo definitivo, qual seria nossa posição. Poderia dizer-lhes qual a posição que acredito seja, que tipo de atitude tem o Congresso em relação a este tipo de restrição.

Primeiro, creio que os países devedores se colocaram na posição em que estão agora em parte devido à política sobre investimentos estrangeiros, que requer que o País tome créditos, em vez de receber investimentos, ou seja, muitos países devedores têm a dívida que têm em parte porque em vez de permitirem investimentos no seu mercado por empresas estrangeiras, preferiram, por razões nacionalistas, ter mais controle dos investimentos que são feitos no País, em vez de permitir às empresas privadas façam os investimentos, preferem receber créditos para o Governo, a fim de que o governo faça o investimento. Segundo nosso ponto de vista, pagarão um alto preço por essa política. Claro, pois essa política é direito desses países. Se querem adotá-la, pensam que têm esse direito. No entanto, também pagam muito e continuarão pagando, em consequência dessa tomada de posição.

A primeira resposta que tenho é que se os Srs. adotam uma política de fechamento do mercado em relação à indústria da informática, muitos pensarão que é outro exemplo, outra vez, de um País tratando de fazer, por ele mesmo, algo que poderia ser feito muito melhor com investimento estrangeiro. Neste caso, seria muito mais do interesse do Brasil.

Segundo, a realidade atual é que nossa indústria de informática, bem como a do Japão e de outros países, é muito mais avançada que a brasileira. Se o Brasil não permite a entrada das empresas que têm essa tecnologia e têm essa superioridade, os brasileiros não contarão com essa tecnologia para seu uso. Ou seja, os brasileiros terão de começar de novo, numa tecnologia que já se encontra bastante avançada. Assim, perderão essa vantagem.

O terceiro ponto será o mais importante para o Congresso, porque as duas primeiras partes da resposta são respostas econômicas. Em geral, o Congresso não é muito analítico em questões econômicas. São pessoas

que não pensam muito, não entendem tanto de teorias econômicas. O que entendem ou que pensarão é muito simples — a reciprocidade. Pensando na reciprocidade pensarão que, de um lado, o Brasil e outros países querem contar com mercado, nos Estados Unidos e em outros países, para vender calçados, aço etc., coisas que podem ser produzidas de maneira eficiente no Brasil. A razão pela qual podemos nos opor à proteção de nosso mercado em relação a essas indústrias, é porque podemos dizer às nossas indústrias: vejam, criamos a lei de vantagem comparativa, e se um país pode produzir sapatos, aço, cobre, por menos do que se pode produzir nos Estados Unidos, para nós é um benefício receber a vantagem desse produto mais barato. Se queremos ter mercado em outros países para produtos que produzimos mais barato, teremos que permitir que o produto desses países entrem em nosso país. Se temos de receber sapatos brasileiros, aço japonês, e carros japoneses, e relógios e têxteis chineses, e não podemos vender os produtos que podemos produzir muito bem, para o Congresso não é um acordo justo. Dirão eles: temos que ganhar para poder importar, temos um déficit muito grande, não somente déficit de produtos comerciais, como também o déficit de conta corrente, e temos que exportar para ganhar também dinheiro para as importações, e não é justo que os itens em que podemos competir não possamos vendê-los.

Assim, são três partes da resposta, e a última parte não tem tanto que ver com filosofia econômica, e sim mais com conveniências particulares, com interesses políticos.

Seria — creio a que seria a resposta que V. Ex.ª receberia nos Estados Unidos, a resposta mais comum que receberia.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Muito obrigado. Estamos com mais de uma hora de debates. Pergunto se alguém do auditório deseja alguma pergunta? (Pausa.)

O SR. (fora do microfone — inaudível)

O SR. LEONARDO SANTOS — A política de comércio internacional dos Estados Unidos não é feita pelo Banco da Reserva Federal. Tem responsabilidade pelo estabelecimento do crescimento de "money supplies" e, até certo ponto, os interesses impostos aos empréstimos bancários. Não tem nenhuma responsabilidade em relação à política de comércio internacional. Claro que o tipo de interesse e o crescimento de nossa moeda, tudo isso tem um efeito no comércio internacional dos Estados Unidos. No entanto, a relação é somente informal, não é direta. A responsabilidade pela feitura da política do comércio internacional é, primeiramente, do Congresso, que estipula que o Presidente a formule, consultando o Congresso. De maneira prática, funciona deste modo: o núcleo principal da política estrangeira relativamente ao comércio internacional está situado no escritório criado por nosso Comitê — o Escritório do Representante do Presidente em Questões de Comércio Internacional.

Esse escritório trata de coordenar a posição de todos os outros gabinetes, em relação ao comércio internacional — o Departamento de Estado, o Departamento do Tesouro, o Departamento de Comércio. Estes três são os três Departamentos mais importantes de consulta, sob a direção — "leadership", do Escritório do representante do Presidente para o Comércio Internacional. Este representante também tem que estar diariamente em contato com nosso comitê e com o comitê da Câmara. Então, ele forma o núcleo da formulação do comércio internacional. Esse núcleo, esse sol ao redor do qual há muitas luas. É um procedimento cooperativo entre várias partes do Governo. Ele representa o Presidente, mas (inaudível).

O SR. (inaudível — fora do microfone.)

O SR. LEONARDO SANTOS — O Departamento de Comércio tem várias responsabilidades relativamente ao comércio internacional. Primeiro, publica todas as estatísticas sobre comércio internacional. Não é o único, porque a Comissão de Comércio Internacional também publica estatísticas, pelo menos o Departamento de Comércio publica as estatísticas oficiais. Segundo tem a responsabilidade pela observância das leis sobre subsídios e sobre "dumping", e o seu papel não

é de decidir se há prejuízo, que isto é parte da decisão é tomada pela Comissão sobre Comércio Internacional. No entanto, a parte da decisão se há "dumping", se há, fica a cargo do Departamento de Comércio. Ou seja, quando alguém traz um fato, primeiramente esse fato vai ao Departamento de Comércio. Se alguém diz: essa indústria está exercendo "dumping" esse país está proporcionando subsídios, tem-se que tomar uma decisão dentro de 15 dias, se há um fato, se há suficiente dados para considerar o fato. Se decidem que há suficiente dados — não quer dizer que seja justa a alegação, se decidem, enviam o caso para a Comissão de Comércio Internacional, que decide se há prejuízo para a indústria. Ainda que tomem essa decisão, o Departamento de Comércio tem que decidir que, além do prejuízo, acarreta subsídio. Se não existe prejuízo, não importa se há subsídio para os países que são subscritos do "acordo de subsídios". No "dumping" sempre ocorre prejuízo. Se um país, se uma indústria é acusada de exercer "dumping" e se constata que há "dumping", mas não tem o intuito de prejudicar a indústria, não importa, não haverá compensação nas tarefas. Assim os dois — o Departamento de Comércio e a Comissão — funcionam de maneira paralelas. Uma decide se há prejuízo; a outra, se existe o fato alegado. Dentro de certo prazo, os dois chegam a uma conclusão. Se não há "dumping" ou se não há subsídio, então, a Comissão não tem que analisar a questão, conclusão do prejuízo. Se decide que há "dumping", ou se há subsídio, tem que decidir se há prejuízo ou no fato de haver "dumping" ou subsídio. Tem a responsabilidade pela observância desse tipo de lei.

Há outros Departamentos que têm responsabilidade por outras partes de nossas leis, sobre o comércio internacional. A Comissão de Comércio Internacional tem a responsabilidade pelos casos de que não tem nada a ver com o Departamento de Comércio. O Escritório do USTR, Escritório do Representante para o Comércio Internacional, tem a responsabilidade pelos casos que se chamam "Section 301", art. 301 da nossa lei, que tem que ver com práticas que violem acordos internacionais.

De qualquer forma, há vários Departamentos que têm responsabilidade, todos coordenados pelo Escritório do Representante do Presidente para o comércio internacional. Na realidade, aquele que faz a política é aquele que é o porta-voz do Presidente. Neste momento, o Secretário do Comércio tem sido o porta-voz do Presidente, Sr. Bolderidge.

Parece que tem uma relação com o Presidente melhor do que os outros membros relacionadas com este ponto. Claro, o Sr. Pachard é conselheiro do Presidente, e tudo que vai ao Presidente passa por suas mãos.

O SR. Meas (?) têm influência em todas as decisões do Presidente.

De qualquer forma, creio que, como membros do (falha da gravação) ilegível tem influência maior. Em outra Presidência, será outro membro do Gabinete. Em geral, é como digo.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Não havendo mais perguntas, só nos resta agradecer ao Dr. Leonardo Santos esta excelente exposição, dando-nos uma nova compreensão do processo legislativo dos Estados Unidos no que toca ao comércio exterior.

Está encerrada a reunião.

(Encerra-se a reunião às 12 horas e 10 minutos.)

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

Destinada a investigar a gestão das Sociedades de Economia Mista nas quais a União detenha maioria acionária.

28.ª REUNIÃO, REALIZADA EM 18 DE MARÇO DE 1986

Às onze horas e vinte e cinco minutos do dia dezoito de março do ano de mil novecentos e oitenta e seis, na Sala de Reuniões da Comissão de Economia, presentes os Senhores Senadores Cesar Cals, Presidente; João Calmon, Virgílio Távora, Martins Filho, Jorge Kalume,

Gastão Müller, Roberto Campos e Fábio Lucena, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a gestão das Sociedades de Economia Mista nas quais a União detenha maioria acionária.

É dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, que, em seguida, é dada como aprovada.

Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Senador Cesar Cals, declara abertos os trabalhos.

Continuando, o Senhor Presidente submete a votação o nome do Senhor Senador João Calmon para o de Relator da Comissão, em virtude da renúncia do Senhor Senador Severo Gomes. Aprovado por unanimidade.

Dando prosseguimento, o Senhor Presidente coloca em discussão e votação as seguintes propostas:

- 1.ª — encerramento da área mineral;
- 2.ª — programação da Comissão para este semestre.

Em votação o primeiro item da pauta. Aprovado.

Quanto ao segundo item, fizeram uso da palavra os Senhores Senadores João Calmon (Relator), Cesar Cals (Presidente) e Virgílio Távora. Após algumas considerações, ficou decidido que a Comissão ouvirá o Banco Central, ELETROBRÁS e SIDERBRÁS.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Sônia de Andrade Peixoto, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com o apanhamento taquigráfico.

ANEXO À ATA DA 28.ª REUNIÃO DE TRABALHO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, DESTINADA A INVESTIGAR A GESTÃO DAS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA NAS QUAIS A UNIÃO DETENHA MAIORIA ACIONÁRIA, REALIZADA EM 18 DE MARÇO DE 1986, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO.

Presidente: Senador Cesar Cals
Relator: Senador João Calmon

(Íntegra do apanhamento taquigráfico.)

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Havendo número legal, declaro aberta mais uma reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga as Estatais nas quais a União é majoritária.

Tendo havido a renúncia do Senador Severo Gomes do cargo de Relator, o nome indicado, através de acordo de Liderança, foi o do Senador João Calmon.

Coloco em discussão a indicação. (Pausa.)

Não havendo objeção, por unanimidade o Senador João Calmon será o Relator desta Comissão.

A Presidência recebeu o seguinte ofício, datado deste mês:

Exm.º Senhor
Senador César Cals
DD. Presidente da CPI das Estatais
Senado Federal
Senhor Presidente,

Considerando a exiguidade do prazo para que a comissão conclua a extensa pauta pendente dos trabalhos;

Considerando as peculiaridades deste ano legislativo, com a previsão de escassa presença de parlamentares em Brasília;

Considerando, ainda, a relevância das empresas cuja atuação cumpre analisar; e

Considerando, finalmente, recomendação expressa e anterior dos próprios integrantes desta comissão.

Os senadores membros desta CPI e abaixo assinados, requerem mui respeitosamente a V. Ex.ª, seja dada como concluída a fase mineral dos trabalhos da comissão e imediatamente iniciada nova etapa das atividades programadas.

Em face da relevância das alterações recém-introduzidas pelo Governo Federal no regime de operação do Banco do Brasil, cortando-lhe o acesso à conta-movimento, vimos solicitar a imediata convocação de dirigentes dessa tradicional e importante instituição, a fim de proceder-se a um completo esclarecimento sobre o assunto, no âmbito próprio desta CPI.

Senado Federal, de março de 1986. — **Fábio Lucena** — **Virgílio Távora** — **José Lins** — **Jorge Kalume** — **Roberto Campos** — **Gastão Müller** — **Martins Filho** — **Milton Cabral**.

O SR. PRESIDENTE (César Cals) — Coloco em discussão o ofício em dois itens: primeiro, o encerramento da área mineral; segundo, aparte referente à programação para este semestre. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação a primeira parte, o encerramento da área mineral.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Quanto à segunda parte, proponho uma proposição mais extensa. Que se fizesse a seguinte seqüência: ouvirmos empresas holdings, já que ouvimos a PETROBRÁS, depois a Vale do Rio Doce, tendo passado pela SEST, pela Comissão de Desestatização. A minha proposta é que se fizesse uma da área bancária, que poderia ser o Banco do Brasil; uma da área do setor de energia elétrica — a ELETROBRÁS; — e encerrar-se-ia com a SIDERBRÁS. Ter-se-ia ouvido todas as principais holdings do setor das estatais do Governo Federal.

Esta é a minha proposição.

Em discussão.

Com a palavra o nobre Senador João Calmon.

O SR. JOÃO CALMON — Sr. Presidente, tenho apenas uma ponderação a fazer. Essa decisão do Governo Federal em relação à Conta Movimento do Banco do Brasil está inserida nesse amplo Plano de Inflação Zero. Temo que, se formos trazer para cá dirigentes do Banco do Brasil para discutir esse assunto, poderemos dar a impressão, inexata — mas será de qualquer forma a impressão — de que o Senado não está apoiando integralmente, como na realidade está, esse Plano salvador, porque, realmente, o Brasil não poderia continuar na base dessa inflação crescente, ameaçando chegar ao patamar dos 400%.

A minha sugestão seria no sentido de se aprovar a proposta do nosso ilustre Presidente em relação à SIDERBRÁS e à ELETROBRÁS, mas não trazermos para o debate desta Comissão o problema da Conta Movimento do Banco do Brasil, porque poderia suscitar explorações não desejáveis.

Esta é a minha ponderação.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Poder-se-ia inverter, deixar o Banco do Brasil para o final. Apenas para dar ciência ao Senador Virgílio Távora do que estamos votando.

Primeiro fizemos a eleição do Senador João Calmon, como relator, substituindo o Senador Severo Gomes; em segundo lugar, o ofício que alguns Srs. Senadores assinaram, a primeira parte já foi aprovada, que dá como encerrada a fase mineral, digamos assim. Na segunda parte, apresentei uma proposição, no sentido de que se fizesse um roteiro para este semestre, e a minha proposição é que se pudesse ouvir algumas holdings. Já se ouviu a PETROBRÁS, a Vale do Rio Doce. Minha proposição era que também se ouvisse o Banco do Brasil, na área bancária; a ELETROBRÁS, na área elétrica e encerrar-se-ia com a SIDERBRÁS. Ter-se-ia praticamente uma visão das estatais através das holdings.

O Senador João Calmon pondera que, face a esse problema de a Conta Movimento estar inserida no grande pacote econômico, a presença do Banco do Brasil neste momento poderia dar uma versão de que haveria no Senado um não apoio — vamos dizer — às medidas econômicas do Governo.

Continua em discussão.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Sr. Presidente, data venia a opinião do Senador João Calmon, como Oposição somos até muito insuspeitos para nos pronunciarmos a respeito. Com alguns senões, claro, a obra humana é passível de tal ... Com toda a sinceridade esposamos a idéia do ex-Ministro Mário Henrique Simonsen, de que o pacote foi feito de uma maneira competente. Seria como que uma infantilidade negar

que houve achatamento salarial, porque houve mesmo, ou porque era necessário ou porque ..., mas são pequenos detalhes de execução. Esses pacote, para ser justificado em termos econômicos, deveria ter sido precedido daquelas medidas preliminares, dentre as quais a extinção da Conta Movimento do Banco do Brasil. É óbvio. O Governo pode fazer o que bem entende, inclusive decretar o pacote sem tomar as medidas preliminares. Recordamos-nos, quando aqui, em pronunciamento no Senado, demos opinião que não era nossa — o próprio Ministro Simonsen à época, no estudo que fazia dessas diferentes alternativas para enfrentar o combate à inflação, estudo que hoje parece que está clássico, dizia que, preliminarmente, enquanto não se adotasse uma dessas medidas ... óbvio, evidente, que o estancar da sangria com uma reforma tributária, que foi feito, e a extinção da Conta Movimento, eram, digamos, pré-requisitos para que qualquer dessas soluções adotadas, sejam ortodoxas, heterodoxas, seja o plano "Larida", seja o plano depois de Dias Leite, qualquer um desses, só para citar os mais conhecidos, ou a desindexação integrada, do Professor Zott, qualquer desses, pressupunha, antes de mais nada, o estancamento dessas duas grandes fontes de descontrole governamental.

De maneira que não acredito que haja uma pessoa que esteja, a não ser por interesses puríssimamente eleitorais, contra a extinção da Conta Movimento do Banco do Brasil. A oposição nunca se manifestou em Plenário contra tal situação.

Era justamente o reparo que queria fazer. Agora, se intenções são atribuídas, não está na nossa mente ajuizar.

Toda a Oposição, pelo menos pela nossa voz, apoiou e apóia, enquanto não houver decisão partidária em contrário, a extinção dessa grande fonte de evasão do controle governamental sobre essas fontes, justamente esses cheques em branco que era dado ao Banco do Brasil.

Era a observação que gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (César Cals) — Continua em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Há duas propostas sobre a mesa. A proposta do Presidente seria: Banco do Brasil, ELETROBRÁS e SIDERBRÁS.

A proposta do Senador João Calmon seria: ELETROBRÁS, SIDERBRÁS e Banco do Brasil, nesta ordem.

O SR. JOÃO CALMON — Entendo, Sr. Presidente, salvo melhor juízo, em relação, por exemplo, à siderurgia, vamos ouvir a SIDERBRÁS, que é a holding estatal da área. Em relação à eletricidade, vamos ouvir, a holding da eletricidade no País que é a ELETROBRÁS. E por que o Banco do Brasil? Por que não o Banco Central? Aí seria toda a área estatal de bancos. Se fôssemos ouvir só o Banco do Brasil, daria a impressão de que temos um alvo definido: tratarmos, específica ou principalmente, da Conta Movimento, que até o Representante da Oposição, que é uma figura inspiradora de homem público, imparcial, objetivo, patriota, entende que há unanimidade em favor da abolição da Conta Movimento.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Pede-se fazer, então, a sugestão de uma proposta alternativa. O Banco Central...

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — O Presidente do Banco Central. Está feita a proposta.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Então, ouviremos representantes do Banco Central, ELETROBRÁS e SIDERBRÁS. Estão todos de acordo? (Pausa.)

Então, está aprovado.

O SR. — PETROBRÁS?

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — A PETROBRÁS já foi ouvida, e a Vale do Rio Doce também.

Então, fica esta seqüência: Banco Central, ELETROBRÁS e SIDERBRÁS.

Alguns Senadores deseja levantar outro assunto? (Pausa.)

Com a presença do Senador Fábio Lucena, quero dar uma explicação: foram aprovados os termos daquele ofício e vamos ouvir os representantes do Banco Central, ELETROBRÁS e SIDERBRÁS, e encerraremos.

A próxima reunião será realizada na terça-feira, e teremos como depoente o Presidente do Banco Central.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

Destinada a Investigar a Gestão das Sociedades de Economia Mista nas quais a União Detenha Maioria Acionária.

(*) 18.ª REUNIÃO, REALIZADA

EM 23 DE OUTUBRO DE 1985.

Às dezessete horas do dia vinte e três de outubro do ano de mil novecentos e oitenta e cinco, presentes os Srs. Senadores César Cals, Presidente, Severo Gomes, Relator, Roberto Campos, João Calmon, Fábio Lucena e Martins Filho, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito "Destinada a Investigar a Gestão das Sociedades de Economia Mista nas quais a União Detenha Maioria Acionária".

É dispensada a leitura da Ata da reunião anterior que, em seguida, é dada como aprovada.

Havendo número regimental o Sr. Presidente, Senador César Cals, declara aberto os trabalhos.

Dando prosseguimento, foram colocadas em discussão e votação, as seguintes proposições:

1 — Suspender as Reuniões da Comissão até dia quinze de novembro. Aprovado.

2 — Sugestão dos Srs. Senadores Roberto Campos e Fábio Lucena,

de um esforço concentrado para tentar concluir depoimentos sobre Companhia Vale do Rio Doce, até fim do período legislativo. Aprovado, com voto vencido do Sr. Senador Severo Gomes.

3 — Para cumprimento do item dois, caso seja necessário, o Presidente convocará mais de uma reunião semanal, com dois depoentes cada uma. Aprovado.

4 — Por sugestão do Sr. Senador Severo Gomes, será convocado o Sr. Deputado Gabriel Guerreiro e por sugestão do Sr. Senador Martins Filho, os Srs. Samir Zraick e Clóvis Ditzel. Aprovado.

5 — Após outros depoentes a serem indicados posteriormente, será convocado o Presidente da Companhia Vale do Rio Doce, Dr. Eliezer Batista da Silva. Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Sônia de Andrade Peixoto, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e irá à publicação.

O SR. ROBERTO CAMPOS — Sr. Presidente, reafirmo o meu ponto de vista anterior: devemos terminar a apreciação da Vale do Rio Doce nessa Sessão Legislativa. Não acredito que haja qualquer questão relevante para solução do problema que não possa ser colocada perante o Presidente, Dr. Eliezer Batista. O caminho mais curto para termos respostas a todas as nossas dúvidas é, precisamente, indagar ao Presidente. Teria extraordinária objeção a que fosse ouvido o representante da Associação dos Funcionários, não se está inquirindo trimestralidade, nada nos poderia dizer de interessante, não estamos avaliando política salarial, não somos do Conselho de Política Salarial, não somos uma república sindicalista, não há por que ouvirmos a Associação dos Funcionários.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Temos sobre a mesa as seguintes propostas: do Senador Severo Gomes para que se volte ao ritmo normal de um depoimento por semana; a do Senador Martins Filho que

se faça um esforço concentrado, inclusive sábado e domingo, para concluir a Companhia Vale do Rio Doce até o fim deste período legislativo; e do Senador Milton Cabral, que busca limitar o número dos depoentes; e Dr. Gabriel Guerreiro, Clóvis Ditzel e mais dois.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — É uma das pessoas mais capacitadas em termos de mineração no Brasil.

O SR. MILTON CABRAL — Já estou com a minha posição firmada a respeito do objetivo da Comissão. Então, pessoalmente não tenho mais necessidade de ouvir ninguém a respeito. Não pretendo voltar aqui a esta Comissão. Em todo caso, aceito todos estes nomes, desde que se acabe com isto. Aceito este argumento de que a Vale do Rio Doce é uma empresa, não sei se a maior empresa do Governo, se não for a maior é a segunda empresa do Governo, é uma empresa que todos aplaudem a sua administração, gregos e troianos, partidos da oposição, da situação.

Realmente é sensível este argumento de se manter a Vale do Rio Doce num suspense.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — A proposta de V. Ex.^a coincide com a do Senador Martins Filho. Inclusive ouvindo o Ministro Aureliano Chaves antes.

O SR. MILTON CABRAL — Ou, então, depois não há necessidade de ouvir o Ministro Aureliano Chaves nesta fase agora. Talvez haja necessidade de coroar o trabalho da Comissão com um ou dois depoimentos deste nível ministerial, alguns empresários do setor, tendo em vista os objetivos da Comissão. Não quero perder de vista os objetivos da Comissão. Não podemos sair disto.

O SR. SEVERO GOMES — Sr. Presidente, o objetivo claro da Comissão é examinar a gestão das grandes empresas estatais. Em todas as reuniões que temos realizado, também fica muito claro que o exame da gestão das empresas estatais leva ao exame do papel do Estado na economia, com reflexo até dos trabalhos futuros que o Congresso terá na Assembléia Constituinte.

Segundo, com relação à Vale do Rio Doce, ouvimos quatro geólogos da própria Vale do Rio Doce. Só da área de geologia. Ouvimos dois ex-administradores da Vale do Rio Doce. Não ouvimos nada a respeito de grandes empresas que são do conjunto da Vale do Rio Doce: as áreas de alumínio, navegação. Enfim, o conjunto de atividades da Vale do Rio Doce mostra uma grande empresa, dimensão de uma grande empresa.

Quando investigávamos e ouvíamos a PETROBRÁS, por exemplo, não havia nem argumento de que a investigação sobre a PETROBRÁS pudesse estar prejudicando o desempenho de empresa. Nada. Pura e simplesmente, os trabalhos se desenvolveram com a maior naturalidade.

A existência de uma Comissão de Inquérito que vai examinar a gestão de um número bastante grande de empresas estatais, que é o tema da maior atualidade, não deve inibir o avanço da investigação.

Saliento a delicadeza da minha posição como Relator e responsável pela realização deste relatório.

V. Ex.^a foi Relator da Comissão Parlamentar de Inquérito que estudou o Acordo Nuclear, que durou muitos anos, certamente teve capacidade para ouvir quem desejasse, a fim de cumprir corretamente a sua missão de Relator daquela Comissão.

Então, volto a reafirmar que esta Comissão não pode cercar a investigação, limitar o número ou dizer que o depoimento de um Antônio Ermírio de Moraes é desnecessário, ele é um sócio, inclusive, da Mineração Rio Norte.

O SR. MARTINS FILHO — ... um grande empresário da mesma área da Vale do Rio Doce. (Fora do microfone — inaudível.)

O SR. SEVERO GOMES — Não estou querendo dizer que não seja o ano que vem. Apenas creio que se tem que andar passo a passo, obter todos os esclarecimentos para poder fazer um relatório competente. Então, estamos de acordo. Vamos ouvi-lo o ano que vem.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Com a palavra o Senador Milton Cabral.

O SR. MILTON CABRAL — Sr. Presidente, permita-me lembrar ao Relator que uma Comissão de Inquérito tem a mais ampla liberdade. Se, por acaso, o Relator julgar necessário voltar a ouvir qualquer uma das pessoas ligadas a empresas da Vale do Rio Doce no próximo ano, V. Ex.^a propõe.

O SR. SEVERO GOMES — Nem temos tempo para voltar a ouvir. Ainda temos uma lista na frente.

O SR. MILTON CABRAL — Só lembro que em outras Comissões aqui, em determinado ponto, julgamos a necessidade de voltar a ouvir até a mesma pessoa.

O SR. SEVERO GOMES — Inteiramente de acordo. No entanto, não chegamos a ouvir nem os depoentes propostos. Creio que V. Ex.^a está de acordo comigo.

O SR. SEVERO GOMES — A tese é a seguinte: em função dos objetivos da Comissão não estamos investigando os aspectos... Não houve a denúncia de uma irregularidade administrativa.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Apenas estamos investigando a gestão das empresas estatais.

O SR. MILTON CABRAL — Sob determinada óptica. Então, em função dos objetivos da Comissão é que, na minha opinião, o que já ouvimos e mais o que temos a ouvir já é mais do que suficiente para a Comissão adquirir elementos de convicção. Se houver necessidade de ouvir futuramente essas pessoas, ou outras pessoas, ou às mesmas pessoas, nada impede que o Relator o proponha à Comissão. Poderíamos concluir este capítulo Vale do Rio Doce.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Com a palavra o Senador Virgílio Távora.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Sr. Presidente, pedi a palavra, porque tenho que me retirar neste momento, Secretário-Geral que sou do Partido de V. Ex.^a, e a reunião da Executiva já se prolonga por vários minutos lá, e clamam minha presença.

Dois palavras apenas.

Conjugo — gênero, número, pessoa, grau — com o Relator.

Vamos falar claro. Esta Comissão foi organizada já dentro de uma tratativa do Legislativo, porque inicialmente o que tinha solicitado era outra coisa, passou-se para esta geral, e não estou de acordo que se encerre, pelo menos este é o meu voto. Para o bem da própria companhia, é dirigida por um homem do mais alto valor, reconhecido internacionalmente como uma das capacidades administrativas que o País possui.

Esse aqodamento, ao contrário do que estão pensando, vai apenas levantar uma eiva de suspeitas grandes sobre alguma coisa que se quis aligeiramente absorver.

Este, o voto que peço a V. Ex.^a tomasse quando fosse apreciado o problema, e, lamentando, tenho que me retirar no momento.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Não havendo quem mais peça a palavra, encerro a discussão.

Vamos passar à votação.

Temos a seguinte proposição do Relator: a Comissão retomar o ritmo normal e ouvir tantas pessoas quantas forem necessárias, para fundamentar o seu relatório, e não o podendo fazer durante este período, prosseguirá no próximo período legislativo.

Temos a proposta do Senador Martins Filho e do Senador Milton Cabral de fazer tantas reuniões quantas forem necessárias este ano, inclusive sábado e domingo, para se tentar concluir a Vale do Rio Doce até o fim deste período legislativo.

O SR. ROBERTO CAMPOS — Eliminar-se-ia o depoimento do Presidente da Associação.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — É uma proposta, nobre Senador?

O SR. ROBERTO CAMPOS — Creio que não há necessidade de nenhum depoimento mais. Eu ficaria com os depoimentos que foram mencionados na última reunião.

Temos por escrito a solicitação do Relator, de mais depoimentos do Sr. João Carlos Linhares, do Sr. Romeu Nascimento — Presidente da ALBRÁS, do Sr. Antônio Ermírio de Moraes, do Presidente da Associação dos Servidores da Vale do Rio Doce e do Ministro Aureliano Chaves.

O SR. ROBERTO CAMPOS — Sr. Presidente, o que foi decidido na última reunião é que seriam indicados dois outros depoentes.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Lembro a V. Ex.^a, nobre Senador, que outros depoimentos é o texto que V. Ex.^a pediu fosse lido — “após outros depoimentos”. Não foi limitado em dois depoimentos. E ninguém o pediria.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Nem se poderia limitar os dois.

O SR. ROBERTO CAMPOS — Dois depoentes em cada uma. Existem três. Para cumprimento do item 2, caso seja necessário, o Presidente convocará mais de uma reunião semanal, com dois depoentes cada uma.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Dois por sessão.

O SR. ROBERTO CAMPOS — Duas sessões, dois depoentes.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Aí não diz que são duas sessões. Há proposta de até sábado e domingo.

O SR. MARTINS FILHO — Tenho uma proposta, Sr. Presidente.

Por que na próxima quinta-feira não se ouvir o Sr. Samir Zraick e o Gabriel Guerreiro; na terça-feira que vem, se ouvir os três indicados pelo Senador Severo Gomes; e na próxima quinta-feira se ouvir o Dr. Eliezer, juntamente com o Dr. Clóvis, o Dr. Aureliano Chaves e os outros ouvirmos no próximo ano?

O SR. SEVERO GOMES — Lembro, nobre Senador, que com um depoimento muitas vezes ultrapassamos a hora. Vamos ouvir três. Vamos limitar o trabalho da Comissão? Na verdade, a Comissão está obstruindo o nosso trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Teríamos o tempo necessário para que fosse ouvido cada depoente.

O SR. SEVERO GOMES — Lembro, por exemplo, o Senador Milton Cabral disse que a Comissão já tem os elementos para chegar à conclusão. Tivemos o depoimento de quatro geólogos da Vale do Rio Doce.

O SR. MILTON CABRAL — A Comissão, não. Eu.

O SR. — Entendi assim. Ouvimos quatro geólogos da Vale do Rio Doce; e ninguém de fora da Vale do Rio Doce na área de mineração e da geologia. Ouvimos dois ex-administradores. Lembro ainda que a grande maioria dos Srs. Senadores não estava presente nesses depoimentos. Então, não consigo entender como é fácil se concluir que já há suficientes subsídios.

O SR. MILTON CABRAL — Porque o objetivo da Comissão não é investigar a administração da empresa. Se for este, a Comissão está errada desde o começo.

O SR. SEVERO GOMES — A Comissão foi criada para investigar a administração das grandes empresas estatais. Se ela está errada desde o começo, o erro é decisão do Plenário, que aprovou assim a constituição da Comissão.

O SR. MARTINS FILHO — Em relação a outras estatais, quais os depoimentos que foram prestados na Comissão?

O SR. SEVERO GOMES — Só tivemos trabalho com a PETROBRÁS até agora, que foi anterior...

O SR. — Na realidade, com a PETROBRÁS deixamos livre a indicação de depoentes.

O SR. SEVERO GOMES — Inclusive estamos propondo que sejam ouvidos todos, inclusive os que foram propostos pelo nobre Senador.

No caso da PETROBRÁS, todos que foram sugeridos de uma reunião para outra. Por quê? Porque um depoimento evidentemente traz a necessidade de outro. Tivemos toda liberdade, e nunca surgiu o argumento de que a investigação da administração da PETROBRÁS pudesse trazer qualquer prejuízo à sua administração. Esta argumentação surge com relação à Companhia Vale do Rio Doce. Isto, sim, é que pode lançar dúvidas com relação à sua administração, e não uma investigação que traga para a luz do sol, com toda transparência tudo o que precisamos saber para completar nosso relatório.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Para informação, relato os depoentes da PETROBRÁS. Foram ouvidos aqui: Dr. Paulo Belotti, Dr. Carlos Walter, Dr. Carlos Sant'Ana, Dr. Marcos Túlio Roberto Sampaio de Melo, Dr. Hélio Beltrão, Dr. Armando Guedes Coelho e o Presidente da Petroquímica do Rio Grande do Sul, Brois Gorentzvaig e Mauró Ubirajara Chaves da Costa, Presidente do Sindicato dos Petroleiros e Petroquímicos.

Depois disto foram ouvidos, em termos gerais, o Presidente da Comissão de Desestatização do BNDES; o Secretário de Controle das Empresas Estatais; o Diretor de Economia da Universidade de Brasília, Professor Décio Munhoz; o Secretário da SEAP — Serviço de Abastecimento e Preços; e passou-se à Vale do Rio Doce com os geólogos que aqui foram mencionados.

O SR. MILTON CABRAL — Sr. Presidente, desculpe a minha insistência, mas tenho em mãos a Resolução que "cria a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a gestão das sociedades de economia mista nas quais a União detém a maioria acionária", resolução justificada e assinada por mais de 20 senadores.

O que é que diz a proposta?

"É criada, nos termos da Resolução n.º 70, letra "b", do Regimento Interno, Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a analisar a gestão das sociedades de economia mista nas quais a União detém a maioria acionária."

Parágrafo único. "Na análise de que trata este artigo, serão levados em conta os métodos de formulação das políticas dessas empresas e o processo de tomada de decisões, para verificar sua adequação ao interesse público."

A nossa missão é analisar a gestão sob essa óptica, a óptica da formulação de políticas e tomada de decisão. Não estamos investigando a administração da empresa no sentido meramente administrativo, se há irregularidades ou não. Estamos examinando a gestão levando em conta a formulação de políticas e processos de tomada de decisão. (art. 2.º)

Na justificativa, comenta a proposição, concluindo o outro período:

"Ainda há pouco surgiram notícias sobre o risco de perda do controle acionário da Vale do Rio Doce e sobre a compra de equipamentos pela ELETRONBRÁS em condições ruins."

Quer dizer, ligado à tomada de decisão, à gestão, etc.

"A Comissão Parlamentar de Inquérito que requeremos servirá ao esclarecimento desses casos."

Na justificativa, cita o caso da venda acionária da Vale do Rio Doce e da "compra de equipamentos pela ELETRONBRÁS em condições ruins."

Temos que dar atenção ao que foi proposto.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Senador Milton Cabral, a Comissão não saiu deste nível. Inclusive devo dizer a V. Ex.ª que por isso é que entendo que aqui o depoimento sobre a modificação do Conselho de Administração está no escopo desta Comissão, quando foi enfraquecido o Conselho de Administração. Entendo que está no escopo desta Comissão, que é a tomada de decisão. A Comissão não saiu desse escopo.

Minha posição aqui, como Presidente, é a de apoiar — é claro — o Relator, ouvindo tantas pessoas quantas ele sinta necessidade.

O SR. ROBERTO CAMPOS — O Relator tem que ser prestigiado.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Esta, a minha posição, e a deixo claro, porque é importante que não se cerceie essa posição do Relator.

Com a palavra o Senador Roberto Campos.

O SR. ROBERTO CAMPOS — Sr. Presidente, o Senado Federal tem que fazer uma opção. Foram criadas duas Comissões: uma, em virtude de lei, é Comissão Permanente, a Comissão de Fiscalização e Controle, cujo objetivo legal e não meramente de inspiração regimental ou processualista é precisamente aferir o comportamento e fazer a avaliação de gestão das empresas públicas. Isto foi resultante de uma lei, que, por sua vez, implementou o art. 45 da Constituição Federal. Anteriormente à regulamentação dessa lei, através de uma resolução do Senado, foi passada a Resolução n.º 7, que criou esta Comissão, e adotou, em sua nomenclatura, a expressão "análise de gestão". Subseqüentemente, veio a Resolução n.º 8, pela qual o Senado, regulamentando a Lei Mauro Benevides, cria uma comissão permanente destinada precisamente a este objetivo.

Se o Senado fez isto, tem-se que entender que resolução anterior há de ser interpretada como atinente à política de estatização versus privatização, política geral de empresas estatais versus setor privado.

Não é concebível que imediatamente depois o Senado passe outra resolução, esta decorrente de lei, na qual precisamente estabelece como objetivo a análise de gestão.

Sugiro que, se há interesse de análise de gestão, gestão da Vale do Rio Doce, e não de política de estatização versus iniciativa privada, seja feita pela Comissão de Fiscalização e Controle, que é uma Comissão Permanente.

A Resolução n.º 8 é posterior à Resolução n.º 7, e a reforma.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Mas não anula a Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. ROBERTO CAMPOS — Não anula a Comissão Parlamentar de Inquérito, mas redefine seus objetivos.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Senão poderia dizer: "fica extinta a Comissão Parlamentar de Inquérito".

O SR. ROBERTO CAMPOS — Mas redefine seus objetivos.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — A Comissão Parlamentar de Inquérito não está mencionada na Resolução n.º 8.

O SR. ROBERTO CAMPOS — Como é que pode passar uma resolução criando uma Comissão Permanente para análise de gestão...

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Porque é permanente e vai prosseguir, e esta aqui é só para os fatos, inclusive os fatos que estão mencionados na justificativa.

O SR. ROBERTO CAMPOS — Que decorrem do texto constitucional.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Com a palavra o nobre Senador João Calmon.

O SR. JOÃO CALMON — Sr. Presidente, Srs. Senadores, farei apenas uma ponderação. Inicialmente, houve uma tentativa de criação de uma CPI específica sobre a Companhia Vale do Rio Doce. Essa tentativa, entretanto, não foi acolhida favoravelmente pelo Senado. Depois do insucesso da primeira tentativa, evoluiu-se para a criação de uma CPI mais ampla sobre as empresas estatais, de modo geral. Nesse intervalo, surgiu o problema focalizado pelo nobre Senador Roberto Campos — a regulamentação do art. 45, que criou a Comissão de Controle e Fiscalização dos Atos do Poder Executivo

e das empresas estatais. O que me preocupa nesse episódio é que, se nós prolongarmos essa coleta de depoimentos, correremos o risco de ver uma empresa que é o orgulho, sem dúvida nenhuma, de todos os brasileiros, essa Companhia Vale do Rio Doce, sob suspeita, porque há uma acusação, que por sinal não foi comprovada, de que, através de manobras pouco ortodoxas, teria havido uma tentativa de que o controle da Companhia Vale do Rio Doce passasse para grupos privados. Ora, a Companhia Vale do Rio Doce está empenhada agora em numerosos empreendimentos no exterior que poderão sofrer prejuízos se esse trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito, especificamente sobre a Vale do Rio Doce, se prolongarem demasiadamente. Deyemos levar em consideração que ninguém está tentando evitar que o Senado Federal examine os problemas da Companhia Vale do Rio Doce, que, como acaba de lembrar o nobre Senador Roberto Campos, há uma Comissão específica na qual se enquadra também qualquer indagação, qualquer inquérito, qualquer investigação sobre a Companhia Vale do Rio Doce.

Creio que no caso concreto da Companhia Vale do Rio Doce a situação é mais delicada, porque foi levantada uma suspeita que eu não consideraria, nos termos já citados aqui pelo nobre Senador Roberto Campos, como um perigo. Não, o problema que me preocupa é que foi apontada uma irregularidade, não, uma manobra criminosa, no âmbito da Companhia Vale do Rio Doce.

De maneira que prolongar essa situação me parece extremamente danoso e eu creio que uma solução intermediária poderia ser alcançada na base de não alongarmos além deste ano a tomada de depoimento sobre a Companhia Vale do Rio Doce, o que não impede que essa Companhia continue a ser fiscalizada, examinada, debatida, questionada pela outra Comissão, a Comissão Permanente, a Comissão de Fiscalização e Controle dos Atos do Poder Executivo e das Empresas Estatais.

Essa é a ponderação que eu faria, antes de dar o meu voto, na hora oportuna, favorável ao encerramento das tomadas de depoimentos ainda nesta sessão legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Concedo a palavra ao nobre Senador Severo Gomes.

O SR. SEVERO GOMES — Gostaria de ponderar ao nobre Senador João Calmon que, em primeiro lugar, quando inquiríamos a PETROBRÁS não havia nenhuma questão com relação à suspeita, ou de que isso pudesse prejudicar a administração da PETROBRÁS.

Em segundo lugar, essa argumentação de que esses assuntos seriam, vamos dizer, por natureza, o objetivo da Comissão de Fiscalização, aceito isso, praticamente todas as Comissões Parlamentares de Inquérito deveriam desaparecer, da SUNAMAM e tudo mais, porque se trata de uma gestão e fiscalização da atividade governamental.

Em terceiro lugar, V. Ex.ª aludiu à suspeita de que houve se um intuito até criminoso de privatização, de perda de controle do Estado.

Ora, o depoimento do Diretor Conselheiro, até pouquíssimo tempo, o Dr. Osvaldo Cordeiro de Farias, confirmou isso e, inclusive, confirmava que era atitude do Governo. Quer dizer, os ministros estariam instruindo a Vale do Rio Doce para a sua privatização. O depoimento do Dr. Euclides Triches, Vice-Presidente da Vale, e Dr. Walter Rocha, Conselheiro da Vale inquiridos sobre isso, não desmentiram, ontem. Quer dizer, é um fato, como V. Ex. bem disse, e até a adjetivação pesada, muito grave. Então, diante disso, como é possível, obtendo depoimento de pessoas que participaram da direção da Vale até anteontem, confirmando isto que V. Ex. tem como uma prática criminosa, buscar o encerramento, rápido e fulminante, da investigação da Comissão?

O SR. JOÃO CALMON — V. Ex.ª deve estar lembrado que pelas suas próprias palavras, nobre Relator, nós já temos elementos, colhidos através destes depoimentos, para tomarmos uma decisão. Por que prolongar ainda mais se de acordo com sua informação, que é exata, sobre esses depoimentos já tomados? Já temos todos os elementos. Em relação à PETROBRÁS, não

houve uma denúncia, uma acusação de tamanha gravidade.

O SR. SEVERO GOMES — Nós tivemos aqui uma denúncia de um empresário da área petroquímica pessoalíssima, inclusive com acusações dirigida diretamente a administradores do presente e do passado.

O SR. ROBERTO CAMPOS — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Campos, pela ordem.

O SR. ROBERTO CAMPOS — Sr. Presidente, está em sessão agora o Congresso Nacional para votar o orçamento. Pediria permissão para me retirar deixando constante o meu voto, que as reuniões da Comissão devem terminar no dia 29 com a presença do Presidente Eliezer Baptista, ao qual podem ser feitas todas as perguntas, e melhor que ninguém, esclarecimentos serão obtidos.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — V. Ex.ª retira, então, a proposta de excluir o Presidente da Associação?

O SR. ROBERTO CAMPOS — Desde que possa ser ouvido até o dia 29. Eu manteria a minha proposta de que fossem ouvidos mais dois a serem indicados e não cinco. Continuo não vendo razão nenhuma para chamarmos o Presidente da Associação de Funcionários. Nesse caso, todas as organizações sujeitas a inquérito, nós teríamos aí uma exibição sindical. Nós não vamos discutir política salarial.

O SR. SEVERO GOMES — (Início fora do microfone) ... O Presidente do Sindicato dos Petroleiros, eu quero lembrar...

O SR. ROBERTO CAMPOS — Contra o meu protesto.

O SR. SEVERO GOMES — Bom, são visões diferentes da sociedade brasileira.

O SR. JORGE KALUME — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jorge Kalume.

O SR. JORGE KALUME — Eu quero endossar o testemunho do Senador Roberto Campos. Comungo do seu pensamento. E gostaria de lembrar a esta Casa que a probidade do Dr. Eliezer Baptista não poderá jamais ser posta em jogo. Mesmo porque, segundo depoimentos que já ouvi, segundo testemunhos que me foram dados, é homem do mais alto gabarito profissional. Haja vista que, depois da vitória do saudoso Tancredo Neves, ele teria sido convidado para um dos seus Ministros. É uma prova de que é um homem sério e honrado. Mas, nem por isso, vai-nos inibir de ouvi-lo, contanto que a nossa Comissão se encerre até o dia 29.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Eu só queria esclarecer ao Senador Jorge Kalume que em nenhum momento, em nenhum depoimento, foi colocada em dúvida a probidade do Dr. Eliezer Baptista. Porque parece que houve, não houve isso. Pode até haver daqui por diante, mas não houve isso.

Concedo a palavra ao nobre Senador João Calmon.

O SR. JOÃO CALMON — Só para uma questão de ordem. O Senador Roberto Campos se retirou, porque tem que votar.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Mas deixou o voto.

O SR. JOÃO CALMON — Nós também temos de votar. E sou Relator do capítulo do Ministério da Educação.

O SR. SEVERO GOMES — Mais ainda, Sr. Presidente; está em curso uma sessão do Congresso, esta Comissão não tem condições regimentais de continuar seu trabalho. Uma Comissão não tem condições de se

realizar concomitantemente com uma sessão do Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Vou tomar os votos. Como vota o Senador Martins Filho?

O SR. MARTINS FILHO — Voto pelo encerramento no dia 29.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Como vota o Senador Carlos Lyra?

O SR. CARLOS LYRA — Continuar.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Como vota o Senador Milton Cabral?

O SR. MILTON CABRAL — Pela conclusão dos depoimentos até o último dia, até o dia 5 de dezembro, sem prejuízo, evidentemente, do Relator voltar a inquirir as mesmas testemunhas o ano que vem.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Então, é uma coisa ou outra.

O SR. MILTON CABRAL — Não, qualquer Comissão de Inquérito pode voltar a inquirir. Isso aí é pacífico.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Não, encerra o capítulo. Depois, futuramente, o Relator vai ter que propor à Comissão a volta. Agora, o que eu quero dizer é que o que está dito ali naquela convocação, e como foi bem lembrado pelo Senador João Calmon, já é possível concluir, porque todos nós aqui somos contra qualquer tentativa de controle acionário da Vale do Rio Doce. O objetivo foi este e a Comissão deve tomar recomendações expressas, e uma das recomendações é pedir que a Comissão Permanente tenha sobre esses detalhes. Nós estamos discutindo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Como vota o Senador João Calmon?

O SR. JOÃO CALMON — Sou favorável ao encerramento até o dia 29.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Na realidade, nós temos favoráveis à proposta do Relator, o Senador Severo Gomes, o Senador Virgílio Távora e o Senador Carlos Lyra.

A proposta de fazer tantas reuniões quantas necessárias para ouvir todos os indicados pelo Relator, na tentativa de encerrar até dezembro: os Senadores Martins Filho, Milton Cabral, João Calmon, Jorge Kalume e Roberto Campos.

Eu desejaria informar aos Srs. Senadores que tem sido uma constante nesta Comissão não haver número. De maneira àqueles eu solicitaria que dessem número todas as vezes que fossem convocados.

O SR. SEVERO GOMES — Queria lembrar, Sr. Presidente, o que disse agora há pouco: a Comissão está tomando uma decisão contrariando o Regimento. Nós estamos nos reunindo concomitantemente com a sessão do Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Nada mais havendo que tratar, declaro encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 10 horas e 47 minutos.)

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

— Destinada a investigar a gestão das Sociedades de Economia Mista nas quais a União detenha maioria acionária.

(*) 19.ª REUNIÃO, REALIZADA EM 24 DE OUTUBRO DE 1985

Às dez horas do dia vinte e quatro de outubro do ano de mil novecentos e oitenta e cinco, presentes os Srs. Senadores Cesar Cals, Presidente, Severo Gomes, Relator, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, "Destinada a investigar a gestão das Sociedades de Economia Mista nas quais a União detenha maioria acionária".

É dispensada a leitura da Ata da reunião anterior que, em seguida, é dada como aprovada.

O Sr. Presidente abrindo os trabalhos, convida os depoentes Srs. Euclides Triches e Walter Rocha de Oliveira, ex-Vice-Presidente da Companhia Vale do Rio Doce, para tomarem assento à mesa.

Dando continuidade, o Sr. Presidente, Senador Cesar Cals, faz algumas considerações a respeito da vida profissional dos Srs. depoentes.

Logo a seguir, o Sr. Senador Severo Gomes usa da palavra, para uma questão de ordem, no sentido de que seja suspensa a reunião, conforme prescreve o art. 125, do Regimento Interno.

O Sr. Presidente, determina sejam suspensos os trabalhos por quinze minutos, para verificar sobre o funcionamento da Sessão do Congresso Nacional.

Reaberta a reunião, o Sr. Presidente encerra os trabalhos, convocando a Comissão para ouvir os depoentes, Srs. Euclides Triches e Walter Rocha de Oliveira, no próximo dia dezoito.

Em seguida, determina que as notas taquigráficas tão logo traduzidas e revisadas, sejam publicadas, em anexo, à presente Ata.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Sônia de Andrade Peixoto, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e irá à publicação.

(*) Republicada por ter saído com incorreção no DCN — II de 4-4-86

ANEXO À ATA DA 19.ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, DESTINADA A INVESTIGAR A GESTÃO DAS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA NAS QUAIS A UNIÃO DETENHA MAIORIA ACIONÁRIA, REALIZADA EM 24 DE OUTUBRO DE 1985, A FIM DE OUVIR DEPOIMENTOS DOS SRS. EUCLIDES TRICHES E WALTER ROCHA DE OLIVEIRA, EX-VICE-PRESIDENTE DA COMPANHIA VALE DO RIO DOCE, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE:

Presidente: Senador Cesar Cals
Relator: Senador Severo Gomes

(Íntegra do apanhamento taquigráfico)

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Estando presente o Presidente e o Relator, Senador Severo Gomes, da CPI que investiga a gestão das empresas estatais, das quais a União é majoritária, declaro aberta esta reunião, para ouvirmos o depoimento do Dr. Euclides Triches e do Dr. Walter Rocha de Oliveira.

Dr. Euclides Triches é engenheiro civil e militar; ex-Prefeito de Caxias; foi Secretário de Obras Públicas do Rio Grande do Sul; Deputado Federal por seu Estado; ex-Governador do Rio Grande do Sul e vice-Presidente da Companhia Vale do Rio Doce, até recentemente.

Dr. Walter Rocha de Oliveira é engenheiro civil; foi Chefe do Departamento de Energia da SUDENE; teve funções na Consultoria em empresas privadas em São Paulo e ex-vice-Presidente da Companhia Vale do Rio Doce.

O SR. RELATOR (Severo Gomes) — Sr. Presidente, tenho uma questão de ordem a apresentar.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Com a palavra o Senador Severo Gomes.

O SR. RELATOR (Severo Gomes) — O art. 125 do nosso Regimento diz, textualmente: "As Comissões reunir-se-ão com a presença, no mínimo, da maioria dos seus membros". Nós aqui estamos apenas com dois Senadores membros desta Comissão. É claro que é possível que sejam tomados os depoimentos apenas com a presença do Presidente e do Relator. Entendo, no entanto, Sr. Presidente, que os assuntos desta Comissão são demasiadamente graves e, portanto, as reuniões devem obedecer ao disposto no art. 125, quer dizer, contarem com a presença, no mínimo, da maioria dos seus membros.

Ainda não bastasse essa questão, que eu acredito que deva ser colocada, mesmo porque a nossa Comissão só se tem reunido com a maioria dos seus membros, em reuniões não públicas, cujo objetivo a alcançar tem sido o de frustrar o avanço da investigação, eu queria ponderar, também, que o nosso Regimento estabelece que as Comissões não podem funcionar ao mesmo tempo que as sessões do Senado ou do Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Na realidade, V. Ex.ª tem razão, ainda que o Congresso Nacional não esteja reunido, no momento embora convocado.

Desse modo, eu suspendo a reunião por 15 minutos, para verificar se o Congresso vai realmente funcionar e, também, se encontramos a maioria dos membros.

O SR. RELATOR (Severo Gomes) — Mesmo com o Congresso não funcionando, nós temos que atentar para o art. 125.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Vamos aguardar reunir a maioria dos membros. Está suspensa a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Está reaberta a reunião.

Não havendo número regimental, vou levantar a presente reunião, que, conforme deliberação da reunião extraordinária de ontem, fica adiada para após o dia 15 de novembro.

Está encerrada a reunião.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

Destinada a investigar a gestão das Sociedades de Economia Mista nas quais a União detenha maioria acionária.

21.ª REUNIÃO, REALIZADA EM 20 DE NOVEMBRO DE 1985

As nove horas e cinquenta minutos do dia vinte de novembro do ano de mil novecentos e oitenta e cinco, presentes os Senhores Senadores Cesar Cals, Presidente, Severo Gomes, Relator, Virgílio Távora, Martins Filho, Carlos Lyra, Roberto Campos, Milton Cabral, João Calmon, Gastão Müller e Jorge Kalume, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito "destinada a investigar a gestão das Sociedades de Economia Mista nas quais a União detenha maioria acionária".

É dispensada a leitura da Ata da reunião anterior que, em seguida, é dada como aprovada.

Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Senador Cesar Cals, declara aberto os trabalhos.

Inicialmente, o Senhor Presidente faz algumas considerações sobre as dificuldades de realização das reuniões da CPI, uma vez que as mesmas estão sendo simultâneas com as do Congresso Nacional.

Usam da palavra os Senhores Senadores Roberto Campos, Martins Filho, Severo Gomes, Milton Cabral, Virgílio Távora, João Calmon e Jorge Kalume.

Após breve debate, são apresentadas duas proposições, que o Senhor Presidente coloca em votação: a primeira do Senhor Relator, que a Comissão retorne o ritmo normal e ouvir tantas quantas pessoas forem necessário, para fundamentar o seu relatório, e não o podendo fazer durante esse período, prosseguirá no próximo período legislativo; a segunda, dos Senhores Senadores Martins Filho e Milton Cabral, de fazer tantas reuniões quantas forem necessárias este ano, inclusive sábado e domingo, para tentar concluir a Companhia Vale do Rio Doce até o fim do período legislativo. É aprovada a segunda proposta.

Continuando, o Senhor Presidente solicita aos Senhores Senadores que compareçam às reuniões todas as vezes que foram convocados.

Finalizando, o Senhor Presidente determina que as notas taquigráficas, tão logo traduzidas e revisadas, sejam publicadas em anexo à presente Ata.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Sônia de Andrade Peixoto, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

ANEXO À ATA DA 21.ª REUNIÃO DE TRABALHO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, DESTINADA A INVESTIGAR A GESTÃO DAS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA NAS QUAIS A UNIÃO DETENHA MAIORIA ACIONÁRIA, REALIZADA EM 20 DE NOVEMBRO DE 1985, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO.

Presidente: Senador Cesar Cals
Relator: Senador Severo Gomes
(Íntegra do apanhamento taquigráfico.)

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Havendo número legal, declaro aberta esta reunião extraordinária de trabalho da CPI que investiga a Gestão das Sociedades de Economia Mista.

Srs. Senadores, na realidade, a convocação desta reunião extraordinária deve-se a um fato que ontem foi constatado. É que no dia 23 de outubro foram aprovadas, por maioria, contra o voto do Senador Severo Gomes e a minha abstenção como Presidente, as seguintes resoluções:

1. Suspender as Reuniões da Comissão, até o dia quinze de novembro.

2. Sugestão dos Srs. Senadores Roberto Campos e Fábio Lucena, de um esforço concentrado para tentar concluir depoimentos sobre Companhia Vale do Rio Doce, até fim do período legislativo. Aprovado, com voto vencido do Sr. Senador Severo Gomes.

3. Para cumprimento do item dois, caso seja necessário, o Presidente convocará mais de uma reunião semanal, com dois depoentes cada uma.

4. Por sugestão do Sr. Senador Severo Gomes, será convocado o Sr. Deputado Gabriel Guerreiro e por sugestão do Sr. Senador Martins Filho, os Srs. Samir Sraick e Clóvis Ditzell.

5. Após outros depoentes a serem indicados posteriormente, será convocado o Presidente da Companhia Vale do Rio Doce, Dr. Eliezer Batista da Silva.

Na realidade, temos obstáculos, razão por que suspendi a convocação dos depoentes de amanhã; é que o Congresso estando convocado para um esforço concentrado, entende a Presidência que, de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal, não podemos fazer reunião simultânea com a do Congresso Nacional. Ficaria muito desagradável para essas pessoas virem até aqui — como já aconteceu com os Srs. Euclides Triches e Walter Rocha — e não poderem fazer o seu depoimento, tendo que voltar. Agora temos um problema: é que esses dois ex-Diretores da Vale do Rio Doce se deslocaram do exterior. Então, temos esse problema de reunião simultânea da Comissão com o Congresso Nacional, que no meu entendimento não pode haver de acordo com o Regimento Interno e, em segundo lugar, o Sr. Relator, Senador Severo Gomes que apresentou uma lista com outros depoentes: o Ministro Aureliano Chaves, o Dr. João Carlos Linhares, Romeu Nascimento Teixeira, Presidente da ALBRÁS, e Antônio Ermírio de Moraes que participa da Mineração Rio Norte, e Luiz Antônio Godóy Alves, Presidente da Associação dos Funcionários da Vale do Rio Doce. Parece assim inviabilizado esse esforço no sentido de terminar a Vale do Rio Doce até o fim de novembro, porque mesmo que convocássemos dois, mais dois e mais dois, não daria tempo para chegar ao Dr. Eliezer Batista, que deveria ser o último, conforme decisão.

O SR. ROBERTO CAMPOS — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Concedo a palavra ao Senador Roberto Campos.

O SR. ROBERTO CAMPOS — Não considero inviabilizado, Sr. Presidente. Na última reunião que tivemos foi decidido, por maioria, com voto dissidente apenas do Senador Severo Gomes, que terminaríamos esta Comissão no dia 29 de novembro; ficou também con-

vencionado que o Senador Severo Gomes indicaria mais dois depoentes e S. Ex.ª indicou mais 5 depoentes, o que contraria o que fora acordado: dois desses depoentes, o Ministro Aureliano Chaves e o Sr. Antônio Ermírio de Moraes poderão falar sobre assuntos gerais, a qualquer momento podem ser convocados para qualquer Comissão do Congresso, especificamente. Entretanto, não há por que inquiri-los sobre a Vale do Rio Doce.

Nessas condições, Sr. Presidente, peço que nos atenhamos ao nosso entendimento original; façamos tantas reuniões extras quantas necessárias. O Senador Severo Gomes pode indicar dois depoentes e concluiremos os trabalhos no dia 29 de novembro.

Não podemos deixar uma organização, como a Vale do Rio Doce, com todo o seu funcionalismo em estado de inquietação, seus diretores à espera de convocações sucessivas desta Comissão, sem que até agora se tenha positivado um objetivo realmente interessante nesta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Conforme dizia, parece-me que pela lista de depoimentos e pelo esforço concentrado do Congresso, é inviável concluir a Vale do Rio Doce até o fim de novembro.

O assunto está em discussão.

O SR. MARTINS FILHO — Voto para que se concluam os trabalhos ainda neste período, mesmo que tenhamos reuniões extras realizadas aos sábados, independentemente das sessões normais do Senado e do Congresso Nacional.

A CPI não se enquadra nas Comissões normais, é uma Comissão especial, então, foge a este dispositivo de Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Outras Comissões estão se reunindo mesmo no período de esforço concentrado.

Continua em discussão.
Diz o art. 179:

"Parágrafo único. A sessão ordinária não se realizará:

- por falta de número;
- por deliberação do Plenário;
- quando seu período de duração coincidir, embora parcialmente, com o de sessão conjunta do Congresso Nacional."

As Comissões Permanentes obedecem à mesma regra. Mesmo assim, está em discussão.

Gostaria de dizer que no tocante à CPI, o que se tem notado é a falta de número e diz o parágrafo único do art. 173:

"No dia previamente designado, se não houver número para deliberar, a Comissão Parlamentar de Inquérito poderá tomar depoimento das testemunhas ou autoridades convocadas, desde que estejam presentes o Presidente e o Relator."

Estou colocando as questões que têm acontecido: a falta de número para abrir e o poderá tomar depoimento com o Presidente e o Relator. De maneira que temos tido dificuldades de ter esse número no início das reuniões da CPI. Estou colocando todas as dificuldades que estou sentindo para cumprir aquela decisão da CPI na reunião extraordinária de 23 de outubro.

Concedo a palavra ao nobre Relator Senador Severo Gomes.

O SR. RELATOR (Severo Gomes) — Na reunião do dia 23 de outubro, o que se decidiu, de acordo com a minuta da ata da reunião foi: suspender as reuniões até o dia 15 de novembro, que era o período anterior às eleições e certamente de difícil realização, a segunda; seria de um esforço concentrado para tentar concluir os depoimentos sobre a Companhia Vale do Rio Doce até o fim do período legislativo. Quer dizer, que deveríamos terminar os depoimentos até esse período; terceiro, que para o cumprimento do item 2, caso seja necessário, o Presidente poderá convocar mais de uma reunião semanal com dois depoimentos cada uma; quarta, sugestão dos próximos depoentes, Gabriel Guerreiro e a sugestão do Senador Martins Filho, de Samir Zraick e Clóvis Ditzel; quinto, após outros depoimentos a se-

rem indicados, não havia sido estabelecida nenhuma limitação quanto ao número dos depoimentos, mesmo porque uma Comissão de Inquérito objetiva investigar tudo que diga respeito ao objetivo estabelecido pela Comissão. E creio eu que o Relator deve ter critérios para saber como fazer o seu relatório, quem mais ouvir para poder cumprir a determinação constante da criação da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Quero lembrar, fazendo um breve histórico, que na reunião anterior a esta, 23 de outubro, eu tinha feito uma sugestão para que fizéssemos duas reuniões semanais. Aquela altura, eu tive os votos contrários, praticamente de todos os Senadores, porque argumentavam S. Ex.^s que nunca na história das Comissões de Inquérito foi possível funcionar nesse ritmo de duas reuniões semanais e que, portanto, elas não deveriam ser realizadas.

A minha proposta era para que fizéssemos duas reuniões semanais e encontrei resistência da maioria dos membros da Comissão com o argumento de que não seria possível porque estaríamos atropelando a investigação. Em seguida, no dia 23 de outubro, a proposta era da realização de duas semanais e dois depoimentos por reunião, inclusive, proposta de realizar duas reuniões por dia. O Senador Martins Filho está sugerindo até que se realize no sábado.

Enfim, a questão que eu coloco é que não há, no meu entender, como encerrar a investigação sobre a Companhia Vale do Rio Doce, neste período legislativo. Quer dizer: temos obrigação de ouvir, a Comissão pode até deliberar que eu só possa indicar mais dois depoentes, evidente que vou ter que colocar a questão de ser impraticável realizar um relatório nessas condições. Ontem, nós ouvimos outros dois depoimentos, e ouvimos irregularmente, porque estávamos, ao mesmo tempo, tendo sessão do Congresso e eu entendo que o espírito do regulamento, evidente, é de que as comissões não se reúnam prejudicando o plenário do Senado ou do Congresso, não pode haver outra razão para impedir a concomitância dessas duas reuniões.

Ontem sugeri ao Senador César Cals que voltássemos ao ritmo normal da Comissão, para que ela pudesse trabalhar, e podermos fazer até duas reuniões por semana, o que, no meu entender, é inconveniente, o que aconteceu ontem, dois depoimentos no mesmo dia, é impraticável, a não ser que se faça à tarde, mas vamos ter o problema da concomitância da sessão do Congresso. Então, sugeri ao Presidente da Comissão, Senador César Cals, que voltássemos ao ritmo anterior e obtive a concordância do Presidente da Comissão. Temos hoje um número maior de Senadores aqui, para discutirmos e deliberarmos a respeito dessas questões.

O SR. PRESIDENTE (César Cals) — Concedo a palavra ao Senador Milton Cabral.

O SR. MILTON CABRAL — Sr. Presidente, tenho conversado fora do âmbito da Comissão com o (Senador Severo Gomes, a respeito dos trabalhos da Comissão, dos trabalhos do Relator) e naturalmente este deve ser sempre prestigiado para que S. Ex.^a possa realmente fazer um relatório que tenha alguma importância, uma significação e atinja efetivamente o objetivo. Acho que pode haver, honestamente, quando digo "honestamente" é sob o aspecto de propósito, acho que pode haver uma conciliação, porque, na realidade, o objetivo central desta Comissão, pelo que eu sei, pode ser que eu esteja enganado, é uma avaliação da intervenção do Estado na economia nacional através das empresas estatais. O número de depoimentos que já ouvimos, e mais outros que poderão ser convocados, não acredito que a Comissão possa encerrar os trabalhos neste ano, no próximo ano poderemos ouvir outras personalidades, dará condições ao Relator de abordar esta questão.

Não que estejamos aqui fazendo uma Comissão de Inquérito sobre a Vale do Rio Doce, sobre irregularidades administrativas da Vale do Rio Doce; acho que não foi esse o empenho da Comissão, porque se este fosse o empenho de fazer uma profunda avaliação de irregularidade nesta companhia, eu gostaria de dizer claramente que o nosso trabalho está completamente errado, nós não chegaremos nunca a entrar nos meandros da Vale do Rio Doce e teríamos que prosseguir esta Comissão para provavelmente mais um ano, ouvir

muito mais gente, descer a detalhes, inclusive fazer perficiadas e etc; mas como o objetivo não é este, é a intervenção do Estado na economia, aquela tentativa inicial aqueles comentários de Imprensa de que haveria uma tentativa de privatização da Vale do Rio Doce, o tema sempre foi este: privatização e estatização; tenho a impressão de que com mais os depoimentos o Sr. João Carlos Linhares, ex-Diretor e o do Presidente da Associação dos Servidores da Vale do Rio Doce, e o depoimento do próprio Presidente da companhia creio que atenderia, satisfatoriamente, este propósito, isso é uma conciliação que estou levantando aqui, e poderíamos deixar para o ano que vem, o Ministro das Minas e Energia, e outras autoridades. Creio que o Relator teria tempo, no recesso, de começar a escrever o relatório, porque o que já ouvimos nos dá suficientes elementos de convicção para opinarmos e debatermos sobre a questão da intervenção.

Esta é ponderação que queria fazer, queria que o Relator compreendesse de que esta conciliação na minha opinião é factível.

O SR. ROBERTO CAMPOS — Alguns dos Srs. Senadores não estiveram presentes aos depoimentos dos Srs. Vice-Presidentes da Vale do Rio Doce, Osvaldo Barcelos Cordeiro de Farias e Valter Rocha de Oliveira, e há um depoimento, não sei bem se a palavra é denúncia, mas uma perplexidade no tocante à decisão de modificar o Conselho de Administração da Vale do Rio Doce, já no atual Governo, contra um parecer do Consultor Geral da República Dr. Sepúlveda Pertence, aprovado pelo Presidente José Sarney. Naturalmente, eu estou entendendo que a convocação do Ministro Aureliano Chaves deve ser mais sobre este assunto, tenho esta impressão. Vários dos Srs. Senadores não estavam presentes à última reunião quando se efetuou o planejamento dos trabalhos e o encerramento dos mesmos com o depoimento do Dr. Eliezer Batista.

Seria possível a Secretária ler a ata da última sessão, 18ª reunião, em 23 de outubro.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

8.ª REUNIÃO, REALIZADA EM 8 DE NOVEMBRO DE 1984

Às dez horas do dia oito de novembro de mil novecentos e oitenta e quatro, na Sala de Reuniões da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, presentes os Srs. Senadores João Calmon — Presidente, Passos Pôrto, Gastão Müller, Octávio Cardoso e Carlos Lyra, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Luiz Viana, Lourival Baptista, Eunice Michiles, Aderbal Jurema e Fernando Henrique Cardoso. Havendo número regimental, são abertos os trabalhos com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida, o Senhor Presidente comunica que o item n.º 1 da pauta fica adiado para a próxima reunião e concede a palavra ao Senhor Senador Octávio Cardoso, que apresenta importante depoimento sobre sua visita à República Popular da China, integrando uma delegação parlamentar. Finalizando, o Senhor Presidente agradece ao Senhor Senador Octávio Cardoso pela sua exposição, assim como a presença dos Senhores Senadores e determina que as notas taquigráficas, tão logo traduzidas, sejam publicadas em anexo à presente Ata. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Sergio da Fonseca Braga, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador João Calmon.

ANEXO À ATA DA 8.ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, REALIZADA EM 8-11-84, REFERENTE A DEPOIMENTO DO SENADOR OCTÁVIO CARDOSO SOBRE SUA VISITA À REPÚBLICA POPULAR DA CHINA, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE.

Presidente: Senador João Calmon
Vice-Presidente: Senador Gastão Müller
(Íntegra do apanhamento taquigráfico.)

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Havendo número regimental, declaro abertos os nossos trabalhos. Concedo a palavra ao nobre Senador Octávio Cardoso, que vai apresentar a esta Comissão um importante depoimento sobre a sua recente visita à República Popular da China, integrando uma delegação parlamentar.

O SR. OCTÁVIO CARDOSO — Srs. Senadores, Srs. Deputados, não será uma importante palavra... (falha na gravação) ... mas gostam de ver o aspecto da educação, outros o aspecto da indústria, outros o aspecto fabril, o arquiteto gosta de contemplar o aspecto urbanístico. Nós vimos aqui o nosso visitante, o Presidente Belaunde Terry, quando falou na Câmara Federal, dedicou grande parte do seu discurso à arquitetura, à construção de Brasília, o que ele via representado nas edificações de Brasília. Mas, infelizmente, esses companheiros de viagem, que por motivos dos mais diversos, acabaram não podendo comparecer. Então, eu vou fazer assim uma palestra que não preparei, são impressões que eu recolhi desta viagem, porque de certa forma existe uma curiosidade sobre a China que, embora tenha uma cultura multimilenar esteve fechada durante muitos anos à visitação, à curiosidade dos estrangeiros e mesmo as notícias que pudessem eventualmente sair do seu território. Essa delegação que foi lá, foi uma delegação do PDS, convidada pelo Partido Comunista chinês e chefiada pelo nosso Secretário-Geral, Homero Santos.

Aqui eu vou abrir um parêntese para uma coisa que eu reputo bastante divertida, e o Homero certamente não ficará aborrecido de eu revelar. O Homero, nem que chegue a governador de Minas Gerais, receberá tantas honrarias e tantas atenções quanto recebeu na China. É que o Secretário-Geral do Partido Comunista chinês é uma altíssima autoridade na China, tem uma força incrível. Então, guardando esse paralelismo, o Secretário-Geral do Partido do Governo no Brasil foi tratado com todas as honras. Mal sabiam os chineses que o PDS daqui não consegue nem fazer o Senador João Calmon votar no seu candidato. (Risos.) Então eu acho que os chineses não sabiam desse fato.

O SR. CARLOS LYRA — Lá o Partido está no Governo e aqui o Partido sofre no Governo.

O SR. OCTÁVIO CARDOSO — A China, desde a Revolução de 1949, chefiada por Mao-Tsé-Tung, se transformou, tanto que eles chamam de "Nova China" ou "período da libertação".

Na verdade, as soluções adotadas para a China não podem ser transplantadas para nenhum País, nem as nossas soluções podem ser transplantadas para a China, dadas as suas peculiaridades. Aquele é um país com 9.800.000 quilômetros quadrados e mais de 50% desta área é uma região muito hostil, montanhosa, fria, inacessível, onde vivem as chamadas nacionalidades minoritárias. A China tem cinquenta e seis nacionalidades, a principal delas é a nacionalidade heng e 55 outras nacionalidades que representam, vejam bem essa distorção, apenas 4% da população nacional e ocupam 60% do território nacional. É o problema das montanhas, do clima, da hostilidade, do meio. Não há estrada, não há eletrificação. Até há uma grande dificuldade de escolarizar as crianças, porque são populações de pastores, nômades caçadores, que inclusive não se fixam nos lugares. Essa outra população da nacionalidade heng, que em 1949 somava 500 milhões, hoje é superior a um bilhão e 800 milhões. Então não se pode imaginar uma solução para a China que não seja chinesa. Quando a gente vê, por exemplo, a roupa, aquela túnica que se vê do Mao-Tsé-Tung e aquela calça a gente compreende que isso representa muito, porque se eles fossem usar, por exemplo, paletó, camisa e gravata, divide esse bilhão por dois do sexo masculino — 500 milhões, então, seriam em números assim muito grosseiros, quinhentos milhões de paletós, quinhentos milhões de camisas, quinhentos milhões de gravatas ou de sapatos diferentes. A simples padronização da roupa para todos os chineses, inclusive para ambos os sexos, representou uma economia verdadeiramente considerável para o povo chinês. Hoje, eles já estão começando a se vestir de outra maneira, não apenas com aquela túnica, que era invariavelmente cinza, azul ou verde, agora já começam a se ocidentalizar. Antes, olhando-se uma pessoa

por trás, não se distinguia se era um homem ou uma mulher, pela semelhança no vestir e pelo desuso que a mulher chinesa faz desses requintes que a mulher ocidental costuma usar — o sapato alto, o cabelo tratado, a maquiagem, coisa que as chinesas não usam.

Com essa população fantástica, superior a 1 bilhão de pessoas, naturalmente o chinês deveria cuidar mais do controle demográfico, e isso me parece uma coisa muito interessante e muito bem sucedida na China.

Éramos sempre acompanhados de um intérprete e de uma pessoa de hierarquia superior ao intérprete, um homem do partido, um intérprete em português ou em espanhol ou em inglês, porque do chinês nós não "manjávamos" nada. Portanto, andávamos sempre acompanhado de um intérprete e de um homem de hierarquia superior ao intérprete, que era um homem do partido. O homem do partido lá era o homem presente em tudo. Se chegamos a uma comunidade rural, tem o administrador e o homem do partido; numa fábrica tem também o chefe mais o homem do partido. Toda informação numa indústria farmacêutica, como nós visitamos, toda a exposição e recepção é feita pelo homem do partido. O homem do partido é que é realmente a pessoa encarregada disso. Nos primeiros dias a gente encontra alguma dificuldade na informação que não esteja programada. Eles são programados para dizer 1, 2, 3, e são muito ordenados, um isto, dois isto, três isto. Então, tirando desta ordem eles já ficam um pouco atrapalhados e não gostam de falar. Agora, a bem da verdade deve-se dizer que fomos tratados com imensa cortesia, com um trato muito cavalheiro, muito lhano, muito amável. Não nos faltou nada e não tivemos dificuldade de ver coisa nenhuma, apenas não se via na hora. Se mostrávamos o desejo de ver alguma coisa, eles respondiam: "Vamos falar com a pessoa que cuida disso". Ao cabo de um dia, dois dias ou três dias estava programado. Queremos visitar a casa de um operário da cidade. Vou falar com o homem que cuida disso. Daí a dois dias se visitava a casa de um operário da cidade. Normalmente a pessoa dispõe de 5,4 metros quadrados de habitação. Vivem na casa o casal velho ou o casal novo e o filho. Há um grande respeito e uma grande proteção ao velho e à criança. Então a família é constituída geralmente do avô, do filho e do neto ou da avó, da filha e do neto. São três gerações. A casa tem dois quartos, a do casal velho, a do casal jovem — a criança vive junto com o casal jovem — e a cozinha e uma pequena saleta, que é o comedor. É uma casinha muito modesta, é uma casa de alvenaria, e o sanitário, razoável, tudo muito simples.

O homem do campo já vive numa residência maior, então, a área por pessoa no campo não é 5,4 metros quadrados, mas 11 metros quadrados. A casa geralmente é de dois pisos. Em cima ficam os dois dormitórios e uma saleta, e em baixo fica a cozinha, o comedor e o sanitário. O homem do campo está vivendo melhor do que o homem da cidade. Aliás, 80% da população vive no campo. E a fixação do homem é no campo, porque se forma a comunidade, se forma a comuna, e ao redor da comuna está a terra em que aquela comuna trabalha. Então, são casas de alvenaria com água e com luz, boas estradas, com um sistema de irrigação.

O SR. — Tem muito biodigestor para produzir energia.

O SR. OCTÁVIO CARDOSO — Eu não visitei essa parte. A nossa visita se resumiu a Pequim, que era aqui a capital, a Xangai e a mais duas cidades. Mas eu falava sobre o controle demográfico. Então, a gente tem nos primeiros dias alguma dificuldade em obter informações. Eu perguntava, por exemplo como é que eles conseguiam que os casais tivessem apenas um filho, como desejava o Governo. Eles diziam: "é um problema de convencimento, de doutrinação, de conscientização". Então a gente objetava: "não pode ser só isso, porque tradicionalmente a família rural tem mais filhos, porque necessita de braços, da mão-de-obra para o trabalho pesado, árduo da lavoura e tal". Mais ao cabo de algum dia, eles disseram: "é que além dessa conscientização, da doutrinação existem algumas sanções de ordem econômica. Por exemplo, se o operário ultrapassa o limite de filhos, ele deixa de ter o bono, porque a remuneração lá é compreendida como salário, o bono

e a promoção na empresa. Quem contraria o estabelecido para o planejamento familiar, não progride na empresa e não recebe o bono. Ora, aumentando o número de filhos, aumentando a sua necessidade e não tendo a sua progressão salarial, a situação da pessoa se torna inviável. Além disso, para ter o primeiro filho, a mulher tem um determinado número de dias de licença. No caso do segundo ou do terceiro filho ela também não tem esse tipo de licença. A punição é tanto para o homem quanto para a mulher. Os casais têm um filho, exceto se o marido já for filho único na sua família e a mulher também filha única na sua família. Então, abre-se para esses dois filhos único a exceção para terem dois filhos; podem ter dois filhos. E usam ainda algumas modalidades como aconselhar o casamento tardio. Os que estão incorporados ao Exército não têm licença para casar. Os jovens, embora tenham teoricamente com capacidade para casar a partir dos 19 anos, acabam sendo motivados para casar aos 25 anos, e assim as mulheres que podem casar a partir dos 18 anos, também são motivadas a casar mais tarde. Com o casamento tardio, a doutrinação, a conscientização e algumas medidas de caráter econômico, eles conseguiram o planejamento familiar.

Agora, já está surgindo o problema que não é só nosso, o problema do filho único. O filho único passa a ser o dono daquele pequeno núcleo, ele passa ser importante demais e até dominador. Está-se criando isto, e o Governo nomeou uma comissão de alto nível de acadêmicos, de sociólogos, de psiquiatras para estudar esse problema.

Há outro problema também: eles desejam que o Exército seja popular, muito ligado ao povo. O soldado anda desarmado normalmente e, no momento em que é convocado, ele é tirado de uma família onde é o único e acaba deixando o pai e a mãe sozinhos, especialmente na zona rural, onde os pais necessitam daquela mão-de-obra. Está-se criando uma série de problemas em consequência do filho único. Se por um lado eles conseguiram planejar a família e controlar a explosão demográfica, por outro eles acabaram criando outros tipos de problemas, como esse que acabo de me referir.

O SR. GASTÃO MÜLLER — Senador, como é feito esse controle da natalidade na prática. Nós, aqui, no meio ocidental, sabemos as fórmulas de fazer o controle da natalidade. Agora lá, qual é o método que eles usam, para que haja esse controle rígido, que não é fácil?

O SR. OCTÁVIO CARDOSO — Eles fazem a distribuição da pílula anticoncepcional. As mulheres que desejam fazem o ligamento das trompas gratuitamente, por conta do Estado, legalmente. O aborto também é legal. Nós tivemos uma primeira informação de que todos os partos que resultassem de cesariana já a própria médica fazia o ligamento das trompas, isso sem consulta da paciente.

A minha mulher esteve conversando longamente com uma médica pediatra, e ela disse que isto não era verdade, seria uma violência, porque o Estado mesmo reconhece que os casais podem ter a infelicidade de perder um filho, que têm o direito de conceber outro se o seu filho for inválido. Se fizessem esse tipo de ligamento em mulheres jovens, inviabilizariam esta segunda alternativa. Especialmente os ingleses exploravam o ópio na China. Então, eles precisavam acabar com o tóxico, com o jogo, com a prostituição e com o alcoolismo. Então, não existe isso. Aliás, é difícil entrar num bar na China. Não tem.

Também tinham outras quatro pragas que eles precisavam extinguir: a mosca, a barata, o rato e...

O SR. — O pardal.

O SR. OCTÁVIO CARDOSO — Não, o pardal eles estão comendo...

O SR. — E o cachorro?

O SR. OCTÁVIO CARDOSO — Parece-me que era o percevejo. O cachorro eles não têm também. Eu pensava que eles não tinham o cachorro por motivo de alimentação, para não dividir a alimentação. Eles, cortesmente, assim, sorrindo, disseram-me: "Não, não é isso. O senhor não acha que o cachorro transmite doença, suja a cidade? — ele conhecia o Rio de Janeiro. A Zona Sul do Rio de Janeiro, Copacabana, não tem

tanta sujeira de cachorro? Então, nós aqui, decidimos: é uma questão de racionalidade não termos cachorros."

Na verdade, já havia lido há mais tempo, que era um problema de dividir a comida. Um bilhão de pessoas acabaram tendo que dividir alguma coisa com os animais.

A China tem cerca de 23% da população do mundo...

O SR. PASSOS PÓRTO — A China somada com a União Soviética tem...

O SR. OCTÁVIO CARDOSO — Tenho uma anotação: 87% da população, hoje, vive no campo. Já falei das nacionalidades...

O SR. GASTÃO MÜLLER — Antes de V. Ex. entrar em outro assunto, essa informação de V. Ex. me impressionou muito.

O SR. OCTÁVIO CARDOSO — A mim também.

O SR. GASTÃO MÜLLER — Como é que eles conseguem manter a unidade? A gente sabe que uma das bases para que haja uma pátria, uma nação, tem que haver unidade. Como manter essa unidade com duzentas nacionalidades?

O SR. OCTÁVIO CARDOSO — 56 nacionalidades diferentes? — Algumas delas são inexpressivas. De vinte mil, duzentos mil, outras têm um milhão e outras têm mais. Mas são pessoas, eu acho, que vivem marginalmente, vivem numa montanha, onde a temperatura chega, às vezes, a 50 graus negativos. Então, é uma área em que não há disputa. Essas nacionalidades, chamadas, nacionalidades minoritárias, não têm qualquer tipo de planejamento familiar, porque elas representam apenas 4% da população, 4 é alguma coisa da população nacional e ocupam, como eu disse, uma área de cerca de 60% do Território Nacional. Então, não há porquê planejar. Pelo contrário, eles até, talvez, tenham interesses em ocupar, por motivo de defesa das suas fronteiras, melhor essa área. Eles dividem lá, como V. Ex. sabem, com a Coréia, com a República Popular da Mongólia, com a União Soviética, com o Afeganistão, com o Paquistão, com a Índia, com o Nepal, com o Butão, com a Birmânia, com o Laos e com o Vietnã. Eles têm sérios problemas de defesa da sua fronteira.

Eles têm o seu território dividido em vinte e duas províncias, com cinco regiões que chamam de "regiões autônomas" e três municípios diretamente ligados ao Poder Central. E a nível de província, eles dividem em municípios, prefeituras autônomas, distritos e distritos autônomos. E um distrito se divide em comunas populares e povoados. Os três municípios diretamente subordinados ao Poder Central são as cidades de Pequim, que, hoje, eles chamam de Beijim. Eles resolveram adaptar a grafia à pronúncia, porque eles escreviam, na verdade, Pequim e liam Beijim. Então, fizeram uma adaptação e, hoje, se chama Beijim, embora nos mapas conste Pequim e, entre parênteses, Beijim. Então, são Beijim, Xangai e Tientsin. Beijim tem 8 milhões e 800 mil habitantes e há 800 anos é capital. Xangai é bastante mais populosa, tem 11 milhões de habitantes.

O SR. PASSOS PÓRTO — É um formigueiro. É incrível o número de bicicletas que tem em Pequim. Para uma cidade de 8,8, em números redondos 9 milhões, tem 3 milhões de bicicletas. A ciclovias tem a largura de uma das nossas ruas de cidades do interior. Se o guarda detém a corrente de trânsito, assim, em um minuto, dois minutos, é uma avalanche de bicicletas verdadeiramente incrível, porque a população não tem automóvel. Uma das teorias do Mao Tsetung era a seguinte: ou todos têm ou ninguém tem. Então, como nem todos poderiam ter automóveis, ninguém tinha automóvel, como não tinham, também, refrigerador, relógio, não tinham outras coisas que, hoje, começam a adquirir.

Agora, com esta abertura que a China está fazendo para o Ocidente, já celebraram um convênio com a Alemanha Ocidental, e a Volkswagen vai produzir lá esse automóvel que nós conhecemos aqui por "Santana". Então, num período que eu não sei se são quatro ou cinco anos, já estarão produzindo o "Santana".

O SR. GASTÃO MÜLLER — Outra curiosidade para nós, porque o "Santana" para nós é carro de alto padrão

de luxo. Seria, então, o Volkswagen o mais simples que seria o popular.

O SR. PASSOS PÓRTO — O pé de boi.

O SR. OCTÁVIO CARDOSO — Bom, então, poderia alguém perguntar: Mas, como é que o povo vai comprar isso se são assalariados, se não há a empresa privada?

O SR. PASSOS PÓRTO — Sr. Senador, e a hierarquia de salários, por exemplo, qual a diferença que há entre o máximo salário e o mínimo salário?

O SR. OCTÁVIO CARDOSO — É muito pequena a diferença. O salário de um empregado lá está em redor de 60 iuan, que equivaleria a Cr\$ 60.000,00 aqui, e o máximo seria, na mesma fábrica, de Cr\$ 120.000,00. Então, entre Cr\$ 60.000,00 e Cr\$ 120.000,00. Os profissionais vão a 200 a 210 iuan, que corresponderia a Cr\$ 200.000,00 a Cr\$ 210.000,00. É bastante pequena a diferença entre o menor e o maior salário. Agora, eles dão tudo na fábrica. Tem a creche para as crianças; as mães entram, deixam lá os seus filhos na creche, na escola, ali têm assistência médica, emprego para o marido e para a mulher; tem diversão, lazer. A empresa centraliza praticamente tudo.

A educação eles tratam com especial carinho. As crianças, desde os 3 aos 6 anos, são levadas para essas creches, onde eles procuram desenvolver os hábitos de disciplina, de higiene, de convivência comunitária. Eu não sei se é de propósito ou se foi accidental o que vimos. Inclusive, alguns carrinhos de crianças, uma espécie de uma carroceria, onde vão quatro ou cinco chinêsinhos. Eles são criados em um sistema comunitário desde pequenos. Então, ali eles desenvolvem, como eu disse, esses hábitos de disciplina, de higiene, de saúde e até os pendores artísticos.

Visitamos lá o que eles chamam de Palácio da Criança, onde os meninos e as meninas agrupados por idade desenvolvem as suas habilidades. Então, tem o coral, tem um grupo que toca violino, outros tocam instrumentos antigos da civilização chinesa, cujo nome não guardei, outros tocavam acordeon, outros tocavam violão, menininhos de quatro, de cinco e seis anos, todos eles muito bem alimentados, muito bem tratados, a gente nota inclusive no padrão de dente da população mais jovem e da população mais antiga. A população mais jovem parece realmente que é uma população mais cuidada, mais alimentada.

Assim, o curso primário, o curso secundário e o curso superior têm tratamento especial. Sempre os currículos têm coisa assim da maior simplicidade que eu não sei se fariam aqui. Tenho, por exemplo, aqui o seguinte: eles dizem que a educação deve servir à política proletária e deve combinar-se com o trabalho produtivo. É uma educação orientada para uma política proletária.

Então, eles dizem que a escola tem como principais tarefas formar nos pequenos e bons hábitos de vida, garantir o desenvolvimento da sua saúde física e mental, orientar para o conhecimento da sociedade e seus ambientes, estimular as suas faculdades espirituais e a sua capacidade de expressão oral, desde os simples exercícios de Aritmética na mais tenra idade, promover o interesse pelo estudo, cultivar neles a honestidade, a valentia, o sentido da unidade, da amizade, da disciplina e das boas maneiras, ensinando-lhes...

O SR. PASSOS PÓRTO — É a ideologia de poder.

O SR. OCTÁVIO CARDOSO —... o ABC da música, das belas artes, da dança e estimulá-los para apreciar o artístico.

E se vê isso também inclusive nos currículos de curso mais elevado. Então, eles têm o regulamento para os alunos da escola primária, por exemplo: amar à Pátria e ao povo, estudar com afinco e fazer progressos dia a dia, ir pontualmente à escola, não falar sem razão nas aulas, prestar — veja a simplicidade dos regulamentos — muita atenção nas classes e efetuar conscientemente os seus exercícios, praticar com frequência a cultura física — isso eles fazem muito —, tomar parte nas atividades recreativas, prestar atenção na higiene, vestir-se com simplicidade, estimular uma atitude correta para o trabalho, acatar a disciplina, observar a ordem pública, respeitar os mestres, enfim, isso aqui inclusive para o curso superior. O curso superior, como

aqui, é seletivo. Não há oportunidade de todo mundo ir galgando os diversos graus e sair no cume da faculdade. Também os cursos são seletivos, através de uma espécie de vestibular como os nossos, e os não aproveitados nesse sistema são endereçados às escolas profissionalizantes, às escolas técnicas de nível médio. É também as fábricas têm os seus cursos, as suas escolas, os seus aprendizados endereçados para a atividade fabril em que atuam os pais desses jovens da comunidade.

Uma coisa interessante: alguns dos nossos companheiros tiveram interesse em saber sobre o problema de religião, até quiseram visitar uma igreja e um bispo, o que realmente aconteceu.

Eles tratam o problema religioso assim: primeiro, me parece e, pela literatura que eu vi, com alguma indiferença. Não tomam conhecimento da religião, não estimulam e parecem que não hostilizam. E as religiões lá são ...

O SR. PASSOS PÓRTO — Devem ter hoje só remanescentes, desde 1949.

O SR. OCTÁVIO CARDOSO — ... budista, taoísta, islâmica e católica.

A católica entrou lá no ano 635 da nossa era e depois acabou se extinguindo. Aí voltou 1582 com um padre italiano chamado Mateu Ricci e teve algum progresso.

Mas eles entenderam que junto com a religião estava havendo uma infiltração de cultura alienígena: mentalidade de escravização, de dominação, essa coisa toda. Então, a Igreja Católica lá criou uma chamada Associação Católica Patriótica da China em 1957 e se tornou independente, se tornou insubmissa, não acatou mais a orientação papal. E, hoje, então, essa Associação Católica Patriótica da China é que faz o seu congresso e estabelece as suas orientações completamente independentes das orientações da Santa Sé e, segundo nos disse esse bispo que visitamos, parece que não há nenhuma perspectiva de unificação com a região católica universal. Eles acham que não há nenhum interesse nisso nem correspondem à cultura e à tradição do povo chinês.

Eles têm também algumas curiosidades no hábito alimentar. Não usam, como nós, a carne bovina. Imaginem o tamanho que teria de ter o rebanho bovino e que produtividade deveria ter esse rebanho se eles tivessem o hábito de comer carne como nós. Então, a cozinha deles é tipicamente formada por verduras, legumes, produtos da terra. E de animais e aves, especialmente, o pato e a galinha, e muitos frutos do mar — algas, pescados, essa coisa toda. Não têm o hábito da carne vacum e também não têm o hábito do leite, que eles estão procurando introduzir agora, porque já há uma produção leiteira apreciável, então, eles estão pretendendo reintroduzir esse hábito que algumas camadas mais privilegiadas na China tiveram em outros tempo.

É curioso como se forma um círculo vicioso entre a pessoa não poder ter algum bem e acabar não tendo o hábito de usar as coisas que aquele bem gera. Por exemplo, a bebida gelada. Eles não tomam água gelada lá. Se um chinês botar água gelada no copo, joga fora; eles tomam chá o dia inteiro e água quente; água gelada, não. Então, se chega invariavelmente num lugar, recebe-se uma toalhinha úmida, semelhante a essa que se recebe nos aviões, morna ou fria, para que as pessoas lavem as mãos, e já vem o chá. O chá é o dia inteiro e é a bebida nacional, que substitui a água fria que eles absolutamente não usam.

É curioso o que ocorre nas estações: quando o trem pára, imaginem como vêm aqueles trens, saindo chinês pela janela — eles colocam a sua xícara — é uma espécie de um caneco de louça, alto, com tampa, fora da janela, e vem um homem, que é funcionário do governo, com uma chaleira imensa de água quente servindo todas aquelas canecas, e cada um adiciona ali o seu chá, o chá de jasmim ou outros chás, e tomam aquilo o dia inteiro. Eles disseram que é a mesma ideia do Mao Tsetung! ou todos podem ter ou ninguém tem. Então, não podiam ter o refrigerador, portanto, adquiriram o hábito de não tomar coisas frias, não tomar coisas geladas. Hoje, como o país está-se abrindo ao turismo e já tem bons hotéis, nos hotéis, dado o hábito ocidental, já se consegue bebida gelada, gelo para tomar uísque mas eles não tomam a cerveja gelada, nem o vinho

gelado, nem têm o gelo, a não ser nesses estabelecimentos, hoje, modernos e já criados pelo fluxo do turismo.

Notamos lá uma grande diferença entre o que se lia o que se viu com relação ao culto da personalidade dos dirigentes e à literatura. Houve tempo em que o livrinho vermelho do Mao, que V. Ex.ªs conhecem, e que tem ali sentenças muito singelas e muito simples, mas, também, ensinamentos guerrilheiros muito terríveis, é um livrinho que está em desuso, porque, embora eles considerem Mao Tsetung uma grande personalidade, um homem que fez a revolução e que criou a nova China, que consideram um verdadeiro herói nacional, eles dizem que o Mao, nos últimos anos do seu governo, cometeu muitos erros, talvez devido à velhice, e, depois, os seus sucessores, que foram chamados de "O Bando dos Quatro", promoveram aquela revolução cultural que eles consideram que foi absolutamente desastrosa para a China. Em outros tempos, uma pessoa, um dirigente, um operário não era capaz de fazer uma dissertação sem dizer "porque, segundo Mao Tsetung", "como o Mao Tsetung disse", tudo era de acordo com Mao Tsetung. Aquele livrinho era decorado, os textos eram todos padronizados sempre com referência ao Mao. Depois que eliminaram o "Bando dos Quatro" e que assumiu o Deng Xiaoping, não há mais o culto da personalidade. Não se vê um monumento, uma rua ou uma praça com nome de pessoa, uma repartição com a fotografia do dirigente — isto não se vê. Tem na praça central, porque já estava lá, um grande retrato — uma grande foto — de Mao Tsé-Tung, e ela está lá — em frente ao seu mausoléu. Eles dizem, também, que o mausoléu não deveria ter sido feito nem o corpo de Mao deveria ter sido conservado, porque ele desejava que fosse cremado, mas a sua viúva e os seus três sequazes — como eles dizem — resolveram conservar o corpo dele. Então, eles, em homenagem ao Mao... (falha na gravação)... que eles deveriam ter feito e lá está. Mas eles dificultam a visitação e não existe o culto à personalidade.

No dia 1.º de outubro, quando houve aquele grande desfile que V. Ex.ªs devem ter visto pela televisão, comemorativo dos 35 anos da revolução, eles exibiram os seus armamentos mais modernos, inclusive mísseis de média e longa distância, que causou naturalmente, grande inquietação, especialmente aos russos. Nesse dia eles colocaram as fotos de Deng Xiaoping, do Lemin e do Stalin, dando a explicação de que o Deng era o Chefe de Estado, que o Lenin foi o responsável pela revolução russa que implantou o comunismo no mundo e que Stalin foi o Chefe do Governo em cujo período se processou a Revolução Chinesa de 1949. Fora disso, não há. E eu perguntei: "Não há mesmo?" Aí alguém se lembrou que numa determinada cidade do interior havia um monumento, uma estátua a um médico canadense, que se tornou uma figura conhecida, humanitária e eles dizem que merece grande respeito do povo e que acabou morrendo em consequência de uma infecção numa prática cirúrgica. Então, existe esse monumento. Fora disso, não tem. Então, eles justificam dizendo que, a rigor, ninguém merece isto e que tudo que se faz é em homenagem ao povo e que, então, todo o reconhecimento deveria ser ao povo e não ao dirigente transitório, político efêmero, esta coisa toda. O fato é que, pelo que parece, eles tiveram grandes aborrecimentos com o culto da personalidade, e para não ter o aborrecimento depois de descaracterizar essa personalidade, já nem se envolve em cultuá-la.

O SR. PASSOS PÓRTO — Haveria possibilidade — creio que não, mas vou lhe fazer esta pergunta — de uma reversão desse processo? Chegaram a perceber se na sociedade haveria possibilidade de uma mudança do sistema?

O SR. OCTÁVIO CARDOSO — Eu fiz essa pergunta a um dirigente do Partido que nos acompanhava e que era da melhor qualificação, porque ele era um assessor do Partido para assuntos latino-americanos. Tinha estado aqui em Brasília e, recentemente, estivera em São Paulo. Era muito interessado na tecnologia da hidroeletricidade, mas não da hidrelétrica enorme como as nossas, mas das pequenas hidrelétricas, para aproveitar todos os seus recursos disseminados no seu imenso território, sem construir uma grande hidrelétrica.

Mas essa pessoa me respondeu à pergunta que fiz: "você está abrindo a China ao mercado internacional. Atrás da Coca-Cola vem as suas conseqüências, vem a ideologia, vem o hábito, os costumes, as tentações do consumismo, a propaganda e tudo isto, vem a literatura que vocês cuidam muito. Vocês não temem isto?" Eles têm, assim, aquela grande sabedoria chinesa e gostam muito dos provérbios e das sentenças. As sentenças são simples, mas são bastantes significativas para o objetivo que eles desejam. Eles disseram assim: Nós sabemos que quando abrimos as janelas entram os insetos. Então, nós abrimos a nossa economia ao mundo e estamos convencidos de que alguns vícios e alguns males do capitalismo e colonialismo entrarão, mas nós consideramos o nosso povo educado para defender a cultura, o hábito e os costumes chineses e a nossa ideologia política." Eles acham que estão preparados para esse embate. Dizem eles que não vão fazer concessões, por exemplo, à televisão, ao sistema de televisão ocidental. Lá está passando, com grande sucesso, a novela "Escrava Isaura" daqui do Brasil, e parece-me que durante dois ou três dias por semana e tem a ninharia de 300 milhões de chineses assistindo a nossa novela chamada lá de "Isolda".

Há o Congresso. Os Deputados lá são de 2.789. Eles se reúnem uma vez por ano, mas eles elegem o chamado Comitê Permanente. Eles, então, têm um núcleo — um tipo das nossas Comissões representativas no período de recesso — eles, então, têm o Comitê Permanente. Confesso que uma das tarefas bastante difíceis que encontrei lá foi esmiuçar o processo eleitoral deles. É um negócio meio hermético e meio *sui generis*. Quem nos falou sobre isto foi um Vice-Ministro encarregado dos chamados enlacs internacionais, um homem muito simpático e muito culto e que seguia a sua norma de exposição — 1, 2, 3, e quando era interrompido, ele dizia: "Um momentinho, eu chegarei lá" e falou por duas horas e não chegou lá, claro. Então, perguntava-se quantos eleitores tinha a China, ele pensava, não sabia ao certo, mas toda a pessoa, a partir dos 18 anos, tinha capacidade para votar. Não se chegava à conclusão de quantos votos precisava um Deputado, quem seria Deputado. E um do grupo disse por brincadeira: "Eu conheço um cidadão que fez 25 milhões de votos e é o terceiro suplente". Então, pela quantidade de gente que tem a China — 1 bilhão de habitantes — pode-se imaginar o que deve ter de voto um parlamentar. Mas, foi um assunto muito desconversado por eles. Eles dizem que têm oito partidos, inclusive têm deputados da oposição e que nós, à noite, teríamos a oportunidade de jantar com alguns e conversar com eles, mas não conseguimos localizar os tais deputados e não conversamos. Então, chegou-se à conclusão de que a coisa, realmente, é muito fechada, politicamente, e que há uma votação de lista preparada pelo partido e estamos conversados.

Eu preparei aqui, então, este esqueminha sobre o qual eu conversei — devo ter omitido muita coisa — mas se os colegas desejarem fazer alguma pergunta e se eu estiver em condições de responder, eu terei muito prazer.

Nós viajamos por estradas muito boas, asfaltadas, e centenas e centenas de quilômetros com lavoura de arroz, de legumes e hortaliças dos dois lados, lavouras muito bem preparadas, trabalhadas por uma imensidade de gente que, na lavoura, parecia formiga trabalhando, plantando arroz à mão, transplantando a muda, lavouras de arroz muito boas — eles fazem duas colheitas de arroz por ano e uma colheita de um terceiro produto, podendo ser soja, milho ou outra. A China produz praticamente de tudo, porque o clima das quatro estações — tem desde a temperatura de 40 a 50 graus negativos a temperaturas de 30 a 32 graus ou temperaturas médias de 25 graus como as nossas aqui. Então, são lavouras sem muita mecanização, porque, naturalmente, a mecanização desemprega, cria grandes problemas sociais. Não quero dizer que não haja lavouras altamente mecanizadas. Nós não fomos em áreas essencialmente agrícolas, com não fomos, também, em área pastoril. Eu não vi boi lá, eu vi nas lavouras de arroz o búfalo trabalhando, e não é assim de junta, de par, é um só fazendo o serviço de lavoura, e pequenos tratores, tipo desse tratorzinho japonês — o tobata — que

eles utilizam, justamente, para não criar muito problema de desemprego.

Eram mais ou menos essas as observações...

O SR. GASTÃO MÜLLER — Apenas uma pergunta final: o regime seria parlamentarista? O Poder Executivo é forte? Enfim, como funcionaria, pelo menos aparentemente, o sistema? Nós sabemos que o homem forte é o Secretário-Geral. É como o estilo russo.

O SR. OCTÁVIO CARDOSO — Tudo, tudo é, essencialmente, o Partido. Nós perguntamos, também, quantos aos afiliados. Eles estimavam em torno de 40 milhões de afiliados, o que era muito pouco. Tudo é em função do Partido — é o Comitê do Partido que se multiplica desde a mais alta hierarquia até a menor das comunidades rurais, o homem do Partido está presente, tem o Chefe de Estado e o Chefe de Governo.

O SR. GASTÃO MÜLLER — O Chefe de Governo é o Secretário-Geral.

O SR. OCTÁVIO CARDOSO — Exato. O sistema é mais ou menos como o russo.

O SR. PASSOS PÔRTO — Sendo que eles fazem um socialismo rural, sem aquela tecnologia soviética.

O SR. OCTÁVIO CARDOSO — Eles dizem que realmente praticam o socialismo e não o comunismo.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Sr. Senador Octávio Cardoso, o nosso colega da Comissão de Educação e Cultura, Sr. José Ignácio Ferreira, visitou, recentemente, a República Popular da China e coincidiu a sua visita com a reunião do 12º Comitê do Partido Comunista da China...

O SR. OCTÁVIO CARDOSO — Exato.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — ... no dia 20 de outubro, já após a partida de V. Ex.ª para o Brasil. Como ele foi convocado na última hora para participar de uma reunião de Vice-líderes do PMDB, como Presidente do Partido, ele pediu-me para encaminhar a V. Ex.ª este documento, que representa uma ampla exposição sobre a terceira revolução da China. A primeira foi a de Mao Tsé Tung; a segunda foi a revolução cultural, já com a influência da chamada "Gang dos Quatro"; e a etapa atual, que V. Ex.ª já focalizou, liderada por Deng Xiaoping. Esse documento é realmente de uma importância extraordinária, e o Sr. Senador José Ignácio Ferreira me pediu para passá-lo às suas mãos, eventualmente para ser incorporado ao seu depoimento, já que V. Ex.ª observou de perto essa nova etapa da revolução chinesa.

Em segundo lugar, gostaria de salientar que também fui à China em janeiro de 1977 e fiquei profundamente impressionado com o aspecto que V. Ex.ª focalizou com tanta objetividade, que é a preocupação absorvente pela educação, lembrando não uma frase de Mao Tsé Tung, mas uma frase milenar: "Se você quiser matar a fome de alguém, não lhe dê um peixe. Ensine-o a pescar". Realmente, nessa área, a revolução chinesa realizou extraordinários progressos. Mas V. Ex.ª já focalizou esse setor e, apesar de ser esta a Comissão de Educação e Cultura, nós não podemos ocupar a maior parte do tempo focalizando apenas a parte de educação. Mas eu tenho uma curiosidade, nobre Senador Octávio Cardoso. Coincidiu com a sua visita a última reunião dos entendimentos entre a República Popular da China e a Grã-Bretanha. Como V. Ex.ª não focalizou ainda este ponto, eu teria curiosidade em saber alguns detalhes, já que, realmente, é um fato diria inédito na história contemporânea fazer-se um acordo para começar a vigorar em 1997, durante 50 anos, garantindo que Hong Kong continuará como um regime capitalista. Igual proposta, ao que parece foi feita também à China Nacionalista, Formosa, Taiwan. Eu gostaria de saber mais alguns detalhes, através do seu depoimento.

O SR. OCTÁVIO CARDOSO — Nas palestras que tivemos em todas as hierarquias, notamos que o chinês tem uma verdadeira obsessão com relação a esses seus territórios que hoje estão separados do território da República Popular da China, que é Hong Kong, que eles perderam para os ingleses, em conseqüência de uma guerra, e depois assinaram um tratado que eles

consideram "imposto" e, por esse tratado, Hong Kong estaria protegido pela Coroa Britânica até 1997. Agora eles ratificaram esse acordo e, efetivamente, Hong Kong passará a integrar o território da República Popular da China nessa data, com uma curiosidade: compromete-se o governo da República Popular da China a, durante 50 anos, não mudar o sistema de livre iniciativa de Hong Kong, tal como está hoje, que é um grande império do mundo, é uma coisa verdadeiramente espetacular. Fizemos uma série de perguntas sobre isto, como eles conciliariam a situação de uma fração capitalista dentro de um país comunista ou socialista, como é o caso da República da China. Então eles disseram que cada coisa virá ao seu tempo. Assim como lutamos tantos anos para chegarmos a esse tratado, nós agora temos alguns anos para resolvermos o problema de Hong Kong, o que fazer com ele. E depois temos, ainda, 50 anos para pensar o que acontecerá com Hong Kong depois desse prazo?

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — O tratado anterior, que está terminando, tinha um prazo de 99 anos.

O SR. OCTÁVIO CARDOSO — Exato. Eles disseram que lutaram durante 99 anos. Então eles têm mais 50 anos para exercitar a sua proverbial paciência chinesa. Eles acham que este grande evento diplomático abrirá caminho para celebrar, também, um tratado com Taiwan, e que eles têm esperança de que venha a ser reintegrado ao território da República Popular da China. É claro que aí eles dizem que o americano, para negociar com a República Popular da China, fez de conta que se afastou de Taiwan mas, na verdade, por baixo do pano continua dominando o Governo de Taiwan. Eles sabem disso, mas não podem fazer nada, porque eles, hoje, têm melhores relações diplomáticas com os Estados Unidos, que acabaram se afastando de Taiwan.

Realmente, quando nós estávamos lá, tinham grande expectativa sobre esse Congresso do Partido Comunista, porque o Congresso do Partido Comunista é que estabelece os planos plurianuais para a orientação do Governo e da economia uma delas, por exemplo, na comunidade rural, é que a comunidade, uma vez atingida a sua cota de produção agrícola estipulada no plano, o remanescente é da comunidade, dividida entre os produtores. Isto gerou um grande estímulo na produção chinesa, e as pessoas já estão fazendo a sua poupança. Os chineses já começam a usar o cheque, e desde o dia primeiro de outubro até carteira de identidade já têm, o que não tinham, a partir de primeiro de outubro já têm carteira de identidade. Estão usando o cheque, estão fazendo a sua poupança, assim como o problema do filho único está gerando dificuldades...

O SR. PASSOS PÔRTO — Haverá herança nessa poupança?

O SR. OCTÁVIO CARDOSO — Sobre esse detalhe não perguntei. Sei que na transmissão da propriedade uma das primeiras coisas que a revolução fez foi abolir o direito de herança, com exceção daqueles grandes senhores de terra que auxiliaram o Mao Tsé Tung na revolução. O Mao Tsé Tung, em reconhecimento, excepcionalmente deixou que essas pessoas, até morressem, desfrutassem dos seus palácios e das suas terras. Mas, uma vez desaparecido o casal, a propriedade passou ao Estado.

Igual concessão fez também aos padres e bispos da Igreja Católica, que colaboraram com a revolução. Conservaram os seus bens.

Aqui termino, Sr. Presidente. Reconheço foi uma palestra desordenada, muito superficial, mas transmiti algumas impressões que pude recolher nessa breve visita.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Em nome da Comissão, quero agradecer ao Senador Octávio Cardoso esse excelente depoimento, e espero que seu bom exemplo seja seguido pelos demais parlamentares que se desincumbem de missões confiadas pelo Congresso Nacional.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 11 horas e 40 minutos.)